

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

AMANDA CHIAMENTI BOTH

**A TRAMA QUE SUSTENTAVA O IMPÉRIO:
MEDIÇÃO ENTRE AS ELITES LOCAIS E O ESTADO
IMPERIAL BRASILEIRO (JAGUARÃO, SEGUNDA METADE
DO SÉCULO XIX).**

Professor Doutor Luciano Aronne de Abreu
Orientador

Porto Alegre
2016

AMANDA CHIAMENTI BOTH

**A TRAMA QUE SUSTENTAVA O IMPÉRIO:
MEDIÇÃO ENTRE AS ELITES LOCAIS E O ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO
(JAGUARÃO, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

Porto Alegre

2016

AMANDA CHIAMENTI BOTH

**A TRAMA QUE SUSTENTAVA O IMPÉRIO:
MEDIÇÃO ENTRE AS ELITES LOCAIS E O ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO
(JAGUARÃO, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX)**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B749t Both, Amanda Chiamenti

A trama que sustentava o Império : mediação entre as elites locais e o Estado Imperial Brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX) / Amanda Chiamenti Both. – 2016.

119 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

Orientação: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

1. Jaguarão (RS) – História – Século XIX. 2. Elites.
3. Mediação. I. Abreu, Luciano Aronne de. II. Título.

CDD 23 ed. 981.6563

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu - PUCRS

Prof. Dr. André Átila Fertig - UFSM

Prof. Dr. Fábio Kühn - UFRGS

Porto Alegre
2016

AGRADECIMENTOS

Ao final desses dois anos há muitas pessoas as quais devo dirigir meus agradecimentos. Agradeço ao Prof. Flavio Heinz, que aceitou orientar essa pesquisa e acreditou nas possibilidades do meu tema desde o início.

Do mesmo modo, agradeço ao Prof. Luciano de Abreu, que aceitou orientar este trabalho já em andamento. Agradeço pela paciência, pela orientação cuidadosa e pelas importantes sugestões.

Ao Prof. Fábio Kühn agradeço por aceitar fazer parte da banca examinadora.

Ao Prof. André Fertig agradeço pelos quase sete anos de amizade, pelo apoio em momentos fundamentais, pelos livros emprestados, pelas dicas de fontes e também por aceitar participar da banca examinadora.

Aos colegas da pós-graduação: Cristiano, Tassiana, Isadora, Tamires e Camila, com quem dividi dúvidas e angústias incontáveis, mas também momentos de muita alegria e companheirismo. À Edsiana, que foi uma salvadora fichando inventários comigo em momentos de muita necessidade e por me levar ao Beira-Rio.

À Bruna, amiga de longa data, agradeço não apenas por corrigir meus textos, pelas longas conversas no shopping, pelas indicações de documentação, mas pela torcida pelo meu sucesso em todos os momentos.

Ao Leandro, por enfrentar comigo há tempos as dificuldades do mundo acadêmico. Pela parceria certa, amizade sincera e pelas piadas (muitas vezes ruins) que deixavam mais leves a rotina.

Ao Miquéias Mugge por responder minhas dúvidas sobre a Guarda Nacional e pela indicação de fontes.

Ao Jonas Vargas, por ter auxiliado na elaboração do projeto que deu origem a essa dissertação e por ter indicado diversas documentações e bibliografias.

Às queridas amigas Ana Cristina e Paula, por terem compreendido minhas inúmeras ausências ao longo dos últimos anos e pelo apoio e incentivo.

À Ana Paula, companheira de inúmeras empreitadas em Porto Alegre.

Ao Eduardo, pelo companheirismo e carinho que demonstrou mesmo quando o estresse era grande e por sempre me incentivar a prosseguir.

A minha família, especialmente meus pais, Norberto e Rosangela, por estarem presentes em todos os momentos, transmitindo confiança e a certeza de que nunca estou sozinha.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, principalmente à Carla e Henriët.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudos.

RESUMO

O presente trabalho analisa as formas de articulação entre a elite de uma localidade e o Estado Imperial, através da atuação de alguns indivíduos que mediaram as interações entre essas partes. Para tanto, elegemos como cenário o município de Jaguarão, localizado na fronteira sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, pois lá nasceram Henrique d'Ávila e José Diana, dois políticos que trilharam carreiras de sucesso ao longo da segunda metade do século XIX, mas continuaram vinculados ao lugar onde nasceram. Em primeiro lugar, procedemos a uma caracterização da elite local da qual estávamos tratando, o que revelou traços de uma elite fechada e conservadora. Por outro lado, investigando as trajetórias desses indivíduos que desempenharam a função de mediadores, verificamos que eles e suas famílias estavam profundamente entrelaçados com a elite do município, sendo este, inclusive, um dos fatores que os habilitavam a atuar como mediadores entre os a localidade e o mundo externo. Contudo, uma série de elementos determinava a capacidade de mediação desses indivíduos como relações que mantinham dentro e, especialmente, fora da localidade, dos cargos que ocupavam e o prestígio que dispunham num momento específico. Assim, com efetividade variável conforme as condicionantes elencadas, a elite de Jaguarão teve seus interesses representados junto ao governo, indicando o papel ativo das elites locais no processo de construção e manutenção do Estado Imperial.

Palavras-chave: Elites Locais – Mediação – Jaguarão – Século XIX

ABSTRACT

This master thesis analyzes the ways of articulation between the elite of a city and the Imperial State, through the acting of some individuals who mediated the interactions between this parts. Therefore, we elected as scenario the city of Jaguarão, that is located in the southwest border of the state of Rio Grande do Sul, because there were born Henrique d'Ávila and Jose Diana, two politicians that have threshed successful careers along the second half of XIX century, but they remained linked to the place they were born. Firstly we proceed to a characterization of the local elite which we were dealing it, what revealed traces of a closed and conservative elite. On the other hand, researching the trajectory of these individuals that performed the role of mediators, we found that they and their families were deeply intertwined with the elite of the city, what is, including, one of the factors that enabled they to acting as mediators between the locality and the external world. However, a number of elements determines the ability of mediation of this individuals, as the relations they keep inside and, specially, out of the locality, of the positions they occupied and the prestige that they had in a specific moment. Therefore, with variable efficiency according the listed conditions, the elite of Jaguarão had their interests represented in the government, indicating the active role of the local elites in the process of construction and maintenance of the Imperial State.

Key-words: Local elites – Mediation – Jaguarão – XIX century

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da divisão municipal da Província de São Pedro na década de 1850..... 20

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estado Civil dos Oficiais Superiores, Oficiais e dos Guardas Nacionais soldados raso em Jaguarão (1860-1889).....	28
Quadro 2 – Faixa Etária dos Oficiais Superiores, Oficiais e dos Guardas Nacionais soldados raso em Jaguarão (1860-1889).....	29
Quadro 3 – Ocupação dos Oficiais Superiores, Oficiais e Guardas Nacionais soldados rasos de Jaguarão (1860 -1889).....	30
Quadro 4 – Renda Anual dos Oficiais Superiores, Oficiais e Guardas Nacionais soldados rasos de Jaguarão (1860 -1889).....	33
Quadro 5 – Faixa Etária dos Vereadores e Votantes de Jaguarão (1860-1889).....	36
Quadro 6 – Atividade Ocupacional dos Vereadores e Votantes de Jaguarão (1860-1880).....	37
Quadro 7 – Renda anual dos Vereadores e Votantes de Jaguarão (1860-1889).....	39
Quadro 8 – Concentração da riqueza em Jaguarão (1860-1889).....	41
Quadro 9 – Participação dos bens nos inventários post-mortem com montes-mor igual ou superiores a 5 mil libras esterlinas em Jaguarão (1860-1889).....	42
Quadro 10 – Participação dos bens nos inventários post-mortem dos 12 mais ricos inventariados.....	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

IHGRS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 O LUGAR DAS ELITES LOCAIS: RECRUTAMENTO E HIERARQUIAS DE UMA ELITE NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO IMPÉRIO.....	18
1.1. AS FONTES.....	24
1.2.OS OFICIAIS DA GUARDA NACIONAL.....	25
1.3. A ELITE POLÍTICA: OS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL.....	33
1.4. A ELITE ECONÔMICA: A RIQUEZA NOS INVENTÁRIOS <i>POST-MORTEM</i>	40
2 TRAJETÓRIAS DE DOIS MEDIADORES: HENRIQUE D'ÁVILA E JOSÉ DIANA.....	51
2. 1. OS PRIMEIROS PASSOS: FAMÍLIA E FORMAÇÃO EDUCACIONAL.....	55
2.1.1. Henrique d'Ávila: as vantagens de nascer em berço de ouro.....	57
2.1.2. José Francisco Diana e os caminhos possíveis para os que não eram bem-nascidos.	61
2.2. O RETORNO DOS BACHARÉIS E O CONTEXTO POLÍTICO NA PROVÍNCIA	64
2.3. A INSERÇÃO NOS ESPAÇOS PARA “SER ELITE” E OS VÍNCULOS COM A ELITE LOCAL.....	67
2.4. INTERESSES EM COMUM: A LEGITIMIDADE DO MEDIADOR PARA ATUAR EM NOME DA ELITE LOCAL.....	76
3 A TRAMA QUE SUSTENTAVA O IMPÉRIO: MEDIAÇÃO ENTRE AS ELITES LOCAIS, A PROVÍNCIA E A CORTE.....	81
3.1. MEDIAÇÃO E ELEIÇÕES: O PAPEL DOS MEDIADORES NAS ESTRATÉGIAS ELEITORAIS.....	84
3.2. O LUGAR DO ONDE SE MEDEIA: QUANTO MAIS PODER, MAIORES AS DEMANDAS.....	94
3.3. O CONHECIMENTO SOBRE A FRONTEIRA COMO RECURSO POLÍTICO.....	106
CONCLUSÃO.....	111
FONTES.....	115
BIBLIOGRAFIA.....	116

INTRODUÇÃO

Esta dissertação dedica-se ao estudo das formas de interlocução e interação entre as elites locais e o Estado imperial, com especial ênfase na esfera provincial de poder, enfocando as relações estabelecidas por alguns indivíduos que atuavam como mediadores, com o objetivo de investigar os elementos que pautavam essas relações e através de quais mecanismos eram efetivadas.

De maneira geral, a historiografia política do Império reservou lugar diminuto às elites locais. Em parte, devido à compreensão de que estas consistiam em forças descentralizadoras, guiadas por interesses localistas e concorrentes a construção do Estado. Assim, para essa corrente historiográfica, a centralização e manutenção do Estado imperial teriam sido conquistados através da exclusão de forças provinciais e locais. Para José Murilo de Carvalho, a existência de uma elite política letrada, com homogeneidade ideológica e de treinamento proporcionada pela experiência compartilhada no ensino superior em Coimbra¹ foi o principal elemento viabilizador do Estado brasileiro.

Embora dê continuidade ao prisma centralista, Ilmar de Mattos contrapõe-se à Carvalho, pois entende ser o Estado o resultado ação da classe dos fazendeiros fluminenses, que, identificados com um pequeno grupo de políticos conservadores localizados no Rio de Janeiro, os *Saquaremas*, conseguiram sobrepor seus interesses ao das outras regiões e torná-los interesses do Estado². Assim, diverge da tese da existência de uma elite homogênea, apontando as diferenças e semelhanças entre o Partido Liberal e Conservador, salientando a vitória do modelo defendido pelo último.

Contrapondo-se às teses centralistas, Richard Graham aproximou Estado e sociedade ao dar relevância às articulações existentes entre todos os níveis da política e da administração e destes com os potentados locais³. Articulações estas forjadas, de acordo com Graham, por laços clientelísticos que conectavam elites centrais e chefes locais e que coexistiam numa relação recíproca.

¹ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

² MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo saquarema.** São Paulo: HUCITEC/INL, 1987.

³ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

Tendo por objeto de estudo a formação e manutenção da unidade do Estado Imperial, Miriam Dolhnikoff voltou-se para a análise do papel das províncias nesse processo⁴. Partindo especialmente do estudo da legislação e dos debates parlamentares, concluiu que a estrutura do império não era altamente centralizada. Ao contrário, seus contornos teriam sido estabelecidos nas primeiras décadas após a independência, culminando com a aprovação do Ato Adicional de 1834, no qual estava celebrado o espaço das elites regionais, sobretudo através da Assembleia Legislativa provincial, com francos poderes para dirigir os negócios relativos às respectivas províncias.

O argumento da autora está baseado na tese de que as reformas postas em prática pelo regresso, como a Lei de Interpretação do Ato Adicional e a reforma do Código do Processo Criminal, visavam à centralização do aparato judiciário, mas não promoviam modificações de cunho substancial no arranjo institucional que vigorava até então. Desse modo, as elites regionais continuavam a dispor de autonomia nos assuntos que eram de seu interesse. No entanto, a autora se restringe à esfera institucionalizada de poder, não abordando os mecanismos não formais de participação política das elites locais.

Recentemente, alguns autores tem dado maior atenção às relações seladas entre os membros da elite política imperial e as elites regionais e locais, ao direcionarem o olhar para as famílias dos membros da elite política imperial e para as relações nas quais esses atores sociais estavam envoltos, perceberam que o governo central estava vinculado aos interesses regionais através de laços familiares e redes relacionais, da mesma forma, era através dessa complexa trama de relações que o Estado imperial estendia seu poder até as localidades mais distantes. Para além da variedade de abordagens e enfoques, o que tais pesquisas corroboram é que, diante da vastidão e complexidade da sociedade imperial, o governo precisou lançar mão de várias estratégias e negociar com os diferentes protagonistas da sociedade e da política regional.

Maria Fernanda Martins, por exemplo, estudando os Conselheiros de Estado pontuou a importância de não centrarmos a análise da dinâmica política apenas nos indivíduos, mas também na família, como base social de apoio desses sujeitos, e para as estratégias

⁴ DOHLNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

familiares⁵. Através da análise de trajetória e das redes de sociabilidade dos conselheiros, a autora constatou que eles eram membros de tradicionais e poderosas famílias nas respectivas províncias, além de manterem contato com famílias das elites de outras províncias, constituindo uma espécie de elite interprovincial que se via representada nos mais importantes círculos da política imperial. Esse fato, entretanto, não impedia a ação governamental, mas era a forma através da qual ele se fazia presente, de modo que “as questões regionais interagem permanentemente com um cenário mais amplo, influenciando as decisões e a dinâmica política tanto na estrutura do Estado quanto na organização local”⁶. Esse processo era uma via de mão dupla, pois, de maneira geral, a construção de uma autoridade central era um objetivo compartilhado, ainda que não necessariamente pelos mesmos motivos.

Seguindo essa linha interpretativa, Jonas Vargas examinou a elite política do Rio Grande do Sul⁷. Através da investigação das relações políticas e sociais que os membros dessa elite política e suas famílias mantinham no Rio de Janeiro e na província, Vargas percebeu a existência de estratégias familiares que visavam à aproximação com o mundo da Corte, sendo a ocupação de cargos políticos um dos artifícios mais empregados pela elite política da província.

Foi principalmente esse conjunto mais recente de obras, que tem demonstrado o papel ativo das elites locais e regionais nos processos de construção e consolidação do Estado imperial, além dos diversos laços que conectavam as elites de todo o país, que inspirou esta dissertação. Intentamos testar essa explicação partindo da perspectiva de uma localidade. Jaguarão foi escolhido por ser o município onde nasceram dois destacados políticos do Império, eram eles Henrique Francisco d’Ávila e José Francisco Diana. Eles foram a janela para o passado. Certamente havia muitas outras janelas que ofereceriam perspectivas diferentes, que nos contariam outras histórias e nos levariam a outras pessoas. Cientes disso, não era nosso objetivo chegar a algo mais verdadeiro, ou chegar a um ponto final.

Nesse sentido, análise se deu em duas frentes principais, mas que, na verdade, são complementares. A primeira delas parte da elite de Jaguarão, buscando identificar seus membros e conhecer suas características. A segunda tem como ponto de partida a trajetória e

⁵ MARTINS, Maria Fernanda. **A velha arte de governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

⁶ Ibid. p. 226.

⁷ VARGAS, Jonas. **Entre a Paróquia e a Corte**: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: Ed. UFSM, 2010

atuação de Diana e Ávila, a fim de verificar a existência, ou não, de vínculos destes com a elite da localidade, bem como avaliar se eles atuaram como mediadores entre Jaguarão e a capital da província ou da Corte.

O conceito de *mediador* – também intitulado *broker* – foi norteador deste trabalho, uma vez que é utilizado para designar pessoas que, por possuírem atributos e habilidades únicas, conectavam uma localidade ao mundo exterior. Ao mediador foi atribuída uma série de características que o habilitariam à tarefa da mediação. Segundo Eric Wolf, o mediador precisa ter a capacidade de comportar-se de forma apropriada nos diferentes ambientes em que circula, para agir como um amortecedor entre o que o autor denomina de “grupos orientados para a nação e grupos orientados para a comunidade”⁸.

José María Imízcoz ao estudar as estratégias da elite navarra para aproximar-se do centro de poder da monarquia, pontuou como a ocupação de cargos na alta administração por um indivíduo beneficiava toda a sua família e, em alguma medida, aqueles com os quais se relacionavam. Dentre as particularidades do mediador em relação à comunidade naquele contexto, Imízcoz ressaltou a instrução, os conhecimentos técnicos de uma carreira militar e a prática na burocracia, que colocavam alguém “en una posición privilegiada para prestar servicios”⁹.

Do mesmo modo, as análises de Giovanni Levi acerca dos comportamentos dos habitantes de uma pequena comunidade europeia frente às tentativas de estruturação do Estado moderno¹⁰ também demonstraram a relevância da atuação dos mediadores. Levi percebeu que esse complexo e conflituoso processo abria caminho à atuação de pessoas com personalidades empreendedoras, que mediavam disputas e tensões e tinham nessa habilidade a fonte de seu prestígio junto à comunidade. Além disso, pontuou que, embora pertencesse a grupos locais de importância, o mediador possuía algumas características únicas que possibilitavam a ele ultrapassar as barreiras da localidade.

⁸ WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). **Antropologia e poder:** contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Ed. Unicamp, 2003.

⁹ IMIZCOZ, José María. Patronos y mediadores. Redes Familiares em la Monarquía y patronazgo em la aldeã: já hegemonia de las baztanesas en el siglo XVIII. In: **Redes familiares y patronazgo:** aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX). Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001. p. 251.

¹⁰ LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Neste trabalho partimos de um aspecto que consideramos essencial: o mediador é o sujeito que conecta a comunidade ao mundo exterior, ou seja, ele só pode ser considerado mediador a partir do momento que age como tal. Suas demais particularidades e os aspectos que permeiam sua mediação variam de acordo com a realidade histórica estudada. Por exemplo, Sydel Silverman salientou que o mediador é um tipo específico de intermediário, responsável por estabelecer uma conexão entre um sistema local e outro nacional, onde aquele está necessariamente inserido neste¹¹. Contudo, ao acompanharmos alguns fragmentos das trajetórias de José Diana e Henrique d'Ávila, constatamos que eles atuaram como mediadores em diferentes momentos, mas nem sempre estavam no centro em relação ao qual operavam a mediação.

Nesse sentido, o enunciado de Patrícia Genovez parece ser especialmente explicativo. Destacando a influência de aspectos geográficos a autora apontou que, em territórios muito extensos, podem existir mais de um centro e uma periferia¹². Decorre disso a possibilidade de existirem diferentes tipos de mediadores que atuam em relação a diferentes centros. Vargas também pontuou esses aspectos e afirmou que os pré-requisitos para se tornar um mediador entre a paróquia e a província eram menos exigentes que aqueles para atuar conectando a província à Corte¹³.

Embora Henrique d'Ávila e José Diana tenham construído carreiras semelhantes¹⁴, no período analisado eles encontravam-se em momentos distintos no que relacionava-se a prestígio, influência e ocupação de cargos. Essas diferenças refletiram-se nas mediações que executaram e, portanto, na “categoria” de mediador em que cada um podia ser enquadrado.

O recorte cronológico da pesquisa foi definido de acordo com o período de atuação de Henrique d'Ávila e José Diana na política local de Jaguarão e provincial, o que se deu de forma mais intensa entre os anos de 1860 a 1880. Após esse intervalo, ambos alcançaram outro nível de projeção, ocupando os cargos na esfera nacional. Contudo, os limites dessa delimitação temporal são fluidos, ocorrendo avanços e recuos ao longo dos capítulos,

¹¹ SILVERMAN, Sydel F. Patronage and community-nation relationship in central Italy. In: SCHIMIT, S. W. (Ed.) **Friends, followers and faction: a Reader in Political Clientelism**. Berkeley: University of Califórnia, 1977. P. 293-304.

¹² GENOVEZ, Patrícia Falco. **O espelho da Monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado**. Tese (Doutorado em História)- UFF, Niterói, 2003.

¹³ VARGAS, 2010, op. cit. p. 35.

¹⁴ Ambos foram vereadores em Jaguarão, deputados provinciais e gerais e Ministros. Além destes cargos, Ávila ainda foi Senador e presidente das províncias do Rio Grande do Sul e Ceará.

sobretudo no capítulo 1, no qual avaliamos a elite de Jaguarão com base em dados coletados no íterim de 1860 a 1889.

Para anteder aos objetivos propostos nessa dissertação recorreremos a uma variada gama de fontes documentais, que foram submetidas tanto a um tratamento serial, quanto qualitativo. Para a construção do perfil socioeconômico da elite de Jaguarão utilizamos as correspondências expedidas da Câmara de Vereadores de Jaguarão, Listas de Qualificação da Guarda Nacional e Votantes, as quais encontram-se nos fundos Autoridades Municipais, documentais da Guarda Nacional e Eleições, respectivamente, e estão sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Ainda para esse mesmo propósito foram importantes os inventários post-mortem, armazenados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, que forneceram um quadro da estrutura econômica daquele município, bem como nos possibilitaram conhecer os integrantes da elite econômica. Ademais, esses documentos foram essenciais para que pudéssemos reconhecer indivíduos que eram aparentados entre si e também para a identificação de outros vínculos entre os membros dessa elite.

Outrossim, foram consultadas as correspondências privadas recebidas por José Antônio Correia da Câmara, o Visconde de Pelotas, que estão localizadas no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, no fundo General Câmara. Do mesmo modo, fizemos uso de correspondências recebidas por Manuel Luís Osório (Marquês do Herval), transcritas nos livros História do General Osório, volumes 1 e 2. Outras fontes foram empregadas de forma ocasional, como testamentos, periódicos e registros cartoriais.

Todas as questões apresentadas serão aprofundadas ao longo do texto, que foi estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado “O lugar das elites locais: recrutamento e hierarquias de uma elite na fronteira meridional do Império”, apresentaremos o perfil da elite de Jaguarão, a partir de três segmentos: os oficiais da Guarda Nacional, os vereadores da Câmara Municipal e a elite econômica do município. Desse modo, intentamos desvelar as características gerais desse grupo. Esse passo permitiu não apenas elucidar as particularidades da elite dessa localidade em relação a outras regiões da província, como também nos permitiu acessar o contexto no qual os mediadores forjaram-se, pois, segundo Giovanni Levi, os mediadores eram provenientes de grupos locais de importância, mas

reuniam em si algumas qualidades que os faziam capazes de ultrapassar as barreiras da comunidade¹⁵.

Assim, no capítulo dois percorremos parte das trajetórias de Ávila e Diana, a fim de identificar os elementos que os habilitavam a atuar como mediadores entre sua localidade e os centros de poder provincial e imperial. Para esse fim, analisamos aspectos como a formação educacional, o contexto familiar e as relações que envolviam mediadores e membros da elite local. Algumas questões impõem-se ao longo de todo capítulo, como o papel central das relações sociais como formadoras de hierarquias e uma marcada endogenia nas relações intra-elite, o que distanciava social e economicamente ainda mais esse grupo dos demais habitantes da localidade, sem, contudo, fechar os caminhos para a mobilidade social.

O terceiro e último capítulo abordou a atuação dos mediadores, as estratégias que utilizavam para efetivar a mediação, destacando a centralidade do clientelismo como um dos mecanismos mais recorrentes. Partindo das mediações de Ávila e Diana percebemos que a potencialidade da ação do mediador estava condicionada a uma série de variáveis, como ocupação de cargos, prestígio que dispunham no momento e a qualidade das relações que estabeleciam¹⁶. Por fim, buscamos averiguar como essas condicionantes influenciaram o desempenho dos mediadores como conectores de Jaguarão com as capitais da província e do Império.

¹⁵ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁶ Citando Pitt-Rivers, Silverman (1977) pondera que boa parte do prestígio do mediador era proveniente das relações que ele possuía fora da localidade. Contudo, as relações não eram igualmente valiosas. Quanto mais poderosa e influente era a pessoa com quem se possuía um vínculo, maior o valor deste.

1 O LUGAR DAS ELITES LOCAIS: RECRUTAMENTO E HIERARQUIAS DE UMA ELITE NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO IMPÉRIO

Parte dos estudos clássicos acerca da construção do Estado Imperial brasileiro postularam que a centralização desse Estado se deu através da iniciativa de grupos hegemônicos que conseguiram levar a cabo um projeto centralizador através da exclusão das forças provinciais e locais desse processo¹⁷. Posteriormente, as pesquisas de uma série de autores contribuíram para relativizar essa tese, demonstrando como essa elite imperial podia apresentar bases econômicas e sociais diversas, bem como as conexões existentes entre essa elite e as forças provinciais e locais¹⁸.

Essas análises lançaram luz ao papel das elites regionais e locais no sistema político imperial. Nesse sentido, o estudo das elites locais adquire grande relevância, uma vez que auxilia na compreensão dos meios pelos quais ocorreu sua inserção e articulação com o Estado Imperial. Os resultados demonstrados nesse capítulo manifestam que as elites locais de uma mesma província não possuem um perfil único, chamando atenção para a importância de não homogeneizarmos sob a alcunha de *elite local* grupos com perfis distintos e que, portanto, poderiam apresentar diferentes formas de relacionamento com o Estado.

Assim, tendo em vista que uma das preocupações centrais dessa dissertação diz respeito às articulações entre elites locais e o governo provincial e central, por meio da ação dos mediadores, o primeiro passo é identificarmos quem era a elite local em questão, quais eram seus espaços de atuação e qual era a sua composição social. Com essa finalidade, neste capítulo realizaremos um estudo de abordagem quantitativa da elite de Jaguarão, a fim de apreender suas características gerais. Antes, porém, é interessante definirmos qual era essa elite da qual trataremos.

¹⁷ Apesar das diferenças entre os autores, são exemplos dessa explicação que afirma que as elites provinciais não interferiram no funcionamento do governo imperial as obras de CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Ver, também: FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**, vol. I. 10ª ed. (1ª ed. 1957). São Paulo: Globo/Publifolha, 2000 e MATTOS, Ilmar R. de. **O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 1990.

¹⁸ Neste sentido são importantes os trabalhos de GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **“A velha arte de governar”**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: UFSM/ Anpuh-RS, 2010. ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008; RESENDE.

O conceito de elite não desfruta de uma definição precisa entre os historiadores. Autores que abordaram a temática das elites advogaram em favor dos benefícios que essa ausência de excessivo rigor para o conceito gerava¹⁹ uma vez que cada sociedade tende a produzir elites com características e critérios de seleção distintos. Assim, concordamos com a premissa que uma elite deve ser definida de acordo com a sociedade e o tema a ser estudado.

Desse modo, a definição que adotamos de elite é operacional e abarca os indivíduos que atingiram o topo da hierarquia social no município de Jaguarão, através da ocupação de “posições-chave”²⁰, que lhes conferiam “status, poder e riqueza”²¹ e privilégios nas relações sociais, uma vez que dispunham de recursos materiais e simbólicos que não estavam acessíveis a maioria da população²².

No caso de Jaguarão três grandes segmentos sociais podem ser caracterizados como posições-chave: os Oficiais da Guarda Nacional, os Vereadores da Câmara Municipal e os indivíduos mais ricos da localidade, a elite econômica. Com isso, entretanto, não pretendemos esgotar as possibilidades de estudo da elite local, uma vez que pessoas que atuavam fora desses segmentos, como padres, juizes e delegados, também podiam exercer influência sobre os habitantes e os destinos da localidade.

A este ponto, o leitor pode estar se perguntando sobre a importância de sabermos desde o título que a elite de Jaguarão habitava a região da fronteira entre Brasil e Uruguai (ver figura 1). Embora não exista uma resposta simples a tal pergunta, para os nossos objetivos nessa dissertação a questão fulcral é que os vínculos com o Estado Oriental, ou ainda, de forma mais essencial, a preocupação com o que se passava na fronteira e no país vizinho foi um traço da sociedade que se erigiu naquele município e, por consequência, da elite que ali se constituiu.

¹⁹ HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por uma outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 7.; MARTINS, Maria Fernanda. **A velha arte de governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. p. 5.

²⁰ HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites..., op. cit.

²¹ BURRKE, Peter. **Veneza e Amsterdã**: um estudo das elites do século XVII. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 16.

²² VELLASCO, Ivan de Andrade. O labirinto das ocupações. Uma proposta de reconstrução da estrutura social a partir de dados ocupacionais. **VARIA HISTORIA**. Minas Gerais. Nº 32, 2004, p. 190-210. p. 197.



Figura 1: Mapa da divisão municipal da Província de São Pedro na década de 1850.

Fonte: Adaptado da Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação cidadã do Rio Grande do Sul. In: GULARTE, Gustavo da Silva. **Fronteira do Jaguarão:** unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

O território sobre o qual Jaguarão estava situada foi alvo de muitas disputas, pelo valor estratégico que possuía, entre espanhóis e portugueses. Assim, até meados do século XVIII, àquelas terras não foram ocupadas de forma sistemática. Contudo, a expulsão dos espanhóis da Vila de Rio Grande em 1776, bem como a indefinição de limites entre as ocupações lusas e espanholas favoreceram a apropriação dessa área. Diante disso, o governo português ampliou a concessão de sesmarias naquela região a fim de garantir o domínio luso²³.

Todavia, foi apenas após a campanha de 1801, reflexo dos conflitos ocorridos da Europa entre Espanha e Portugal, que o rio Jaguarão tornou-se o limite dos domínios ibéricos

²³ OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990. p. 194.

na América. Visando assegurar a ocupação aos portugueses, foi instalada uma Guarda Militar permanente junto ao rio. Seguiu-se a isso um grande aumento populacional na região de pessoas que aproveitaram-se da tomada “de grande quantidade de animais vacuns, cavalares e muares [...] impulsionando a produção pecuária naquela região fronteira e favorecendo a formação de novas unidades produtivas”²⁴.

Desse modo, a fronteira foi um elemento que exerceu influência em toda uma região, dotando de características específicas as sociedades que se formaram no seu entorno. Ademais, como alguns pesquisadores tem demonstrado²⁵, as regiões de fronteira são marcadas por interações complexas, seja entre unidades territoriais, seja entre os atores históricos que nela habitavam. Comportavam a integração e a tensão, ou seja, ao mesmo tempo em que proporcionam a sociabilidade de povos que estão sob diferentes normas e leis, marcam a diferença existente entre eles²⁶. Sendo assim, a fronteira comporta processos e relações variadas e é, ela própria, dinâmica e constantemente construída.

Essas relações podem ser muitas e de naturezas diversas, como percebemos em trabalho anterior²⁷, no qual, através da análise dos livros cartoriais de Transmissão e Notas de Jaguarão entre 1871 e 1880, constatamos que foi significativa a presença dos rio-grandenses donos de propriedades no Estado Oriental e, de forma bem menos acentuada, a de uruguaios com propriedades em Jaguarão. Outrossim, para além das questões de propriedade, verificamos a existência de intensa interação entre rio-grandenses e uruguaios que se manifestou de diferentes formas, como contratos de sociedade, nomeação de procuradores de outra nacionalidade, disputa por terras e cobrança de dívidas.

²⁴ GULARTE, Gustavo. da Silva. **Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiro, 1801-1835.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.p. 37.

²⁵ FARINATTI, Luis Augusto. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865).** Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2010 e THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. **Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil. (1845-1889).** Porto Alegre: PPGH/PUCRS, 2012. Tese de Doutorado

²⁶ Sobre a renovação do conceito de fronteira teve importante papel os referenciais teóricos da antropologia, como as proposições de Barth, que buscou relativizar o conceito estático e imutável de grupo étnico, afirmando que a persistência de um grupo étnico não depende do seu isolamento, mas sim da manutenção das suas fronteiras. Portanto, a fronteira proporciona também o contato e a interação com o outro, ao mesmo tempo em que marca a diferença BARTH, Frederik. “Grupos Étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, P & STREIF-FENART, J. **Teorias da etnicidade.** São Paulo: UNESP.1998: 185-229. Para um aprofundamento sobre o conceito de fronteira ver: SCHMIT, Roberto. La construcción de la frontera decimonónica en la historiografía rioplatense. 2008. **Mundo agrario.** 2008, vol.8, n.16.

²⁷ **A vida na fronteira meridional do Império: a presença dos rio-grandenses em terras uruguaias (1870-1880).** Texto inédito.

No que diz respeito estritamente aos vínculos entre a elite de Jaguarão e o Uruguai, seja através de negócios, posse de propriedades ou relações de amizade e parentesco, os números demonstram a existência de conexões que parte significativa dessa elite mantinha com o Estado Oriental. Entre os vereadores da Câmara Municipal de Jaguarão 29% possuía algum vínculo, entre os oficiais da Guarda Nacional o percentual era de 33,1% e entre os membros da elite econômica os casos nos quais verificamos a presença de laços com o lado oriental atingiram 75% dos integrantes²⁸. Cabe salientar que esses números provavelmente estão subestimados, uma vez que boa parte das relações interpessoais ocorria de maneira informal, não deixando registros para o historiador.

Tudo que foi exposto até o momento indica que os habitantes dessa região fronteiriça parecem ter estado bastante à vontade para circular e estabelecer propriedades e relações variadas nesse espaço. No entanto, isso não significa que eles ignoravam a existência de um limite que separava dois Estados nacionais, os quais operavam sob diferentes leis. Tinham a compreensão, ainda que limitada, que suas ações em um ou em outro país podiam implicar diferentes consequências, o que poderia se configurar como um fator de vantagem ou desvantagem, dependendo das circunstâncias na qual estavam atuando.

Nesse sentido, foi possível observar casos nos quais a diferença de legislação favoreceu os cidadãos brasileiros. Assim ocorreu no processo de inventariados dos bens da matriarca Dona Bernardina Dias Gomes²⁹. Um dos filhos da falecida, Bernardino Gomes de Araújo, residia nas terras da família localizadas no Uruguai, onde também contraiu matrimônio com a oriental Carlota de La Mancha. A família possuía campos, estância e animais em terras uruguaias que foram avaliados em cerca de setenta contos de réis, quantia que constituía quase 70% da fortuna da família. No entanto, no momento da morte da sogra, a viúva Carlota ficou excluída da partilha dos bens existentes naquele país por não ser meeira com seu falecido marido, como definia a lei do Estado Oriental.

Em contrapartida, em alguns inventários post-mortem encontramos casos de escravos que fugiam para o Uruguai em busca da liberdade. Isso ocorria porque a escravidão no Estado Oriental havia sido abolida em 1842. Dessa forma, ao ultrapassarem a fronteira, os escravos de senhores brasileiros tinham a possibilidade de conquistar legalmente o acesso à liberdade. Desse

²⁸ Para chegarmos a esses números procuramos nos inventários post-mortem e nos registros notariais de Jaguarão da década de 1870 pelos nomes de todos os vereadores, de todos os membros da elite econômica e dos oficiais da Guarda Nacional (apenas aqueles com as patentes de capitão ou superiores) que possuíam propriedades de terras ou negócios no Uruguai.

²⁹ Inventário de Bernardina Dias Gomes, Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Processo 91, Maço 3.

modo, as leis abolicionistas uruguaias se apresentavam como uma possibilidade de liberdade para os cativos e como um problema para os senhores, que ao perderem um escravo, perdiam parte de seu capital³⁰.

Percebemos, portanto, que a fronteira podia ser manejada pelos que circulavam nas suas adjacências, mas o acesso dos habitantes da região aos recursos da fronteira não se dava de forma igualitária, haja vista que aqueles que ocupavam os postos mais altos da hierarquia local tinham maiores possibilidades de ganhos³¹. Para além disso, esse manejo da fronteira por parte de seus moradores não era absoluto, visto que os atores sociais tinham controle apenas de parte do processo, sendo suas ações sempre acompanhadas de um alto grau de imprevisibilidade.

Por fim, é preciso destacar que a Guarda Nacional também teve sua dinâmica impactada pela condição fronteiriça de Jaguarão. As guerras que se sucederam em épocas nas quais diferentes projetos de Estados Nacionais estavam em disputa na região platina fizeram com que os efetivos da Guarda Nacional fossem constantemente convocados para auxiliar as tropas regulares nos enfrentamentos bélicos, fator esse que conferiu à milícia um caráter militar. Da mesma forma, a epidemia bélica da região fez com que as funções militares desfrutassem de um prestígio que não é verificado em outras regiões do Império brasileiro.

O emprego militar constante da Guarda Nacional foi um traço da instituição na província do Rio Grande Sul. Contudo, apesar das características comuns a toda província, a Guarda Nacional apresentou características específicas na conformação do seu oficialato em Jaguarão, assim como ocorreu com a os vereadores da Câmara Municipal e com mais ricos habitantes do município.

A fim de melhor demonstrar essas especificidades, nos subcapítulos a seguir nos aprofundaremos no perfil da elite local para cada um dos três segmentos definidos anteriormente. Simultaneamente, em uma breve análise comparativa com outros municípios

³⁰ Ver Jônatas Caratti **O solo da liberdade:** as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1846). PPG da Unisinos. São Leopoldo, 2010. [Dissertação de mestrado], GRINBERG, Keila. **As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América.** 1. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2013., ALADRÉN, Gabriel. **Sem respeitar fé nem tratados:** escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835). Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2012.

³¹ THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; FARINATTI, Luís Augusto E. A fronteira manejada: apontamentos para um história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio M.. (Org.). **Experiências Nacionais, temas transversais:** subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo, 2009, p. 145-177.

da província do Rio Grande do Sul, demonstraremos como realidades sociais e econômicas distintas produziam elites distintas. Em Jaguarão, por exemplo, elementos como idade e estado civil parecem ter sido mais decisivos no recrutamento da elite local do que em outros municípios da província principalmente em relação aos oficiais da Guarda Nacional e aos Vereadores. Uma possível explicação pode ser encontrada nas hipóteses de Peter Burke³². Como observou o autor em seu clássico estudo prosopográfico sobre as elites de Veneza e Amsterdã no século XVII, uma cidade organizada há menos tempo, tende a ser mais aberta a novos membros e menos fechada à mobilidade social (ascendente e descendente), como era o caso de Amsterdã. Ao passo que uma cidade mais antiga e com famílias mais antigas, fatores hierarquizantes de status, riqueza e faixa etária são mais importantes, configurando a reprodução de uma elite menos propensa a aceitar novos membros.

1.1. AS FONTES

O corpus documental utilizado para a construção do perfil das elites de Jaguarão conta com dois tipos de fontes principais: as listas de qualificação – para votantes e para a Guarda Nacional – e os inventários *post-mortem*. As listas de qualificação eram produzidas com finalidades distintas, mas apresentavam a mesma configuração e o mesmo tipo de informação no que diz respeito à faixa etária, ao estado civil, à renda anual e à profissão dos qualificados. Deste modo, os dados contidos nesses documentos puderam ser agregados e serializados, sendo amplamente usados para a análise dos Oficiais da Guarda Nacional e para os Vereadores.

Esses documentos estão sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e, embora as qualificações fossem anuais, as únicas listas que resistiram à ação do tempo foram as listas de qualificação da Guarda Nacional dos anos de 1864 para a reserva, de 1874 para a reserva e o serviço ativo, de 1886 também para o serviço ativo e da reserva, além das Listas de Conduta dos Oficiais dos anos de 1863, 1864, 1865, 1866 e 1871. As listas de votantes correspondem aos anos de 1857, 1863, 1864 e 1867.

No que diz respeito aos inventários *post-mortem*, foram pesquisados todos os inventários no período de 1860 a 1889 (Cartório Cível, Órfãos e Ausentes e Provedoria). Essa documentação traz informações referentes à constituição do patrimônio dos inventariados,

³² BURKE, 1991, op. cit.

através da descrição e avaliação dos bens. Assim, é possível visualizar a fonte da riqueza dos membros da elite econômica.

Através da análise serial das informações contidas nessas fontes construímos o perfil das elites locais de Jaguarão. De modo geral, a investigação se deu com base em elementos como categorias sócio-ocupacionais³³, critérios etários, renda anual e composição das fortunas. Entretanto, alguns fatores ganharam mais destaque de acordo com o problema a ser explorado e as características das fontes.

1.2. OS OFICIAIS DA GUARDA NACIONAL

Criada em 1831, durante o período regencial, a Guarda Nacional era uma milícia composta por cidadãos com a função de atuar na manutenção da ordem interna do país e auxiliar na defesa externa quando necessário. Em 1850, em meio a uma série de reformas de cunho centralizador, como a lei de interpretação do Ato Adicional (1840) e a reforma do Código de Processo Criminal (1841), a Guarda Nacional também foi submetida a uma reforma. A partir de então a Guarda Nacional em todas as províncias passou a ser organizada por uma legislação única, a qual alargava o controle do governo central, via ministro da Justiça e Presidentes de Província, sobre a instituição, passando os oficiais a serem indicados por nomeação³⁴.

No que tange à lei que regulamentava a Guarda Nacional nas províncias limítrofes, em 1857 foi promulgado um decreto definindo regras específicas. Tendo em vista os riscos de um ataque externo, o governo adotou medidas que aumentavam o controle sobre a Guarda e visavam ampliar o número de homens que poderiam ser qualificados. Assim, houve uma diminuição da renda mínima exigida, que passou de 200 para 100 mil réis, a limitação das isenções, proibindo que guardas nacionais fossem nomeados inspetores de quartelão e a ampliação do poder do Presidente da Província que, a partir de então, poderia nomear

³³ As categorias sócio ocupacionais foram mantidas na forma como estavam expostas nas listas de qualificação, as únicas exceções foram as categorias “Empregados Públicos”, onde agrupamos as seguintes atividades: cargo público, empregado na Alfândega, empregado público, escrivão, carcereiro, coveiro, inspetor de quartelão, vigário, juiz de paz e porteiro da Câmara, e “Ocupações mecânicas e prestadores de serviços” que abarca as atividades de açougueiro, alfaiate, artista, barbeiro, carpinteiro, colchoeiro, ferreiro, funileiro, impressor, jornaleiro, lombilheiro, marceneiro, marítimo, músico, ourives, pedreiro, pescador, pintor, professor de piano, relojoeiro, sapateiro, tamanqueiro, tipógrafo, trabalhador, tropeiro.

³⁴ No caso do Rio Grande do Sul, a nomeação dos oficiais já era escolha do Presidente da Província desde 1837 (RIBEIRO, 2005, p.152).

provisoriamente oficiais do exército para Comandantes Superiores sempre que julgasse ser necessário³⁵.

Desse modo, a Guarda Nacional constituía-se em um braço do Estado nos rincões mais distantes do Império. Tinha uma função importante no controle social e desempenhava, liturgicamente, atividades referentes à administração. Simultaneamente, era uma instituição que possibilitava a construção e ampliação de clientelas, ao colocar sob o comando de um potentado local uma milícia de homens armados. Além disso, a própria qualificação para a Guarda Nacional propiciava o surgimento de redes de proteção, como veremos adiante³⁶. Essa relação complexa, segundo Fernando Uricoechea, se realizava sob a lógica de que “o estado concede autoridade e *status* em troca da cooperação e serviços dos senhores de terra”³⁷.

Dentre as várias atribuições da Guarda Nacional estava a responsabilidade manter a ordem durante o processo eleitoral. Contudo, não foram poucas as ocasiões nas quais os Comandantes Superiores fizeram uso do poder que detinham por ocuparem o cargo, para coagir seus subordinados a votar no candidato deles nas eleições, ou ainda impedindo, através da ameaça ou do uso efetivo da violência, os votantes do partido ou facção rival de votarem.

Na tentativa de evitar essas situações e diminuir o poder dos comandantes, em 1873 o governo imperial aprovou uma nova legislação para a Guarda Nacional. A partir de então, esta poderia ser convocada em circunstâncias extraordinárias, como rebeliões e guerras externas e, ordinariamente, apenas uma vez no ano, em data que seria decidida pelo comandante superior, mais não poderia ocorrer “dois meses antes ou depois de qualquer eleição”³⁸. Além disso, foi estabelecida a idade limite de 40 anos para a qualificação no serviço ativo, o que diminuía o efetivo, ainda que tenham existido casos em que essa norma não foi respeitada, como nos mostram as listas do serviço ativo da Guarda Nacional de Jaguarão dos anos de 1874 e 1886. Segundo Fertig, essa foi a mudança que mais afetou a organização da guarda na província sulina. Apesar disso, no caso de Jaguarão a lista do serviço ativo de 1886 tem aproximadamente o dobro de homens qualificados que a de 1874,

³⁵ FERTIG, André. **Clientelismo político em tempos belicosos**. A Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873). Santa Maria: EdUFMS, 2010. p. 36.

³⁶ Até 1874, quando a Lei do Recrutamento para o exército foi modificada e ser membro da Guarda Nacional deixou de ser critério para isenção para o serviço militar. A nova lei instituiu que o recrutamento seria realizado por sorteio.

³⁷ URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX**. São Paulo: DIFEL, 1978. p. 114.

³⁸ COLEÇÃO de leis do Império do Brasil. Lei n. 2395, de 10 de setembro de 1873. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao7.html>.

836 e 456 qualificados respectivamente. Mesmo levando-se em consideração o possível crescimento populacional, tratava-se de um número expressivo.

À vista dessas modificações na legislação, deveríamos desconsiderar os oficiais da Guarda Nacional como elite a partir de 1873? Não seria mais ela capaz de institucionalizar hierarquias costumeiras e produzir uma elite? O primeiro elemento a considerar é que o principal fator de desmobilização não se aplicava a províncias limítrofes com outros países, como era o caso do Rio Grande do Sul. Ademais, ser um soldado da Guarda Nacional era sinônimo de ser cidadão, diferenciava os bons dos maus e premiava os “melhores” com as patentes mais altas. Nas palavras do Visconde de Ouro Preto, mesmo após essa reforma os postos de oficiais na Guarda Nacional permaneceram como “verdadeiras distinções honoríficas, com que os partidos galardoam seus melhores cabos”³⁹.

Contudo, chegar as posições mais elevadas da Guarda Nacional era um feito atingido apenas por alguns membros daquela comunidade. Em vista disso, buscamos aqui desvendar quais as características comuns aos integrantes da Guarda Nacional e quais as qualidades que acompanhavam aqueles que ocupavam os postos mais elevados dessa instituição. Para esse fim, apresentaremos uma comparação entre o perfil dos guardas nacionais soldados rasos, dos oficiais e dos oficiais superiores.

O processo de avaliação para designar quem estava apto a servir na Guarda Nacional deveria ocorrer todos os anos através de um Conselho de Qualificação, constituído por três oficiais designados pelo Presidente da Província, conforme estabelecido na lei de 1850. Por um lado, ser qualificado para o serviço na Guarda Nacional, principalmente no serviço ativo, podia implicar o desempenho de uma atividade muito onerosa, uma vez que afastava os homens de seus trabalhos, por períodos variáveis que dependiam da conjuntura, sem que eles recebessem nenhum pagamento por servir à nação e, como veremos, os qualificados para a guarda nacional não eram, majoritariamente, possuidores de grandes fortunas.

Por outro lado, servir na milícia cidadã abarcava uma série de vantagens. Em primeiro lugar, constituía isenção ao recrutamento militar (até 1874), um dos grandes temores dos homens livres que viviam no Império do Brasil, sobretudo daqueles oriundos das camadas mais populares. A carreira militar, durante quase todo o período imperial, era pouco atrativa,

³⁹ Apud Graham, 1997, op. cit., p. 131.

uma vez que o exército era tido como o lugar dos vagabundos, da escória da sociedade e onde os soldados eram submetidos a severos castigos físicos⁴⁰.

Nessas qualificações eram confeccionadas listas, posteriormente enviadas ao presidente da província. A partir dessas listas chegamos a um total de 1969 guardas nacionais soldados rasos, sendo 182 oficiais e, desses, 20 eram oficiais superiores (brigadeiros, comandantes superiores, coronéis, tenentes coronéis e majores). Na maioria dos casos, os oficiais avaliados são os mesmos, havendo pouca variação ao longo dos anos. Uma tendência à incorporação de oficiais novos pode ser notada apenas em meados da década de 1880, quando o Capitão Comandante Interino Joaquim Francisco das Chagas envia ao Presidente da Província uma listagem dos oficiais do Comando Superior e dos Corpos de Cavalaria, contendo apenas a data de suas nomeações. Por essa razão, sobre uma parte desses oficiais listados na década de 1880 não foi possível encontrar informações completas.

Em relação ao estado civil notamos que o percentual de casados diminui à medida que percorremos a hierarquia de cima para baixo, chegando os guardas nacionais soldados rasos solteiros a quase 60%, conforme o quadro abaixo:

Quadro1: Estado Civil dos Oficiais Superiores, Oficiais e dos Guardas Nacionais soldados raso em Jaguarão (1860-1889)

Estado Civil	Oficiais Superiores	Oficiais	Guardas Nacionais
Casado	89%	71%	40%
Solteiro	11%	23%	58%
Viúvo	0	6%	2%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas listas de qualificação para a Guarda Nacional dos anos de 1864, 1874 e 1886 e Lista de Conduta de Oficiais da Guarda Nacional dos anos 1863, 1864, 1865, 1866 e 1871.

No que diz respeito às faixas etárias ocupadas por esses homens, salta aos olhos a maior concentração de guardas na faixa etária até 44 anos, ao passo que os oficiais apresentam uma tendência inversa, chegando os oficiais superiores a possuírem apenas 20% de oficiais jovens, como fica claro no quadro 2:

⁴⁰ RIBEIRO, José Iran. “Dê-lhe laço como sargento de escolta”: a violência nos recrutamentos militares. História em Revista (UFPel), v. 10, p. 61-74, 2004.

Quadro 2: Faixa Etária dos Oficiais Superiores, Oficiais e dos Guardas Nacionais soldados raso em Jaguarão (1860-1889)

Faixa Etária	Oficiais Superiores	Oficiais	Guardas Nacionais
18 – 44 anos	19%	58%	81%
45 – 59 anos	69%	36%	18%
60 – 72 anos	12%	6%	1%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas listas de qualificação para a Guarda Nacional dos anos de 1864, 1874 e 1886 e Lista de Conduta de Oficiais da Guarda Nacional dos anos 1863, 1864, 1865, 1866 e 1871.

Esse perfil de oficialato é distinto do encontrado por Miquéias Mügge no município de São Leopoldo, no período entre 1850 e 1873⁴¹. O autor demonstrou que os oficiais naquele município eram bastante jovens, chegando os oficiais com até 44 anos a alcançarem o índice de 92%. Nesse mesmo sentido, ao avaliar a presença de oficiais na Câmara de Vereadores de São Sebastião do Caí, Carina Martiny concluiu que a idade não era um elemento determinante na concessão de postos de comandância na Guarda Nacional, pois, ainda que a maioria dos vereadores oficiais estivesse na faixa dos 40 anos ou mais (62,5%), havia um número grande de oficiais jovens⁴².

Essa diferença fica mais clara quando nos detemos um pouco mais nas informações contidas nas Listas de Conduta dos Oficiais. Os dois postos mais altos da Guarda Nacional, no ano de 1863-1864-1865-1866, eram ocupados pelos cidadãos mais velhos do oficialato naquela ocasião: o Comandante Superior do Estado Maior Manuel Pereira Vargas, e o Tenente Coronel Chefe do Estado Maior Florisbello Antônio d'Ávila. O primeiro possuía medalha das Campanhas de Montevideu, era membro do Conselho Imperial da Ordem Cruzeiro, Oficial da Imperial Ordem da Rosa e Comendador da mesma. O segundo era também Oficial da Imperial Ordem Rosa, posteriormente nomeado Comendador.

⁴¹ MUGGE, Miquéias Henrique. **Eles estão prontos a contribuir:** guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul –segunda metade do século XIX. Dissertação (mestrado). UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2012. p. 110.

⁴² MARTINY, Carina. **“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”.** Constituintes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010. p. 171.

A partir desses dados, podemos pressupor que houve uma predileção na nomeação de oficiais por homens experientes, de uma faixa etária mais elevada e casados (e condecorados em alguns casos), o que tornava o acesso a esses postos mais difícil em Jaguarão do que em São Leopoldo ou São Sebastião do Caí. É ainda importante lembrar que, embora os oficiais fossem nomeados pelo presidente da província ou pelo Ministro da Justiça, essas nomeações eram determinadas com base nas indicações realizadas pelos Comandantes da Guarda, ou seja, refletiam os critérios de recrutamento considerados relevantes pelos próprios integrantes da elite.

Quanto às profissões, os índices do quadro 3 demonstram que os oficiais estavam ligados a atividades predominantemente rurais, como fazendeiro, criador e proprietário, ao passo que os guardas nacionais se distribuíam em diversas ocupações. No entanto, apenas aqueles indivíduos que desempenhavam determinadas ocupações foram capazes de chegar ao oficialato. Os fazendeiros, por exemplo, que eram 25% dos Oficiais, eram irrisórios entre os guardas nacionais. Por outro lado, os “agências” que perfaziam quase 60% dos qualificados para guardas nacionais são apenas 5,1% do total de oficiais e não estão presentes entre os oficiais superiores. Mas permanece a questão: quem eram esses homens?

Quadro 3: Ocupação dos Oficiais Superiores, Oficiais e Guardas Nacionais soldados rasos de Jaguarão (1860 -1889).

Ocupação	Oficiais Superiores	Oficiais	Guardas Nacionais
Advogado	6,3%	0,7%	0,4%
Agência	0	5,1%	59%
Comerciante	0	12%	4,4%
Criador	31,2%	37%	22%
Empregado Público	0	4,5%	2%
Fazendeiro	25%	7%	0,1%
Lavrador	0	0	0,5%
Médico	0	0,7%	0,1%
Proprietário	37,5%	30%	5%
Ocupações Mecânicas e Prestadores de Serviço	0%	3%	6,5%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas listas de qualificação para a Guarda Nacional dos anos de 1864, 1874 e 1886 e Lista de Conduta de Oficiais da Guarda Nacional dos anos 1863, 1864, 1865, 1866 e 1871.

Em 1874 foram qualificados 457 cidadãos para o serviço ativo na Guarda Nacional, sendo 335 classificados como “agência”. Não encontramos pesquisas que se detiveram no estudo desse grupo, mas possivelmente era uma designação que abarcava uma série de diferentes atividades desempenhadas por pessoas que viviam de seus trabalhos, de suas agências⁴³. De acordo com Tassiana Saccol a agência era um indivíduo “que não possuía uma ocupação única que o definisse, como criador ou negociante [...] Podia realizar transações com gado e animais diversos, realizar pequenos negócios, possuir uma roça, vender sua força de trabalho eventualmente ou executar outras tarefas”⁴⁴. Em Jaguarão constituíam um grupo composto por pessoas majoritariamente de baixa renda, solteiros (68%) e com até 40 anos de idade (87%)

Acompanhando esses homens por décadas percebemos que, de 1860 para 1870 e depois 1880, 10% deles deixaram de ser classificados como agência e passaram a ser designados como “criadores”. Assim, observamos uma leve tendência que, somada a sua faixa etária e estado civil, indica que parte desses homens estava começando suas vidas, não possuíam um capital inicial que lhes provesse certa estabilidade e, por essa razão, precisavam prestar trabalhos diversos. Porém, em uma fase mais amadurecida da vida conseguiam se estabelecer como pequenos criadores de gado, proprietários ou não de suas terras, provavelmente aliando essa atividade à prática da agricultura também em pequena escala.

Luís Farinatti também notou esse processo de maior estabilidade vinculada ao envelhecimento. Analisando a composição social do grupo dos peões em Alegrete, Farinatti verificou que a maioria dos integrantes desse segmento social era composta por homens solteiros e que 75% deles eram jovens com até 35 anos, “enquanto os lavradores e criadores apresentavam características inversas”. Ou seja, para muitos o trabalho de peão era temporário. Por outro lado,

Depois de casados, eles podiam continuar a assalariar-se nas estâncias, mas pode-se imaginar que, tendo condições, preferiam fazê-lo por dia/tarefa ou por apenas alguns meses durante o ano. Assim, poderiam atender sua produção independente. Em favor dessa hipótese, temos os casos frequentes

⁴³ Assim foi descrita a atividade de Antônio José Simões quando foi testemunha em um processo de inventário: “Antônio José Simões, natural de Portugal, de estado solteiro, de idade que deve ter trinta anos, morador dessa cidade, renda vivendo de sua agencia de guarda livros”. Inventário de Domingos José da Silva e Iria Joaquina da Silveira. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1864. Auto 457. Maço: 19.

⁴⁴ Saccol, Tassiana Maria Parcianello. **Um propagandista da República**: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. p. 125.

de peões que iam com seus familiares contratar-se nas estâncias e saíam também juntos⁴⁵.

Farinatti ainda aponta que o trabalho como peão podia ser uma atribuição do membro mais jovem e solteiro da família, que depois podiam empregar-se o ano todo nas estâncias ou voltar para suas casas e auxiliar na produção familiar. De qualquer forma, essa era uma estratégia que dava maior segurança às famílias, que podiam também contar com as rendas obtidas com o trabalho de peão. Em alguns casos a existência de apenas um filho capaz de prover o sustento da casa também justificava o emprego temporário como peão. Assim, em 1862, vendo seu único filho preso, Manoella Rosa de Lima recorreu à Câmara de Vereadores, pedindo que soltassem seu filho, Antônio Francisco de Lima, pois era ele “o único arrimo do qual dispunha para granjear meios para sua subsistência, cuidando ora na pequena plantação de uma chácara e nos intervalos já como peão de diferentes pessoas que o procurão e ultimamente tem arrancado pedras no logradouro publico d’esta Cidade”⁴⁶. Nas listas de qualificação da Guarda Nacional de 1874 e 1886, Antônio de Lima é declarado como “agência”, demonstrando como essa designação podia abranger uma série de situações de trabalho.

Entretanto, é preciso ressaltar que esses são apenas alguns dos possíveis caminhos, pois muitas agências permaneceram com essa classificação na lista de 1886. É possível ainda que paralelamente à criação de gado esses homens continuassem a prestar seus trabalhos, mas que o presidente do Conselho de Qualificação tenha preferido classifica-los como criadores.

No que diz respeito à renda anual dos qualificados (Quadro 4) é possível observar que havia uma predominância entre os oficiais de indivíduos com rendas anuais acima de 800 mil réis (73%). Em contrapartida, os guardas encontram-se na faixa de renda de até 400 mil réis (87%), uma renda considerada baixa, e não possuíam nenhum componente na faixa de dois contos de réis. Contudo, é interessante notar que, mesmo que o decreto de 1857 regulamentasse que nas províncias fronteiriças a renda anual mínima exigida para a qualificação dos guardas fosse de 100 mil réis, nenhum indivíduo foi listado com renda abaixo de 200 mil réis. Ao passo que entre os votantes é possível encontrar rendas de 100 mil réis.

⁴⁵ FARINATTI, 2010, op. cit., p. 356.

⁴⁶ Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão 10 de março de 1862. Maço 87. Fundo Autoridades Municipais. AHRs.

Quadro 4: Renda Anual dos Oficiais Superiores, Oficiais e Guardas Nacionais soldados rasos de Jaguarão (1860 -1889).

Renda Anual	Oficiais Superiores	Oficiais	Guardas Nacionais
200\$000 a 399\$999	0	22%	89%
400\$000 a 799\$999	0	14%	5%
800\$000 a 1:999\$999	58,8%	52%	4%
2:000\$000 ou mais	41,2%	12%	2%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas listas de qualificação para a Guarda Nacional dos anos de 1864, 1874 e 1886 e Lista de Conduta de Oficiais da Guarda Nacional dos anos 1863, 1864, 1865, 1866 e 1871.

Esses números destoam, novamente, dos encontrados por Mügge. O autor verificou a existência de um grande número de oficiais com rendas anuais abaixo de 400 mil réis em São Leopoldo, concluindo que a renda não era decisiva para alguém tornar-se oficial, mas ressalva que o posto mais alto era ocupado pelo cidadão com maiores rendas⁴⁷. Sob essa perspectiva, os dados apontam em direções semelhantes aos do oficialato de Jaguarão, haja vista que dos treze oficiais que possuíam renda de até 800 mil réis, nenhum ocupou postos de comandância.

A composição social dos guardas nacionais soldados rasos e dos oficiais indica a existência de uma sociedade fortemente hierarquizada em Jaguarão, na qual o perfil dos oficiais se apresenta de maneira quase inversa ao dos guardas nacionais. Os critérios que remetem a estabilidade e experiência, somados às poucas profissões encontradas entre os oficiais, principalmente os de alta patente, demonstram a grande distância social existente entre eles e seus comandados, o que possivelmente resultava no estabelecimento de relações de cunho desigual.

1.3. ELITE POLÍTICA: OS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL

A análise do oficialato da Guarda Nacional demonstrou como o acesso a esses postos era restrito. Nas páginas que seguem, apresentaremos o perfil de outra elite de Jaguarão, os vereadores, que constituíram a elite política do município.

⁴⁷ MÜGGE, 2012, op. cit. p. 112.

Embora existam muitos estudos que tratem sobre as Câmaras Municipais no período colonial e mesmo nas primeiras décadas do Império⁴⁸, poucos são os historiadores que se dedicaram sobre tal tema em relação ao Segundo Reinado. Parte desse desinteresse é reflexo do pouco poder decisório atribuído às Câmaras Municipais no período e a grande dependência que teriam da Assembleia Provincial, especialmente se comparado com os séculos anteriores, quando as Câmaras consubstanciaram-se em um espaço fundamental de governabilidade do império português⁴⁹.

Mas, se por um lado as Câmaras perderam poder e, durante o período imperial, nunca voltaram a desfrutar da autonomia de outrora, principalmente após a Lei de Interpretação do Ato Adicional, por outro, isso não implica que elas não fossem um espaço importante na esfera local e, tampouco, que estavam totalmente submetidas às vontades da Assembleia Provincial. Ademais, alguns dos homens mais poderosos da região ocuparam o cargo de vereador em Jaguarão. Isso não significa que todos os poderosos locais, senhores de terras, escravos e gado ou ricos comerciantes quisessem ocupar o posto de vereador, mas o fato de que parte deles desejava ocupar esse espaço faz com ele mereça atenção.

Apesar das medidas que tinham por finalidade restringir o poder das Câmaras, existiam brechas através das quais os vereadores podiam barganhar poder. Uma dessas brechas era a atribuição da Câmara prevista em lei de elaborar do Código de Posturas Municipais, um instrumento bastante efetivo de controle sobre o cotidiano local, uma vez que

“[...] determinava os impostos a serem pagos pelos diversos setores da economia local e, também, contratava serviços e empregados. Tais funções garantiam aos indivíduos que ocupassem o cargo de vereador grande poder de negociação com os vários setores da sociedade, assim como lhes permitia consolidar, no âmbito da administração pública, a presença de sua facção. À Câmara também elaborar o Código de Posturas Municipais, fiscalizar seu cumprimento e aplicar as penas previstas aos infratores. Essa atribuição demonstra que fazer parte da Câmara poderia ser, em grande medida, vantajoso, justificando, assim, as disputas ocorridas nas eleições”⁵⁰.

⁴⁸Ver KÜHN, Fábio. **Gente de fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2006. COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)**. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre/Ed. UFRGS, 2008., BICALHO, Maria Fernanda. “As Câmaras Ultramarinas e o governo do Império”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda; GOUVÊA, M. Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001., NUNES, Dúnia dos Santos. **A Câmara Municipal de Pelotas e seus vereadores: exercício do poder local e estratégias sócias (1832-1836)**. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2013.

⁴⁹ KÜHN, 2006, op. cit. p. 270.

⁵⁰ MARTINY, 2010, op. cit. p. 96.

Assim, ainda que não tivesse ampla autonomia, a Câmara era o órgão político principal ao nível local e desfrutava de grande margem de ação. Deste modo, seus integrantes constituíam a elite política da localidade e o estudo do perfil desses vereadores lança luz sobre os mecanismos de recrutamento da elite local de Jaguarão.

Entre 1860 e 1889 houve em torno de oito legislaturas, para as quais foram eleitos 59 vereadores⁵¹. Não podemos afirmar o número preciso de legislaturas haja vista que as Atas da Câmara não encontram-se disponíveis para a pesquisa. Desse modo, o caminho possível para identificarmos os vereadores foi através da consulta às correspondências expedidas da Câmara. A partir de fins da década de 1870, as informações repassadas ao presidente da província estão organizadas de forma mais sistemática, comunicando os vereadores eleitos e o quadriênio. Para os anos anteriores, optamos por incluir os vereadores que por mais vezes assinavam as correspondências, além do Presidente da Câmara e do secretário que eram indicados ao final de todas as missivas.

Assim como notou Martiny em relação aos vereadores eleitos em São Sebastião do Caí, em Jaguarão o percentual de renovação camarária também era elevado. Dos 59 vereadores eleitos ao longo do período, 71% foram eleitos somente uma vez, 20,5% foram eleitos duas vezes e apenas 8,5% foram eleitos três vezes⁵². Segundo a autora, esses altos índices de renovação ocorriam porque muitos vereadores não tinham na carreira política sua principal preocupação. Concordamos com a premissa da autora, no entanto, diferente da situação verificada por ela em São Sebastião do Caí, dos indivíduos que integraram os quadros da elite política da municipalidade em Jaguarão, três construíram carreira política ocupando postos na esfera provincial e/ou nacional. Sendo assim, podemos supor que suas preocupações políticas iam além do nível local e, em alguns momentos, eles desempenharam simultaneamente as funções de vereadores e deputados provinciais.

Um ponto sobre o qual torna-se difícil oferecer uma comparação mais ou menos confiável diz respeito ao nível de educação dos membros da elite política local, uma vez que os dados para tal são insuficientes. Podemos estimar que se para os Ministros do Império, no

⁵¹ Não foi possível encontrar todas as informações para todos os vereadores. Isso se explica pelo fato de terem resistido ao tempo listas de votantes apenas para a década de 1860, fazendo que muitos vereadores de décadas posteriores não fossem encontrados. Do mesmo modo, como demonstraremos, nem todos os vereadores eram membros da Guarda Nacional, não sendo, portanto, encontrados nessas listas. Por fim, alguns vereadores não estão presentes nos inventários ou por terem falecido no período subsequente a 1889 ou porque o processo de inventário ocorreu em outra cidade.

⁵² MARTINY, 2010, op. cit. p. 135.

período entre 1853 a 1888, José Murilo de Carvalho⁵³ encontrou um índice de cerca de 95% de Ministros com ensino superior e para os deputados provinciais no mesmo período Vargas encontrou um índice em torno de 60%⁵⁴, os números para uma localidade predominantemente rural e distante dos grandes centros seriam muito inferiores. Dentre os vereadores, aqueles que estimamos que tenham formação superior (médicos, advogados e professores) eram apenas 17% dos vereadores.

Em relação à faixa etária dos vereadores e dos votantes apresentamos os dados no quadro 5. Como buscamos por essas informações em documentos que não eram, necessariamente, correspondentes ao período no qual os vereadores estavam exercendo o cargo, ajustamos a idade para o primeiro ano em que integraram a Câmara Municipal.

Quadro 5: Faixa Etária dos Vereadores e Votantes de Jaguarão (1860-1889)⁵⁵

Faixa Etária	Vereadores	Votantes
19 – 39 anos	23%	53%
40 – 59 anos	62%	36%
60 anos ou mais	15%	11%
TOTAL	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas listas de qualificação para votantes dos anos de 1857, 1863, 1864 e 1867, nas listas de qualificação para a Guarda Nacional dos anos de 1864, 1874 e 1886 e Lista de Conduta de Oficiais da Guarda Nacional dos anos 1863, 1864, 1865, 1866 e 1871.

Apenas um vereador tomou posse com menos de 30 anos (Luís Gedeão de Faria tinha 29 anos quando foi eleito em 1887) e a maioria deles (62%) se encontra na faixa entre 40 e 59 anos. Essa porcentagem difere bastante da encontrada por Martiny para o município de São Sebastião do Caí, no qual os vereadores com menos de 40 anos chegam a 39,4% e alguns assumiram com menos de 30 anos.

Em contrapartida, os votantes encontram-se mais distribuídos pelas diferentes faixas etárias, ainda que prevalecessem os mais jovens, uma vez que destes, 52% tinham entre 19 a 40 anos. Neila Nunes identificou um perfil de votantes na porção rural de Campos dos Goytacazes, no período entre 1870 e 1889, muito semelhante ao de Jaguarão. Assim como verificado pela autora naquela região, o perfil dos votantes de Jaguarão também refletia a

⁵³ CARVALHO, 2003, op. cit. p. 78.

⁵⁴ VARGAS, 2010, op. cit. p. 78.

⁵⁵ Possuímos os dados acerca da idade de 47 vereadores e resultados apresentados foram feitos tendo esse número como total.

estrutura da pirâmide etária dos homens livres, na qual 80% se encontravam na faixa entre 21 a 50 anos, 17% na faixa entre 41 e 60 anos e 3% na faixa dos 61 aos 70 anos, com base no senso de 1872, apesar de os jovens estarem subrepresentados, pois “na zona rural os homens demoravam mais a constituir-se numa unidade de renda autônoma, o que atrasava sua entrada no universo dos votantes”⁵⁶. A constatação de que o alto índice de jovens entre os votantes é um reflexo da estrutura etária da sociedade, relacionada ao fato de os votantes serem pouco representativos entre os vereadores, aponta para a importância do critério etário no recrutamento da elite política de Jaguarão.

Como se pode observar na quadro 6, a maioria dos vereadores dedicava-se a ocupações rurais, como os criadores, fazendeiros e proprietários que eram 55% dos vereadores. Fica evidente que os indivíduos que exerciam determinadas atividades tinham maior possibilidade de sucesso na disputa das eleições. Esse era o caso principalmente dos que eram advogados e médicos, haja vista que estes obtiveram 100% de sucesso nas eleições, e fazendeiros e proprietários, pois encontravam-se em pequena porcentagem entre os votantes, mas eram muito expressivos entre os vereadores. De maneira diversa dos criadores, por exemplo, que possuíam altos índices tanto entre votantes, quanto entre vereadores.

Quadro 6: Atividade Ocupacional dos Vereadores e Votantes de Jaguarão (1860-1880)

Atividade Ocupacional	Número de Vereadores	Votantes
Advogados	15% (8)	0,8 % (8)
Médicos	4% (2)	0,2% (2)
Empregados Públicos	5% (3)	5,6% (53)
Comerciantes	9% (5)	4,6% (44)
Criadores	22% (12)	45% (424)
Farmacêutico	2% (1)	0
Fazendeiros	9% (5)	2% (19)
Proprietários	24% (13)	8,8% (83)
Agência	4% (2)	14,6% (137)

⁵⁶ NUNES, Neila Ferraz Moreira. **A experiência Eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889):** Frequência Eleitoral e Perfil da População Votante. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 2, 2003, pp. 311 a 343. p. 321.

Negociante	0	0,8% (8)
Patentes Militares	4% (2)	1% (10)
Lavrador	0	2,7% (27)
Charqueador	0	0,3% (3)
Atividades Manuais e Prestadores de Serviços	2% (1)	12,8% (121)
TOTAL	100% (54)	100% (938)

Fonte: Fonte: Elaborado pela autora com base nas listas de qualificação para votantes dos anos de 1857, 1863, 1864 e 1867, nas listas de qualificação para a Guarda Nacional dos anos de 1864, 1874 e 1886 e Lista de Conduta de Oficiais da Guarda Nacional dos anos 1863, 1864, 1865, 1866 e 1871.

O perfil ocupacional dos vereadores de Jaguarão é distinto daquele encontrado por Vargas para os deputados provinciais do Rio Grande do Sul. O autor constatou que os homens eleitos para Assembleia Provincial eram em sua maioria advogados (32%) e fazendeiros (18%)⁵⁷. Quando nos voltamos para vereadores de Jaguarão esse quadro se inverte e aumentam as diferenças, já que a maioria dos vereadores era composta por fazendeiros e proprietários (33%), seguidos dos criadores (22%) e só então os advogados, que somavam 15% apenas.

Assim, notamos uma tendência distinta na localidade, onde o bacharelado não encontrou tanto espaço para se inserir no mundo da política institucional como na capital da província. No entanto, vale ressaltar, que os bacharéis parecem ter conquistado espaço com o passar das décadas, uma vez que na década de 1860 apenas um bacharel foi eleito vereador, passando para três na década de 1870 e chegando a quatro bacharéis eleitos na década de 1880.

No que diz respeito à renda anual, não encontramos nenhuma referência a essa informação no caso de 19 vereadores. Contudo, a renda mínima exigida para os candidatos a vereador era 400 mil réis, de maneira que podemos assumir, sem maiores prejuízos à análise, que nenhum dos membros da Câmara tivesse uma renda inferior a essa. Assim, os dados abaixo partem dessa premissa.

⁵⁷ VARGAS, 2010, op. cit. 98.

Quadro 7: Renda anual dos Vereadores e Votantes de Jaguarão (1860-1889)

Renda Anual	Vereadores	Votantes
100\$000 a 599\$999	57%	86%
600\$000 a 999\$999	3%	8%
1:000\$000 a 1:999\$999	31%	3%
2:000\$000 ou mais	9%	3%
TOTAL	100%	100%

Fonte: Fonte: Elaborado pela autora com base nas listas de qualificação para votantes dos anos de 1857, 1863, 1864 e 1867, nas listas de qualificação para a Guarda Nacional dos anos de 1864, 1874 e 1886 e Lista de Conduta de Oficiais da Guarda Nacional dos anos 1863, 1864, 1865, 1866 e 1871.

Buscando pela renda anual dos vereadores declarada em alistamentos eleitorais, Martiny verificou que dos 29 vereadores para os quais encontrou tais informações, a maioria (26) se encontrava na faixa de 400 a 800 mil réis e apenas um vereador possuía renda anual de um conto de réis⁵⁸. Em Jaguarão, quase 40 % dos vereadores possuíam renda de 1:000\$000 ou mais, desses, 73% também tinham patentes na Guarda Nacional, revelando que as patentes militares, o poder político e a econômico andavam lado a lado concentrados em poucas mãos.

Como mencionamos, a legislação estabelecia que para concorrer a vereador o candidato deveria possuir uma renda mínima de 400 mil réis. Partindo dessa premissa, desmembramos a faixa de renda de até 599\$999 em uma faixa mais inferior de votantes com renda até 399\$999 réis, encontraremos 69,7% dos votantes qualificados uma renda anual inferior à renda mínima exigida para ocupar o cargo de vereador. Da mesma forma, Martiny verificou que dois terços dos votantes possuíam renda inferior a 400 mil réis⁵⁹.

Esses dados reforçam a distância social e econômica existentes entre votantes e vereadores. Assim, ainda que não fossem condições necessárias, é possível inferir que a riqueza e um posto no oficialato da Guarda Nacional foram fatores que contribuíram para a acumulação de capital social que facilitava a eleição de um indivíduo para a Câmara de Vereadores. Do mesmo modo, ter mais de quarenta anos, ser casado e ser fazendeiro ou proprietário foram elementos comuns àqueles que foram vereadores em Jaguarão. Contudo, esse perfil não foi homogêneo para todas as elites locais da província e diferiu bastante do perfil da elite política regional.

⁵⁸ MARTINY, 2010, op. cit. p. 179.

⁵⁹ MARTINY, 2010, op. cit. p. 180.

1.4. A ELITE ECONÔMICA: A RIQUEZA NOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*

A morte de um familiar era um momento de grande comoção na família, não apenas pela provável tristeza que gerava – é bom termos em mente que nem sempre os laços familiares são positivos, e que às vezes outros tipos de vínculos podem ser mais fortes e efetivos que os familiares –, mas também porque era o momento de decidir quem seria o tutor dos filhos menores, se houvessem, quem seria o inventariante dos bens deixados pelo falecido, além da expectativa da avaliação e partilha dos bens. Em suma, era o momento de definir qual seria o destino daquela família daquele momento em diante.

Era nesse contexto que eram produzidos os inventários *post-mortem*, principal corpus documental que utilizaremos para dar prosseguimento a uma análise da elite econômica do município de Jaguarão. Muitos autores já utilizaram essa fonte para esse e outros objetivos, como estudar a estrutura agrária de um município, as redes de empréstimo de dinheiro, os tamanhos dos rebanhos e dos planteis de escravos. Nosso objetivo, contudo, como já dissemos, é analisar o perfil dessa elite econômica, quem eram as pessoas e famílias com as maiores fortunas no período? Quais os bens que compunham a maior parte dessas fortunas? Era uma elite majoritariamente rural ou urbana? Essas são as perguntas que nortearão as páginas que seguem.

Antes faz-se necessário uma breve explicação sobre a fonte e seu contexto de produção. Os inventários *post-mortem* eram documentos produzidos no momento da morte de alguém que tivesse bens a serem avaliados. Ainda que seja uma fonte que nos permite ter acesso a considerável parcela de uma sociedade, ela tende a sobrerrepresentar os mais afortunados, uma vez que o processo de inventário gerava despesas que muitos não podiam pagar. Contudo, para os objetivos desse capítulo, os inventários são fontes preciosas e contam com informações que são relativamente seguras para perceber a “concentração de fortunas e recursos porque envolvem interesses contraditórios dos herdeiros que, em tese, exerceriam uma fiscalização sobre as irregularidades do processo”⁶⁰.

⁶⁰ FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n. 28, 2008, p. 57-72. p. 68.

Entre 1860 e 1889 foram abertos 552 processos de inventários post-mortem em Jaguarão. Destes, 456 (82%) foram concluídos, os demais não tiveram prosseguimento porque os bens do inventariado eram poucos ou porque somavam um valor inferior às dívidas a serem pagas, porque não foi feita a avaliação dos bens ou porque foi realizada uma declaração de pobreza.

Diante disso, construímos um banco de dados no qual foram incluídos todos os 552 inventários. Contudo, apenas os inventários referentes aos patrimônios iguais ou superiores a cinco mil libras foram totalmente analisados. Em relação aos demais inventários, apenas foram incluídos os nomes dos inventariados e inventariantes, o ano de abertura do inventário e o monte-mor descrito na partilha dos bens, para termos a noção do total da fortuna inventariada e assim sabermos qual o contexto econômico no qual esta elite estava inserida.

Para estudarmos o perfil dessa elite econômica trabalharemos com duas hierarquizações de fortuna principais: os inventários que possuíam um monte-mor entre 5mil libras esterlinas e 9.999 libras e acima de 10 mil libras⁶¹, considerando que o primeiro recorte (5 mil libras) remete a fortunas vultuosas, mas o segundo recorte (10 mil libras) tem por finalidade selecionar apenas as pessoas mais ricas no interior da própria elite econômica. Entretanto, a maior parte dos inventariados possuía um patrimônio distante desses valores, como exposto no quadro a seguir.

Quadro 8 : Concentração da riqueza em Jaguarão (1860-1889)

	1860-1889	1860-1869	1870-1879	1880-1889
10% mais ricos	53,5%	46,8%	58,4%	51,3%
50% mais pobres	9%	9,5%	9%	8,7%
Maior fortuna (em libras esterlinas)	55.569	25.135	55.569	14.446

Fonte: elaborado pela autora com base nos inventários *post-mortem* de Jaguarão de 1860 a 1889.

A desigualdade social foi uma marca daquela sociedade. Os 10% mais afortunados detinham mais de 50% da fortuna inventariada no período. Apenas na década de 1860 houve

⁶¹ Em todos os dados que apresentaremos sobre os inventários os valores estarão convertidos para libras esterlinas, por ser uma moeda mais estável que o Mil-réis, que tinha seu valor muito alterado pela desvalorização e pela inflação. A conversão foi realizada através do cálculo **Valor em libra esterlina: [(valor Mil Réis x a Taxa de Câmbio pence) : 240]: 1000**. A taxa de câmbio utilizada foi a taxa de câmbio média anual da libra esterlina (réis por pence) na praça do Rio de Janeiro e pode ser encontrada em <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acessado em 18 de maio de 2015.

uma diminuição no patrimônio dos mais ricos, mas que foi seguida de um enriquecimento superior a 10% na década seguinte. Em contrapartida, os 50% mais pobres nunca detiveram mais que 10% de valor inventariado em todo o período.

Em seguida, identificamos qual era a fonte da riqueza destas famílias. O quadro 9 apresenta os índices de participação dos bens nos patrimônios inventariados com fortunas iguais ou superiores a 5 mil libras esterlinas. Assim, temos um panorama geral da elite de Jaguarão, no qual fica expresso que a maior parte do patrimônio estava investida na produção rural, ou seja, bens rurais como terras e benfeitorias e animais, consequência de uma região que experimentou um alto grau de especialização produtiva na pecuária. A maior parte do gado vacum criado nas grandes estâncias e por criadores de médio e pequeno porte tinha como destino as charqueadas estabelecidas em Pelotas.

Apesar da predominância dos elementos ligados ao meio rural e à produção pecuária, é interessante que o patrimônio não estava restrito a eles. Os investimentos na área urbana configuraram uma parte importante do patrimônio, semelhante aos percentuais de animais, por exemplo. Muitos inventários descreveram mais de uma casa ou terreno no núcleo urbano da cidade que alugavam para outros habitantes ou ainda para alguma instituição pública. Nesse sentido, Graciela Garcia também observou a complexificação da composição do patrimônio em Alegrete, que, segundo a autora, no início do século eram formados fundamentalmente por terras e animais, sendo que os últimos constituíam o bem de maior valor.

Quadro 9: Participação dos bens nos inventários post-mortem com montes-mor igual ou superiores a 5 mil libras esterlinas em Jaguarão (1860-1889)*

	1860-1869	1870-1879	1880-1889
Total de Inventários	10	13	15
Imóveis Rurais	60,2%	50%	66,6%
Imóveis Urbanos	11,3%	8,3%	10,4%
Bens Móveis	0,6%	2%	1,6%
Animais	6,7%	13%	14%
Escravos	9,3%	5,4%	1%
Dinheiro	1,1%	2%	0,4%
Dívidas Ativas	5,2%	4%	2%
Dívidas Passivas	3,3%	2%	4%

Fonte: elaborado pela autora com base nos inventários *post-mortem* de Jaguarão de 1860 a 1889.

*As soma das porcentagens não completam 100% nas décadas de 1860 e 1880 porque foram utilizados os montes-mor para chegar ao valor total (100%) e a avaliação dos bens para ver a participação dos bens, que nem sempre incluíam todos os bens. A maior diferença entre monte-mor e a soma dos bens avaliados ocorreu na década de 1870, principalmente em decorrência do inventário de Dona Izabel Faustina Correa, que possuía muitos bens em outros municípios.

A participação dos animais passou por um aumento entre as décadas de 1860 e 1880, que pode ser explicado, em parte, pela redução dos escravos, que chegam ao final do período imperial perfazendo apenas 1% dos patrimônios acima de 5 mil libras. Nessa conjuntura, os escravos não estavam apenas tendo seu valor diminuído, como também estavam progressivamente diminuindo em números absolutos, em razão do tráfico interprovincial que manejava escravos sulinos em direção às grandes lavouras do sudeste, processo intensificado após a abolição do tráfico atlântico de escravos (1850), e das libertações que vinham ocorrendo, principalmente na segunda metade da década de 1880.

No quadro 10 apresentamos a composição do patrimônio daqueles que ocupavam a posição mais alta na pirâmide econômica, a saber, o grupo que detinha fortunas iguais ou superiores a 10 mil libras⁶². Da mesma forma que ocorreu na análise dos inventários apresentados no quadro 9, percebemos aqui uma preponderância os bens rurais, que aponta para o caráter essencialmente agrário da elite econômica de Jaguarão, uma vez que todos os membros desse grupo tinham nos bens rurais sua principal fonte de riqueza.

O fato de nos debruçarmos apenas sobre os patrimônios dos mais abastados pode gerar a errônea impressão que a fronteira era habitada apenas por grandes estancieiros, donos de todas as terras, gados homens livres pobres e escravos. Nos últimos anos, porém, vários estudos tem demonstrado como as sociedades agrárias, que se presumia, fossem dominadas pela pecuária praticada em grandes estâncias, apresentavam uma estrutura bem mais diversificada que a tradicional divisão entre grandes estancieiros e peões livres⁶³. Entre esses dois extremos havia uma grande diversidade de gentes e tipos de produção que tornava aquelas sociedades bastante complexas.

Entretanto, como demonstrou a análise das fortunas da elite econômica, foram os grandes estancieiros que concentraram a maior parte dos bens e da riqueza de Jaguarão.

⁶² O mesmo critério de 10 mil libras esterlinas foi utilizado por Farinatti para definir a elite econômica do município de Alegrete. Entre 1825 e 1865 o autor encontrou 16 núcleos familiares que detinham tal patrimônio. Para o mesmo município de Alegrete, mas em relação a década de 1870, Graciela Garcia identificou oito inventários que possuíam fortunas iguais ou superiores a 10 mil libras. Edsiana Aita encontrou em Santa Vitória do Palmar apenas cinco inventários que atingiram esse valor no intervalo entre 1858 e 1868

⁶³ São exemplos os trabalhos de Helen Osório “**O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**”. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, e o já citado “**Confins Meridionais**” de Luis Farinatti.

Somados esses doze inventários detinham 29% de toda a fortuna inventariada ao longo do período de 29 anos e todos esses inventários possuíam imóveis rurais que compreendiam grandes extensões de terra.

Apesar disso, é importante ressaltar que o investimento em imóveis urbanos foi considerável em alguns casos. Podemos citar o inventário de Francisco José Gonçalves da Silva e Maria Joana Gonçalves Braga que tiveram seus bens inventariados conjuntamente em 1865, dentre os quais estavam duas casas que serviam como armazém com frente para a Praça da Marinha, três casas e dois terrenos em Jaguarão, além de casas e terrenos na cidade de Pelotas, onde Francisco Gonçalves era dono de uma charqueada na primeira metade do século XIX. Entretanto, esse não foi o perfil hegemônico do grupo, pois cinco dos 12 inventariados não possuíam sequer um imóvel urbano.

Retomando a análise dos bens rurais, percebemos que quando fragmentados em em benfeitorias e terras, fica evidente a relevância da parcela do patrimônio comprometida com as últimas em detrimento das primeiras. Essa constatação vai ao encontro das conclusões de Garcia que comparando os inventários das décadas de 1830 e 1870 verificou uma valorização do preço da terra de 777%, de forma que esse passou a ser o bem com maior participação nos patrimônios produtivos.

Em outras regiões da província, como em Santa Maria⁶⁴, na região central, e em Santa Vitória do Palmar⁶⁵, na porção mais ao sul de Jaguarão, também foi observado o mesmo fenômeno. Tamanha valorização foi reflexo da Lei de Terras de 1850, regulamentada em 1854, que impossibilitava qualquer forma de acesso à terra que não se desse por via monetária. Tratando-se de uma região que tinha como principal atividade a pecuária praticada em moldes extensivos como Jaguarão, o fechamento da fronteira associado à restrição do acesso à terra fez com que toda porção de campo se tornasse essencial.

A propriedade da terra inventariada pela elite local abrangia propriedades não apenas em Jaguarão, mas também em outros municípios da província, o que ocorreu em 58% dos doze inventários, e no Uruguai. Contudo, é interessante que apenas dois inventários do grupo dos 12 mais abastados apresentaram propriedades no Uruguai no tempo em que faleceram.

⁶⁴ KULZER, Gláucia Giovana de Lima. **De Sacramento à Boca do Monte**: a formação patrimonial de famílias de elite da Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX). Dissertação de mestrado, Universidade do Vale dos Sinos, 2009. p. 78.

⁶⁵ AITA, Edsiana de Belgrado. **“Entre a Lagoa e o mar”**: Propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. p. 32.

Esse era um padrão que divergia significativamente do que vem sendo apontado para elites econômicas de outros municípios da Província, como Alegrete⁶⁶ e Pelotas⁶⁷, nos quais os integrantes da elite possuíam índices significativos de investimentos em terras no Uruguai.

⁶⁶ Farinatti. 2010, op. cit., p.

⁶⁷ VARGAS, Jonas. “Entre Jaguarão e Tacuarembó”: Os charqueadores de Pelotas (RS) e os seus interesses políticos e econômicos na região da campanha rio-grandense e no norte do Uruguai (c. 1840- c. 1870). **ESTUDIOS HISTORICOS** - CDHRPyB- Año V - Diciembre 2013 - N° 11.

Inventariado	Ano	Monte Bruto em libras	Terras	Benfeitorias	Total de Bens Rurais	Imóveis Urbanos	Animais	Escravos	Dívidas Ativas	Dívidas Passivas	Móveis	Dinheiro
Francisco José Gonçalves da Silva e Maria Joana Gonçalves Braga	1865	25.135	63,2%	4,4%	67,6%	10%	2%	11%	3,8%	2%	0,7%	2%
Delfina Gonçalves Machado	1870	11.440	61,1%	5,6%	66,7%	0	17,3%	12,9%	1,3%	0	0,4%	0
Joaquina Faustina Correa Cardoso	1877	33.360	49,8%	1,2%	51%	13%	28%	3%	0	0	2%	0
Pretextato Antonio de Leivas	1882	10.592	68,9%	5,6%	74,5%	10%	0	0	13%	0	0	0
Hilario Amaro da Silveira	1887	14.042	75,6%	2,6%	78,2%	7%	0,1%	0	4,5%	8,8%	0,8%	0
Joaquim Francisco das Chagas	1874	10.069	48,4%	10,1%	58,5%	0	33,5%	6%	0	0	1%	0
Faustino João Correa e Maria Carolina Correa *	1877	40.021	36%	5%	43%	12,4%	3,5%	2,2%	8,8%	3%	4,3%	3,4
Francisco Amaro da Silveira	1863	11.185	-	-	97,4%	0	0	0	0	2,6%	0	0
Inacio Antonio da Silveira	1888	14.446	78,2%	3,3%	81,5%	0	14,5%	0	0	3%	0,6%	0
João Rodrigues Barbosa	1882	17.356	-	-	37,3%	19,8%	19%	2%	0,2%	20,2%	1,5%	0
Izabel Faustina Correa	1871	55.569	37%	-	37%	6%	0,5% **	5,3%	5,1%	0	1,4%	4,2%
Antônio Bruno Rodrigues	1882	12.962	74,8%	7,1%	81,9%	0	15,2%	1,7%	0	0	1%	0

*Valor em ações: 1.242 libras (4,4%)

** Os quase cinco mil animais que a falecida possuía foram descritos, mas não foram avaliados, possivelmente porque eram criados no município de Rio Grande.

Entretanto, buscando pelos membros da elite econômica de Jaguarão em outros documentos⁶⁸ chegamos a um número de sete inventariados que possuíram propriedades no Estado Oriental em algum momento das suas vidas. Se expandirmos a busca para aqueles que possuíam algum vínculo, através de laços familiares ou de parentes que possuíam terras no Uruguai, chegamos a nove membros. Dos nove filhos de Inácio Antônio da Silveira, por exemplo, quatro residiam no Estado Oriental no momento do seu falecimento.

Todavia, nas décadas finais do Império, em especial na década de 1880, parte desses proprietários já haviam se desfeito de seus campos no Uruguai. As estâncias de criação de gado dos rio-grandenses no Uruguai prejudicaram a indústria charqueadora daquele país, de maneira que esta presença constituiu-se em fator de preocupação de parte da elite uruguaia que na década de 1860 apresentou projetos visando a “desbrasileirização” da fronteira, especialmente na porção mais ao norte⁶⁹. Nesse sentido, Edsiana Aita percebeu a mesma tendência nos registros de compra e venda de Santa Vitória do Palmar. Segundo a autora

“O que pequeno volume de transações [de compra e venda], especialmente no final do século, pare apontar é que havia alguma restrição não apenas econômica na compra de terras no Uruguai mas, institucional, com o fortalecimento das políticas contrárias a presença brasileira no Uruguai”⁷⁰.

Se, por um lado, a posse de campos no Uruguai era um investimento bastante sedutor, levando-se em conta a boa qualidade das pastagens e o baixo preço da terra, por outro respondia às mudanças conjunturais de diferentes ordens. Assim, percebemos um movimento no sentido da diminuição de rio-grandenses com campos no Uruguai no final do século.

Além dos imóveis rurais, os animais também estão amplamente presentes nos inventários (apenas em dois casos não houve registro de nenhum animal) e apenas um inventariado possuía um rebanho inferior a mil animais. Todos os demais eram,

⁶⁸ Os documentos consultados foram os registros tabelionais de Jaguarão entre 1870 e 1880, e a Lista dos brasileiros com propriedades no Uruguai. Essa lista foi produzida em 1851 pela Repartição dos Negócios do Estrangeiro. Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª. Sessão da 8ª. Legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Souza – Anexo A” (1850).

⁶⁹ BLEIL, Susana; Fabricio PEREIRA PRADO. 1999. **Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX**. Simposio Fronteras en el espacio platino. 2das. Jornadas de Historia Económica. Montevideo.

⁷⁰ AITA, 2014, op. cit., p. 140.

portanto, grandes criadores que possuíam entre 1000 e 4000 mil animais⁷¹. A maioria desses animais era composta por rebanhos de gado vacum (82,4%), em consonância com o perfil dos rebanhos de outros municípios da mesma região, como Alegrete⁷² (70%) e Bagé⁷³ (69%), porém bastante superior a de Cruz Alta⁷⁴ (47%), onde a formação dos rebanhos era mais diversificada. A alta concentração de gado vacum é consistente com já mencionada especialização da região na produção de animais para as charqueadas.

O último elemento que gostaríamos de destacar diz respeito à presença de escravos. Analisando conjuntamente os dados nos quadros 9 e 10, o baixo percentual de patrimônio empregado em escravos chama atenção, especialmente se levarmos em conta a informação de que, em 1859, 28% da população de Jaguarão era composta por cativos. Contudo, examinando a estrutura de posse de escravos em Jaguarão entre 1825 e 1865, Jonas Carati observou que a maior parte dos escravos (71%) encontrava-se distribuída em pequenas e médias escravarias com até nove escravos. Durante todo o período abordado pelo historiador, apenas 11 senhores possuíam plantéis superiores a 20 escravos⁷⁵. Nesse mesmo sentido, Francisca Ferrer apontou que apenas no intervalo entre 1858 a 1868 houve uma diminuição de 18% na quantidade total de mão de obra escrava utilizada em Jaguarão⁷⁶. De acordo com Ferrer, uma das causas possíveis seria a participação dos cativos no conflito no Paraguai.

Essas duas variáveis – diminuição dos escravos e a distribuição dos escravos em pequenas e médias escravarias – auxiliam na explicação dos baixos índices de patrimônio investidos em escravos tanto no caso dos inventários do grupo dos mais abastados, como daqueles com fortunas iguais ou superiores a cinco mil libras esterlinas. Em relação a este último grupo, que na década de 1880 apresentou o baixíssimo percentual de 1%, podemos pressupor que uma análise que incluísse os

⁷¹ O maior número de animais foi registrado no inventário de Joaquina Faustina Cardoso que apresentava nada menos que 7952 reses de gado vacum, num total de mais de 9000 animais.

⁷² Farinatti, 2010, op. cit., p. 133.

⁷³ Zarth, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário no século XIX**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002. p. 235.

⁷⁴ Ibid., p. 235.

⁷⁵ CARATTI, Jônatas Marques. Comprando e vendendo escravos na fronteira: uma possibilidade de análise a partir de escrituras públicas de compra e venda (Jaguarão, 1860-1880). In: **Anais do IX Encontro Estadual de História**, ANPUH-RS: Vestígios do Passado, 2008, Porto Alegre, 2008. p.9.

⁷⁶ FERRER, Francisca Carla Santos. **Entre a liberdade e a escravidão na fronteira meridional do Brasil: estratégias e resistências dos escravos na cidade de Jaguarão entre 1865 a 1888**. Tese. Universidade de São Paulo, 2011. p. 78.

escravos de todos os inventários apresentaria um percentual superior. Entretanto, esse índice aponta para uma radicalização do processo de diminuição da quantidade de escravos e de seu valor em relação às terras e aos animais.

Ao fim dessa análise, ficam legíveis as principais características da elite econômica de Jaguarão. Em primeiro lugar, tratava-se de uma elite agrária, que apresentava nos bens rurais e nos animais a maior parte de sua riqueza, mas, sobretudo, na propriedade da terra, que manifestou-se como fator de extrema importância para o ingresso no seletivo grupo dos mais abastados moradores de Jaguarão.

Além disso, a posse de grandes plantéis de escravos não foi um traço predominante da elite econômica. Isso não significa afirmar que a mão-de-obra escrava não foi importante em Jaguarão. Como vimos, ela estava disseminada entre senhores das mais diversas montas, dentre aqueles que tinham patrimônios iguais ou superiores a 5 mil libras, os plantéis superiores a nove escravos apareceram em inventários de grandes criadores (superior a 1000 animais), inclusive com a existência de escravos campeiros, apontando para a importância dessa mão-de-obra para a reprodução da atividade pecuária⁷⁷. No entanto, ser senhor de muitos escravos não foi uma característica geral da elite econômica.

A elite que se constituiu em Jaguarão era conservadora, no sentido de que mantinha critérios pouco flexíveis para o recrutamento dos seus membros. De modo geral, aqueles que atingiram o topo das hierarquias dos três segmentos sociais analisados eram homens casados, com mais de 40 anos e que se dedicavam principalmente a atividades ligadas ao meio agrário, eram estancieiros, proprietários, criadores. A diferença entre a diversidade de ocupações verificadas entre os qualificados e a pouca variação presente entre os integrantes da elite, aponta para o fato de que, apenas aqueles envolvidos em determinadas ocupações eram eficientes em transpor as barreiras que separavam a elite das demais pessoas da localidade.

⁷⁷ Farinatti demonstrou a importância da mão-de-obra escrava para a prática da pecuária na campanha rio-grandense (FARANATTI, 2010).

Outro elemento importante para a elite de Jaguarão foi a localização fronteiriça, favoreceu a formação de vínculos pessoais e econômicos com o Estado Oriental do Uruguai. Esse elemento se refletiu de forma mais proeminente nos membros da elite econômica, mas pode ser apontado como uma particularidade relevante para elite local como um todo. Esses traços que marcaram a elite de Jaguarão não podem ser extrapolados para todas as localidades da província. Como procuramos evidenciar, cada sociedade produz elites distintas, ainda que compartilhem algumas semelhanças, e essas peculiaridades precisam ser estudadas.

2 TRAJETÓRIAS DE DOIS MEDIADORES: HENRIQUE D'ÁVILA E JOSÉ DIANA

Jaguarão ficava em uma longínqua fronteira do Brasil, distante da capital da província e muito distante da capital do Império. Contudo, os habitantes dessa pequena localidade rural não vivenciavam uma situação de isolamento em relação ao mundo ao seu redor. Pelo contrário, as conexões que mantinham com diversas pessoas e regiões eram muitas. Além dos vínculos existentes com a região platina mencionados no capítulo anterior, Jaguarão era perpassada por diversas rotas, que favoreciam a circulação de pessoas e a integração com outras regiões, como as de tráfico ilegal de escravos, as quais eram abastecidas pelo sequestro de negros livres que residiam no Uruguai⁷⁸, que podiam tanto ser vendidos tanto para outros municípios, quanto podiam alimentar o tráfico interprovincial⁷⁹, bem como as rotas de transporte de gados, tanto aqueles provenientes de saque, quanto das estâncias de criação que muitos brasileiros possuíam no Estado Oriental, também passavam pelo município, de onde seguiam em direção à Pelotas para abastecer as charqueadas⁸⁰.

Havia ainda outro caminho que conectava Jaguarão ao mundo exterior. Era aquele trilhado por alguns poucos habitantes da elite local em direção aos centros de poder, que podia resultar tanto da inserção direta – o que frequentemente se dava via preenchimento de postos políticos –, ou através do acionamento de redes de relacionamento com pessoas que atuavam nesses centros. Ao percorrerem tal caminho esses habitantes tornavam-se uma espécie de intermediários entre Jaguarão e a capital

⁷⁸ A escravidão foi abolida no Uruguai em 1842.

⁷⁹ Eduardo Palermo relatou diversos casos nos quais, após serem sequestrados no Uruguai, esses negros livres eram primeiramente levados a Jaguarão e dali conduzidos para municípios como Bagé e Pelotas, ou ainda ao porto de Rio Grande de onde eram encaminhados à venda na Praça do Rio de Janeiro. Segundo o autor, as autoridades uruguaias não foram indiferentes a tais eventos, mas não obtiveram soluções por parte do governo brasileiro, que apoiava explicitamente essas atividades ilegais. PALERMO, Eduardo. **Cautivos em las estancias de la frontera uruguayo-brasileña**. Mundo Agrário, Vol. 9, Nº 17, 2008. Sobre o tráfico de negros livres e a vida dos escravos na fronteira de Jaguarão ver também CARATTI, Jônatas Marques. **O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1846)**. PPG da Unisinos. São Leopoldo, 2010. [Dissertação de mestrado].

⁸⁰ Analisando a dinâmica de funcionamento das charqueadas de Pelotas (RS) no século XIX, Jonas Moreira Vargas percebeu que os rebanhos existentes na província não eram suficientes para atender à demanda das charqueadas. Diante disso, a solução encontrada pelos charqueadores foi introduzir a produção de gado uruguaia – por vias legais e ilegais – que acabou por representar a maior parcela do gado abatido. VARGAS, Jonas M. **“Pelos margens do Atlântico”**: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013.

da província e do Império, de forma que eles mesmos constituíam-se em uma rota pela qual circulavam recursos como informações, favores e proteção. Aos indivíduos que desempenharam em algum momento esse papel de conectores entre as localidades e as capitais chamaremos de *mediadores*.

Embora pertencessem à elite local, esses homens possuíam determinadas habilidades e características que os tornavam mais aptos a desempenhar a função de mediadores. Em Jaguarão, Henrique Francisco d'Ávila e José Francisco Diana foram aqueles que com maior frequência e sucesso praticaram a mediação em relação a diferentes questões. Ambos teceram trajetórias semelhantes, partindo da pequena localidade de Jaguarão, passando pelas academias de direito do Império e culminando com uma bem sucedida carreira política⁸¹. Investigar tais trajetórias analisando os atributos que os habilitavam à condição de mediador é o mote desse capítulo.

O êxito das carreiras desses mediadores foi consequência da interação entre uma série de fatores que atuaram de formas distintas na vida de cada um deles. Contemplar tanto as semelhanças quanto as singularidades é de suma importância, pois lança luz sobre as possibilidades colocadas aos sujeitos históricos apesar dos condicionamentos impostos pela estrutura social⁸². Ademais, analisar a trajetória dos mediadores tendo como pano de fundo o perfil da elite local autoriza-nos a pensar quais elementos diferenciava-os dos demais membros da mesma a ponto de alcançarem outro patamar de poder e influência.

Essa questão está diretamente relacionada à ampliação do aparato estatal e à institucionalização dos espaços de poder decorrentes do processo de construção do Estado imperial brasileiro. Após a separação de Portugal, foram criados muitos cargos

⁸¹ Ao longo de suas carreiras foram eleitos vereadores, deputados provinciais e gerais, foram nomeados Ministros do Império (Ávila na pasta de Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1883 e Diana na pasta de Estrangeiros, em 1889) e Henrique d'Ávila foi também Senador por um longo período, além de Presidente da Província do Rio Grande do Sul (1880) e do Ceará (1889).

⁸² Giovanni Levi sustentou que os sistemas normativos existentes em uma dada sociedade não atingem a todos os indivíduos de forma homogênea, tampouco constituem um todo perfeitamente coerente, sendo, frequentemente, contraditórios. Decorre disso o surgimento de brechas nas estruturas sociais que se apresentam como alternativas aos indivíduos, conferindo a estes a possibilidade de escolher a opção que lhes é mais vantajosa. É nesse sentido que a noção de estratégia utilizada pelo mesmo autor – e apropriada por essa pesquisa – adquire sentido, uma vez que refere-se às decisões tomadas dentro de um universo de possibilidades com base no conhecimento limitado dos agentes históricos (LIMA, 2006, p. 260 – 275).

necessários à administração pública e à esfera política⁸³. Esse processo gerou uma complexificação da sociedade e a modificação da forma de acesso a recursos. À medida que o caminho para ter acesso aos bens que emanavam da Corte, fossem eles materiais ou simbólicos, foi sendo gradualmente institucionalizado, tornou-se importante para as famílias de elite conceber estratégias que as aproximassem dos centros decisórios⁸⁴.

As modificações não ficaram restritas à forma das instituições, sendo acompanhadas da apropriação pelas elites luso-brasileiras do ideário liberal⁸⁵, ainda no período anterior à independência, que passou a ditar o tom das discussões sobre política e Estado. Ao mesmo tempo, a manutenção da monarquia e a presença do Rei no novo país deu legitimidade para a perpetuação de práticas tradicionais que envolviam os costumes de uma sociedade de Corte.

Ingressar nos quadros da elite dirigente exigia, portanto, o domínio dos modos de falar e agir da Corte e das capitais. Para os jovens oriundos das localidades mais distantes a formação educacional nas faculdades do Império era a principal forma de apreender tais práticas. O ensino superior conformou-se no principal elemento diferenciador de Ávila e Diana em relação à elite local de Jaguarão, uma característica também partilhada pela elite política da província e do Império⁸⁶, não apenas pelo fato de que esses jovens possuíam conhecimentos técnicos específicos, que os tornavam mais aptos a atuar junto à política institucional, bem como a circular nas capitais da província e na Corte, mas também porque as faculdades promoviam a convivência entre os filhos das elites de todas as regiões do país, apresentando-se como uma excelente oportunidade para o estabelecimento de amizades vantajosas. Assim, a aliança com

⁸³ Um dos principais exemplos desse processo é a institucionalização da esfera provincial de poder após a independência, com a criação do cargo de Presidente de província e com a instituição de Conselhos de Governo e Conselhos Gerais, posteriormente modificados e transformados nas Assembleias Provinciais.

⁸⁴ No Rio Grande do Sul do século XVIII, a constante preocupação com a manutenção da ocupação lusa e das fronteiras fez com que o estabelecimento de órgãos ligados à justiça e à administração ocorresse de forma precária, resultando no fortalecimento dos potentados locais que acabavam por organizar o cotidiano local (COMISSOLI, p. 62-63).

⁸⁵ O liberalismo no Brasil assumiu contornos específicos. Diante dos acontecimentos na França pós-revolucionária e nas colônias dessa na América, as elites brasileiras distanciavam-se cada vez mais do liberalismo com ideais democráticos, visando afastar o risco do que consideravam excesso de liberalismo. Dessa forma, a monarquia constitucional era a fórmula para o liberalismo acompanhado da ordem visando manter estrutura social. Para uma análise sobre a influência do liberalismo na conformação do Estado imperial ver MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

⁸⁶ Sobre a o perfil educacional da elite política provincial e imperial ver capítulo 1, p.35. Para uma análise mais completa ver CARVALHO, 2011, op. cit. e VARGAS, 2010, op. cit.

indivíduos que podiam influenciar os rumos da província e da localidade passou a ser uma questão essencial para aqueles que quisessem perpetuar-se na condição elite.

Além disso, os mediadores só chegavam a desempenhar essa função porque contavam com o apoio e a legitimação das elites locais. Por esta razão, permaneciam ligado à sua localidade de origem, onde estavam suas bases eleitorais, econômicas e sociais, através de vínculos familiares e redes de relações com as pessoas influentes do município. A existência desses laços era um dos atributos mais essenciais ao mediador, pois para obter sucesso na sua tarefa de conectar espaços sociais e geograficamente distantes e acomodar interesses muitas vezes conflitantes⁸⁷, era preciso que ele dominasse as formas de pensar e agir das partes entre as quais realizava a mediação. Assim, elites locais e mediadores políticos reproduziam-se no poder através dessa relação recíproca. As relações que Ávila e Diana mantinham com a elite local de Jaguarão demonstram isso.

2. 1. OS PRIMEIROS PASSOS: FAMÍLIA E FORMAÇÃO EDUCACIONAL

Michel Bertrand, referindo-se a sociedades de Antigo Regime, recomendou que a família deveria ser o primeiro aspecto a ser considerado quando refletimos sobre trajetórias individuais e redes de sociabilidade, uma vez que o indivíduo existe na sociedade a partir da família e dos laços da família com a sociedade. Dessa forma, esses fatores condicionavam as possibilidades de relacionamento e ação de seus membros⁸⁸. Essa característica das sociedades de Antigo Regime é um dos traços que permaneceram no período imperial brasileiro, no qual a família pode ser considerada a unidade social e política básica da sociedade.

A escolha das carreiras individuais também deve ser entendida como consequência de estratégias familiares, uma vez que as decisões de um integrante da família afetavam os demais. Assim sendo, a alternativa do ensino superior estava diretamente relacionada com a capacidade que a família tinha ou não de prover os

⁸⁷ VARGAS, Jonas. **Entre a Paróquia e a Corte**: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

⁸⁸ BERTRAND, Michel. "De la familia a la red de sociabilidad". **Revista mexicana de sociología**. Vol. 61, n° 2 (apr. Jun 1999) pp. 107-135. p. 58-59.

estudos e a estadia dos jovens em São Paulo, fosse diretamente ou através da ação de amigos.

É importante compreendermos a dimensão desse fenômeno, uma vez que tanto para Diana, quanto para Ávila, o principal elemento que os diferenciava dos demais membros da elite local de Jaguarão, fazendo-os capaz de ultrapassar as barreiras da comunidade e acessar outros recursos e círculos de influência era a formação em uma faculdade do Império e tudo que decorria dela. Os bacharéis estavam cientes do que significava portar um diploma. O periódico *Tribuna do Povo* em edição de 13 de maio de 1860 publicou uma notícia relativa a um acontecimento ocorrido alguns dias antes entre o então promotor Henrique d'Ávila e um redator do jornal. Segundo o redator, Ávila teria lhe preparado uma armadilha alterando o conteúdo de uma petição e, revoltado, ele publicou em tom de ironia no jornal que “para um homem que diz ter *pergaminho*, esse proceder muito o credita”⁸⁹.

A formação de membros da elite nas faculdades de direito do Império deve ser vista como uma via de mão dupla. Se, por um lado, era interesse do Estado formar quadros capacitados para ocupar postos na administração, por outro, era uma estratégia das famílias investir na educação dos filhos na busca pela manutenção e ampliação de status, bem como pelos recursos que poderiam ter acesso através dessa formação.

Essa não era uma prática nova para as elites do Brasil. Maria Fernanda Martins demonstrou como as elites coloniais já percorriam esse caminho desde meados do século XVIII, enviando seus filhos para os cursos jurídicos (Cânones e Leis) da Universidade de Coimbra⁹⁰. Contudo, no período colonial o acesso à educação superior era restrito mesmo para as elites e a maioria dos jovens que partiam em direção à Coimbra eram oriundos das regiões mais dinâmicas do Império. Dos pouco mais 2.000 estudantes brasileiros que se formaram em Coimbra entre 1700 e 1820, quase 60% eram provenientes da Bahia e Rio de Janeiro, sendo que o Rio Grande do Sul era a capitania

⁸⁹ Grifo original. Jornal *Tribuna do Povo* 13 de maio de 1860. Correspondência expedida da Câmara de Vereadores. Fundo Autoridades Municipais. AHRIS

⁹⁰ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Tradições coloniais, aspirações imperiais: redes de poder, estratégias e ascensão política das elites no Rio de Janeiro (1750-1820). In: BARATA, Alexandre Mansur (Org.) ; MARTINS, Maria Fernanda Vieira (Org.) ; BARBOSA, S. M. (Org.). **Dos poderes do império: culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX**. 1ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014, v. , p. 157-183. Para uma análise aprofundada do papel dos bacharéis na sociedade brasileira do século XIX ver: KIRKENDALL, Andrew J. *Classe Mates – Male student culture and the making of a political class in 19th century Brazil*. Lincoln & London: University of Nebraska Press, 2002.

de origem de apenas 26 estudantes, 1,3% do total para o período⁹¹. O “atraso” em relação às práticas das elites das províncias centrais é reforçado pelos dados apresentados por Francisco Teotônio Simões Neto sobre a disseminação do bacharelismo na sociedade brasileira demonstram que, analisando a relação de bacharéis a cada 100 pessoas, a província do Rio Grande do Sul ocupava a décima terceira posição, num total de vinte províncias⁹².

Apesar de não ser uma novidade, as elites das regiões mais periféricas passaram perceber a formação superior como uma possibilidade concreta de ascensão política após o rompimento com Portugal, quando passou-se a discutir a necessidade da criação de faculdades no país para “promover a autonomização cultural da sociedade brasileira, além da necessidade de formar quadros para o aparelho estatal”⁹³. Por essa razão em 11 de agosto de 1827 foi aprovada a lei que criou as faculdades de Olinda e São Paulo⁹⁴.

O crescimento do número de jovens formados nas academias de direito do Império, bem como dos cursos superiores como um todo, refletiram-se no perfil ocupacional dos membros da elite imperial, que passou a contar com maior número de bacharéis em seus quadros. Essa tendência também pode ser percebida na elite política provincial⁹⁵, onde os advogados começaram a configurar um grupo profissional mais expressivo a partir de fins da década de 1850.

Ainda que a educação dos filhos fosse um investimento dispendioso, não era praticada sem a expectativa de retorno, pois ao regressarem para junto de suas famílias, esses jovens levavam consigo status e prestígio, afinal, em uma sociedade agrária, composta majoritariamente por analfabetos, aqueles que possuíam formação superior destacavam-se quase que naturalmente. Somava-se a isso a possibilidade que logravam de fazer amizades com filhos de famílias abastadas e influentes de diversas regiões e a esperança de que essas relações frutificassem talvez em um bom casamento, uma sociedade vantajosa ou ainda uma indicação para algum cargo público.

A não obrigatoriedade da presença dos estudantes nas aulas facilitava o engajamento em outras atividades, como a criação de clubes e a ocupação de cargos na

⁹¹ MARTINS, 2014, op. cit. p. 9.

⁹² NETO, Francisco Teotônio Simões (1983) apud VARGAS, Jonas. p. 207.

⁹³ ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.81.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 88.

⁹⁵ VARGAS, 2010, op. cit. p. 99.

administração, como fez Ávila que “nas horas vagas exercia o cargo de oficial de gabinete do Presidente da Província de São Paulo, o que lhe permitiu conhecer todos os trâmites burocráticos da época e boa parte da elite política paulista”⁹⁶.

Spencer Vampré, em suas “Memórias para história da Academia Paulista” destacou que os estudantes frequentavam os bailes, os cafês, os teatros e “emprestavam a nota elegante e culta” à sociedade paulista da época⁹⁷. Além disso, lembrou como o envolvimento dos jovens com a produção de jornais acadêmicos era uma prática corriqueira. Diana, que matriculou-se na faculdade em 1862, no ano seguinte já fazia parte de um grupo de estudantes que publicava um jornal literário⁹⁸.

Dessa forma, os cursos de direito apresentavam uma série de oportunidades porque além de serem locais para o ensino das leis, consistiram em importantes espaços de sociabilidade para os filhos das famílias de elite de todo país, mas também para os naturais de uma mesma província. Henrique d’Ávila formou-se no mesmo ano que Silveira Martins (1855) e José Diana foi colega de Fernando Osório, filho do Marques do Herval, que em discurso proferido na Assembleia Provincial em 1880 lembrava que Diana havia sido “estudante em São Paulo, meu companheiro de casa e um dos meus amigos mais queridos”⁹⁹.

2.1.1. HENRIQUE D’ÁVILA: AS VANTAGENS DE NASCER EM BERÇO DE OURO.

Henrique Francisco d’Ávila nasceu em São João Baptista do Herval, então distrito de Jaguarão, em 1833. Era um dos oito filhos do casal Francisco Antônio d’Ávila e Dona Anna das Chagas d’Ávila, que constituíram uma família bastante afortunada e conhecida na região. Quando tinha apenas quatro anos, em 1837, o patriarca da família faleceu durante a Guerra dos Farrapos, na qual lutava pelo lado dos revoltosos, conforme noticiou o jornal farrapo “O Povo” na edição de setembro de 1838, fazendo referência a um episódio ocorrido em 1837 quando “pelo Governo

⁹⁶ VARGAS, 2010, op. cit. p. 53.

⁹⁷ VAMPRÉ, Spencer. Memórias para a História da Academia de São Paulo. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977.

⁹⁸ Idem p. 132-133.

⁹⁹ OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. História do General Osório. Pelotas: Typografia do Diário Popular, 2º volume., 1915. p. 677.

Imperial foi imolado em ‘Presiganga’ hum dos mais ricos e honrosos Cidadãos Rio Grandenses, o bom pai, o bom filho, o bom amigo, o bom patriota, em fim o por nós sempre lembrado Francisco d’Ávila”¹⁰⁰.

Seu inventário apenas foi aberto após o final da Guerra, em 1845. O fato de o processo de inventariado ter começado quase dez anos após o falecimento de Francisco d’Ávila fez com que Dona Anna ficasse na posse de todos os bens de seu marido, como declarou no inventário¹⁰¹, e no comando da família, já que não foram designados tutores para os filhos menores até esta data. Durante o processo foi inventariada uma fortuna de 60 contos de réis, em torno de 6.500 libras esterlinas. Embora não estivesse situada no topo da elite econômica do município, com certeza tratava-se de uma rica família, e após de 10 anos de guerra na província, há de ser considerar os prejuízos acumulados.

No inventário de Dona Anna d’Ávila realizado em 1867, seus bens foram avaliados em uma quantia em torno de 86 contos de réis, equivalente a oito mil libras esterlinas, cuja maior parte (6.170 libras) concentrava-se em imóveis rurais¹⁰². Embora esse valor não fosse o bastante para incluí-la no grupo dos 12 inventariados mais ricos do período, era mais que o suficiente para considerá-la como integrante da elite econômica e portadora de uma condição que distanciava, econômica e socialmente, sua família da maioria dos habitantes de Jaguarão¹⁰³.

Os laços da família Chagas d’Ávila com a comunidade da paróquia eram bastante fortes e, mesmo após a morte do patriarca, a família continuou concentrando muito prestígio, sobretudo na figura de Dona Anna d’Ávila que era reconhecida também por pessoas de fora da localidade. Em suas passagens por Jaguarão durante o primeiro ano da Guerra do Paraguai, o Coronel Manuel Lucas de Oliveira posou na casa de “Dona Aninha de Ávila” que “se achava muito doente” em duas ocasiões¹⁰⁴. Dona Anna

¹⁰⁰ O Povo, 26 de setembro de 1838. p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acessado em 07/07/2015.

¹⁰¹ Inventário de Francisco Antônio d’Ávila. Processo 170, ano de 1845, Cartório de Órfãos e Ausentes APERS.

¹⁰² Inventário de Ana das Chagas d’Ávila. Processo 80. Ano 1867. Cartório de Órfãos e Ausentes. APERS.

¹⁰³ No período em que foi realizado o inventário de Dona Anna, 10% dos mais ricos inventariados detinham 46,8% de toda riqueza inventariada entre 1860 a 1889 (ver quadro 8).

¹⁰⁴ MOREIRA, Paulo Roberto Stuardt. (Transcrição e revisão) **Diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira – 1864 a 1865**. AHRGS, Porto Alegre: EST, 1997. p. 58 e 63. Manuel Lucas de Oliveira tinha lutado ao lado dos farroupilhas, assim como o falecido marido de Dona Anna, da Guerra dos Farrapos e possivelmente a conhecia daquele tempo.

faleceu naquele mesmo ano e não pode acompanhar o início da parte mais exitosa da trajetória do filho.

Entre os familiares Ávila não era o único que possuía *pergaminho*. A família investiu na educação dos três filhos homens. Dois deles, Henrique d'Ávila e Francisco d'Ávila ainda fizeram os estudos preparatórios no Colégio Dom Pedro II, a instituição nesta categoria mais disputada, uma vez que reunia os filhos das elites brasileiras¹⁰⁵. Anos depois, em carta enviada ao Visconde de Pelotas, Henrique d'Ávila relatava as circunstâncias da partida dele e do irmão para a Corte:

“Quando em 1842 segui para o Rio com meu irmão mais velho, a fim de estudar, a única recomendação que levamos foi uma carta do falecido João Rodrigues Ribas para seu cunhado, o atual nobre Visconde de Piratini, que, com sua esposa, recebeu-nos com carinho paternal”¹⁰⁶.

Não sabemos a natureza da relação existente entre a família Chagas d'Ávila e João Rodrigues Ribas, mas foi ela que permitiu a Dona Anna vislumbrar um futuro para os filhos que não estava no horizonte da maioria das famílias de Jaguarão e que foi possível graças ao capital social que a família dispunha naquele momento. Posteriormente, Francisco Antônio d'Ávila formou-se em Medicina no Rio de Janeiro e Ávila cursou a faculdade de Direito de São Paulo. Antes disso, o irmão mais velho José Maria havia cursado a faculdade de Letras.

Possivelmente, a formação educacional era vista como o melhor caminho dentre os que se apresentavam naquele momento, refletindo uma mudança de estratégia que ocorreu em muitas famílias de elite, que, quer tenha sido por um comportamento intuitivo de resposta a uma situação, quer por uma percepção da mudança de conjuntura, perceberam que a guerra contra o imperador “talvez não fosse a melhor maneira de defender seus interesses políticos e econômicos”¹⁰⁷.

Apesar da pouca convivência que Antônio Ávila teve com o filho Henrique, a herança não foi o único legado que o patriarca deixou aos filhos. É provável que suas relações e a participação na Guerra dos Farrapos tenham influenciado e condicionado as escolhas dos demais membros da família. Provavelmente essa foi a circunstância do

¹⁰⁵ VARGAS, 2010, p. 51

¹⁰⁶ Carta de Henrique d'Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 08.11.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

¹⁰⁷ VARGAS, 2010, op. cit. p. 19.

casamento entre Henrique d'Ávila e Maria Faustina Netto¹⁰⁸, filha de Rafael Souza Netto e Bárbara Leonor Gonçalves. Seu sogro era um rico estancieiro¹⁰⁹ e foi vereador pela facção conservadora na Câmara Municipal de Jaguarão por diversas vezes até o início da década de 1870. Apesar de estarem em facções opostas nesse momento, laços mais antigos ligavam as famílias Chagas d'Ávila e Souza Netto. Rafael Netto era farroupilha, assim como Antônio d'Ávila, e irmão do líder farrapo Antônio Netto.

Os laços com a família do sogro não parecem ter sido apenas conjunturais. Em 1863 o presidente da Câmara de Vereadores de Jaguarão respondia a um ofício enviado pelo presidente da província do Rio Grande do Sul, esclarecendo-o sobre a acusação de ter permitido que diversos cidadãos, pelo fato de serem Cirurgiões dos Corpos da Guarda Nacional, curassem e passassem atestados, sem terem as habilitações exigidas por lei para exercerem a profissão. Segundo Emigídio José de Sant'Anna, a alegação partiu do “bacharel Henrique Francisco d'Avila, suplente do Juiz Municipal em exercício neste termo”¹¹⁰. No trecho seguinte o presidente da Câmara, na tentativa de desqualificar a denúncia do bacharel, afirmou que:

“Revele Vossa Excelência aqui notarmos que a certidão junto comprova que um de tais atestados existe passado pelo mencionado cirurgião mor para dar-se sepultura a menor de nome Comba, escrava do Bacharel Henrique Francisco d'Ávila, a pedido por escrito deste próprio, de casa de cujo sogro consta ser aquele Cirurgião Mor de partido”¹¹¹.

A relação iniciada entre as famílias ainda na década de 1830, ou talvez até em período anterior, continuou sendo reiterada 30 anos depois através do casamento, apesar das divergências políticas que pudessem existir. Esta solidariedade entre antigos companheiros de armas também pode ser verificada entre outros ex-farrapos. Segundo Vargas, em 1858

“O estancieiro Faustino José de Lima, antigo farrapo, havia sido judicialmente condenado a entregar 1.700 reses a um cidadão que alegava ter tido sua propriedade

¹⁰⁸ Além de Faustina Netto, a irmã de Henrique d'Ávila, Maria do Carmo d'Ávila, contraiu matrimônio com outro membro da família Netto. Inventário de Ana das Chagas d'Ávila. Processo 80. Ano 1867. Cartório de Órfãos e Ausentes. APERS.

¹⁰⁹ MEDEIROS, Manoel da Costa. **História do Herval: descrição física e histórica**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Caxias do Sul: UCS/ Herval: Prefeitura Municipal de Herval, 1980. p.358.

¹¹⁰ Correspondência Expedida da Câmara Municipal de Jaguarão em 30 de julho de 1862. Fundo Eleições, Lata 122, maço 87. AHRS.

¹¹¹ Correspondência Expedida da Câmara Municipal de Jaguarão em 30 de julho de 1862. Fundo Eleições, Lata 122, maço 87. AHRS.

saqueada durante a Guerra. Faustino pediu ajuda a Domingos José de Almeida, antigo Chefe da República. Domingos publicou artigos na imprensa denunciando o fato, pois quando da pacificação em 1845, Caxias garantiu por lei a isenção de Faustino pelos atos praticados durante a Revolução”¹¹².

2.1.2. JOSÉ FRANCISCO DIANA E OS CAMINHOS POSSÍVEIS PARA OS QUE NÃO ERAM BEM-NASCIDOS.

José Francisco Diana não teve a mesma sorte que seu conterrâneo Ávila. Nascido em 1841, era filho de Paulo Francisco Diana e Maria Teodora Terra Diana e tinha apenas uma irmã, Maria Delfina Diana Terra. Essa era uma família com poucas posses e, ao que tudo indica, que não desfrutava de muito reconhecimento perante os demais habitantes do município.

O pai de Diana era emigrado da Itália, como fica atestado em seu inventário no qual é feita menção a bens que ele recebeu na Itália por morte de seu pai, mas que os membros da família Terra Diana não inventariaram, deixando aos sobrinhos do falecido que ainda viviam na Itália, por haver Paulo Diana manifestado ser essa sua vontade¹¹³.

O inventário de Paulo Diana, aberto em 1881, não apresenta nenhum imóvel rural, animais ou escravos. Os únicos bens que possuía eram um terreno e algumas casas na cidade, onde poderiam exercer alguma atividade comercial ou ainda viver do aluguel desses imóveis. Entretanto, a ausência de dívidas de qualquer tipo, tanto dívidas a serem cobradas, quanto a serem pagas, não nos permitem ter confirmação sobre as origens da renda dessa família. Podemos ter certeza apenas que José Diana nasceu em uma família cujo patrimônio constituído apenas por imóveis urbanos que somavam em torno de 2600 libras esterlinas e nem de longe remete ao perfil da elite econômica de Jaguarão estudada no capítulo anterior.

Apesar de fortemente hierarquizada e com uma elite pouco propensa a integração de novos membros, essa não era uma sociedade que vetava totalmente as possibilidades de ascensão social e o casamento de José Diana foi uma evidência disso. O enlace matrimonial com Amélia Leopoldina Correia representou um ponto de

¹¹² VARGAS, Jonas. As duas faces do Coronel Valença: família, poder local e mediação política em Santa Maria (1850-1870). In.: WEBER, Beatriz e RIBEIRO, José Iran (Org.). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. 2010.

¹¹³ Inventário de Paulo Francisco Diana. Processo 197, Ano de 1881, Cartório Civil. APERS.

inflexão na vida de Diana, com o casamento ele compensava tudo que não teve através da sua família.

A esposa de Diana era filha de João Faustino Correia, o segundo mais rico estancieiro de Jaguarão ao longo dos últimos 30 anos do período imperial, com propriedades que se estendiam desde a costa do Arroio Candiota¹¹⁴, próximo ao município de Bagé, até o Uruguai, onde ele chegou a possuir duas estâncias em um dado momento de sua vida.

Diante dessa descrição, fica difícil compreender porque um dos homens mais ricos de Jaguarão escolheu Diana, um jovem sem fortuna ou status para agregar à sua família, para casar com sua filha, uma vez que “[...] os pais, se não decidiam por si mesmos a escolha dos cônjuges para seus filhos, ao menos deveriam aprova-los, dentro de um campo de “cônjuges aceitáveis””¹¹⁵. Contudo, o casamento entre eles ocorreu em 1868, ano em que o jovem Diana retornou para Jaguarão após formar-se bacharel em Direito pela Academia de São Paulo. O diploma era seu bem, sua riqueza e sua fonte de influência.

As academia de direito eram privilégio de alguns poucos jovens detentores de algum atributo que os fizesse capaz de alcançar esses ambientes. No caso de José Diana, que, como vimos, era membro de uma família desprovida de grandes posses, não ficam claro os meios pelos quais o jovem obteve os recursos necessários para cursar a faculdade de direito em São Paulo. Uma das possibilidades que podemos entrever é que o pai e o sogro de Diana já nutrissem algum laço anterior ao casamento de seus filhos, haja vista que ambos eram membros da irmandade da Santa Casa de Caridade de Jaguarão¹¹⁶. Sendo assim, tanto poderia ele Faustino Correia, que foi inclusive provedor da Santa Casa, ter investido na formação do futuro genro, quanto poderia a Santa Casa ter financiado os estudos do rapaz.

Esse não seria o único exemplo dentro da elite política provincial de como as relações sociais eram tão importantes quanto um vultoso patrimônio material. Florêncio de Abreu e Silva, que foi deputado geral e senador pelo Partido Liberal rio-grandense,

¹¹⁴ Inventário de Faustino João Corrêa a Maria Leopoldina Corrêa. Processo 658. Ano 1877. Cartório de Órfãos e Ausentes. APERS.

¹¹⁵ FARINATTI, 2010, op. cit., p. 265.

¹¹⁶ SOARES, Eduardo Alvares de Souza. **A Santa Casa de Caridade de Jaguarão**. Armazém Literário, 2003. p. 20-21.

também nasceu em uma família sem significativas posses. Apesar disso, Florêncio de Abreu formou-se bacharel em direito em São Paulo, após ter os estudos financiados pelo governo da província do Rio Grande do Sul.

Investigando a família de Abreu e Silva, Vargas percebeu a importância das relações que seu irmão mais velho, João Vespúcio de Abreu e Silva, mantinha nos círculos intelectuais da capital da província. João Vespúcio era relacionado com os literatos da revista *O Guaíba*, onde conheceu pessoas influentes como João Capistrano Filho, filho de João Capistrano de Miranda e Castro

“respeitado cidadão na província e que acumulou um currículo invejável: foi juiz municipal, advogado, deputado provincial, presidente da Província, mas talvez os principais cargos tenham sido o de diretor da Fazenda Provincial (por longos trinta anos) e secretário de Governo, ou seja, Miranda e Castro era o especialista das finanças da Província e nada passava pela Fazenda Provincial sem lhe ser consultado”¹¹⁷.

Assim, nem todos que tornavam-se bacharéis em direito tinham nascido no seio de famílias abastadas da província, mas os que conseguiram apesar dessa ausência estavam relacionados com essas famílias. As relações sociais figuravam, desse modo, como um fator estruturante dessa sociedade, tanto quanto a riqueza material.

Por isso, mesmo aquelas famílias que não precisavam recorrer ao seu capital relacional para atingir certos objetivos, sabiam da importância de reiterar seus laços relacionais e ampliar seu capital social e mesmo econômico para manter-se como elite. Como apontou Vargas em relação a elite política rio-grandense, “se nem todos os membros desta reduzida elite eram de famílias ricas, todos, no entanto, eram muito bem relacionados com elas”¹¹⁸. Nesse sentido, os matrimônios configuravam um momento importante para as famílias. A prática de beneficiar-se das uniões matrimoniais para obter prestígio, poder e riqueza já era utilizada estrategicamente pelas famílias da elite sulina desde o século XVIII, como demonstrou Kühn¹¹⁹.

Assim, é um elemento comum e importante na trajetória desses mediadores o fato de que fazia parte, direta ou indiretamente, da elite econômica do município. No inventário do casal Faustino Correa e Maria Carolina Correa, realizado em 1877 pelo genro José Diana, consta uma fortuna de 43.021 libras esterlinas, muito superior ao

¹¹⁷ VARGAS, 2010, op. cit. p. 71.

¹¹⁸ VARGAS, 2010, op.cit. p. 70.

¹¹⁹ KÜHN, 2006, op. cit.

valor estipulado para definir quem seriam os membros da elite econômica, a saber, 10 mil libras¹²⁰.

Essas semelhanças entre as trajetórias dos mediadores não devem obscurecer uma peculiaridade importante: embora ambos nutrissem relações com famílias da elite jaguareense, apenas um deles nasceu em uma dessas famílias. A estrutura social do Império estava organizada de forma a vetar a possibilidade da educação superior àqueles que não fossem membros de famílias de elite. Por algum meio que não é possível afirmar de forma precisa, José Diana mudou sua trajetória aproveitando uma possibilidade que a ele se apresentou e disso decorre o sucesso de sua carreira.

Outra diferença ainda merece ser destacada. Henrique d'Ávila ocupou postos na política e na administração que José Diana jamais conquistou. Contudo, é prudente não cedermos à tentação das explicações mecanicistas e causais. A origem de Diana pode ter sido uma sombra sobre seu destino, mas temos que considerar que os atores históricos tomam decisões baseados em variados motivos, aos quais o historiador em tempo algum terá acesso. Portanto, não podemos atribuir um significado de derrota ou incompletude à trajetória de Diana. Ademais, ainda que não tenha sido Senador ou presidente de província, Diana foi nomeado Ministro nos últimos momentos de vigência da monarquia no Brasil.

2.2. O RETORNO DOS BACHARÉIS E O CONTEXTO POLÍTICO NA PROVÍNCIA

Após formar-se bacharel, em 1856, Henrique d'Ávila regressou ao Rio Grande do Sul, onde encontrou uma realidade diferente de quando partiu para a Corte. Após o fim do levante farroupilha, ainda que os conservadores tivessem sido mais hábeis em organizar-se, tornando-se o partido mais forte do Rio Grande do Sul, houve certa “indefinição político-partidária dos representantes da província”¹²¹.

¹²⁰ Inventário de Faustino João Correa e Maria Carolina Correa. Processo 658. Ano 1877. Cartório de Órfãos e Ausentes. APERS.

¹²¹ PICCOLO, Helga. In: RS: economia & política. p. 100.

Pelos idos de 1852 foi criada uma facção chama Liga, que reunia parte dos liberais e dos conservadores da província, mas com “preponderância conservadora”¹²². Em oposição a esta agremiação, no mesmo ano de 1852, foi criada a Contra-Liga, que também congregava liberais e conservadores, mas desta vez com predomínio dos liberais. Na Contra-Liga estavam nomes importantes da política rio-grandense como o Barão de Porto Alegre (Manuel Marques de Souza), Manuel Luis Osório, Felipe Nery e David Canabarro.

Apesar disso, foi a Liga quem, a despeito dos liberais, conservadores e contraligueiros da província, conquistou o domínio eleitoral da provinciais pelo menos até o ano de 1856, quando a Contra-Liga venceu as eleições províncias e para a deputação geral. Porém, em 1857, o Barão de Porto Alegre optou por aliar-se ao recém-nomeado presidente da província Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que era conservador, criando assim uma nova facção na província chamada *baronista*, denominando aqueles que seguiram o Barão de Porto Alegre.

Nesse momento em que o Rio Grande do Sul encontrava-se dividido em várias facções, as notícias de que Osório recusara assinar um manifesto que intentava criar mais uma facção na província¹²³ fizeram com que Ângelo Muniz da Silva Ferraz, então presidente da província, tentasse se aproximar de Osório, mas tal investida não foi acompanhada de resposta positiva. Como punição, Osório foi transferido do Comando da Fronteira de São Borja para o Comando da Fronteira de Jaguarão, em 1857, uma vez que esse comando possuía menos recursos.

Foi possivelmente por esses anos que Henrique d'Ávila e Manuel Osório se conheceram, haja vista que nos anos seguintes já trocavam correspondências. Além de ser seu chefe político, Osório também foi padrinho de um dos filhos de Ávila. Esse vínculo pessoal e político forjado entre os dois compadres seria um dos mais importantes para o encaminhamento da trajetória política de Ávila.

Nos anos seguintes Henrique d'Ávila ocupou uma série de cargos na esfera local, um passo importante a ser dado para aqueles que buscavam sucesso político além dos limites da paróquia. Contudo, o capital político não ficava restrito aos indivíduos e

¹²² Ibid. p. 101.

¹²³ Tratava-se da tentativa de Luis Bello de criar um “partido militar”. VARGAS, 2010, op. cit., p. 61.

tendia a se estender para seus familiares, de modo que o sucesso ou o fracasso de um membro tinha impacto sobre toda a família.

Nesse sentido, Vargas verificou que entre os mediadores rio-grandenses era recorrente uma “nítida diversificação profissional dentro da família, onde se destacavam principalmente as atividades ligadas ao militarismo e à advocacia”¹²⁴, mas eles podiam estar presentes na Câmara de Vereadores ou em outros cargos de influência. Considerando a família sob uma perspectiva ampla – ou seja, além do núcleo formado por pais e filhos, considerando os parentes agregados via matrimônio e através de laços rituais –, veremos como esse traço dos mediadores manifestou-se nas trajetórias de Henrique d’Ávila e José Diana.

Antes de adentrarmos na análise das relações que esses mediadores construíram com a paróquia e com sua elite é preciso atentar para o fato de que quando investigamos indivíduos que atuavam politicamente no mesma localidade onde nasceram e onde estavam suas famílias, manifesta-se a sensação de que todos se conheciam. Como advertiu Bertrand “en su momento, esta búsqueda de limites (das redes sociais), corre el riesgo de desembocar en la inevitable conclusión “todo el mundo esta en relación con todo el mundo”¹²⁵.

No que diz respeito a isso é preciso deixar claro a impossibilidade da reconstrução completa de uma rede de relacionamentos, seja pela falta de fontes, seja pelo fato de que cada membro da rede pode levar a novos membros, conduzindo-nos a uma busca sem perspectiva de fim. Portanto, aceitando que podemos reconstruir apenas parcialmente uma rede social, devemos dar atenção para as relações que tornam-se vínculos efetivos, ou seja, àquelas onde recursos – favores, informações ou bens materiais – foram trocados.

2.3. A INSERÇÃO NOS ESPAÇOS PARA “SER ELITE” E OS VÍNCULOS COM A ELITE LOCAL

Anteriormente explicitamos como a elite de Jaguarão representava uma parcela ínfima do total da população, bem como a existência de critérios para o recrutamento

¹²⁴ VARGAS, 2010, op. cit. p. 251.

¹²⁵

dessa elite, como o pertencimento a determinada família e o estabelecimento de relações sociais. Assim, a elite local abarcava um diminuto número de famílias. Nesse sentido, ficará claro como não apenas José Diana e Henrique d'Ávila ocuparam vários espaços de atuação da elite local, mas também seus familiares e amigos foram presenças recorrentes. Isso indica como o poder era exercido por poucas famílias que estavam relacionadas entre si.

No ano de 1856 o sogro de Ávila foi nomeado 2º suplente de Delegado de Polícia e prestou juramento assim que regressou de sua fazenda no Estado Oriental¹²⁶. O cargo de delegado e subdelegado era um serviço litúrgico que habitantes locais prestavam ao Estado, uma vez que este não estava provido de recursos suficientes para remunerar empregados públicos para essas funções, o que atesta um dos limites que esse Estado possuía para impor-se. Outras funções, como o posto de suplente de Juiz de Direito que Henrique d'Ávila ocupou por diversas vezes, eram remunerados, mas igualmente enfrentavam problemas aos seus preenchimentos.

Tais cargos existiam e tinham por finalidade concentrar a administração da justiça e da força nas mãos do Estado. Contudo, em diversas localidades, principalmente nas mais distantes das capitais, era difícil encontrar pessoas que quisessem ocupar os postos na administração por mais que alguns meses, por motivos diversos, desde “a fraca saúde” ou a “falta de conhecimento e de habilidades necessárias para exercer tal cargo”¹²⁷. Segundo o Presidente da Província

Difficil é conseguir que todos estes lugares estejam providos, pela repugnância de exercer funções tão pesadas e cercadas de infinitos compromettimentos e responsabilidade sem retribuição alguma. Succede por tanto frequentemente que esses cargos ficam acephalos, e os termos e discritos sem administração regular de policia e justiça. [...]Quasi o mesmo acontece á respeito dos juízes municipaes letrados, por que ainda não vierão tomar posse os que forão nomeadores para Rio Pardo e Encruzilhada, Caçapava, e Uruguayana: o desta cidade retirou-se com licença desde o mez de Agosto, e ainda não voltou por incommodos seus e de sua família: o de Bagé seguiu para a corte sem ter sido empossado: o de Piratiny está responsabilizado e suspenso: São Gabriel não está provido: o de Cachoeira acaba de falecer: o de Rio Grande e Jaguarão servem

¹²⁶ Correspondência Expedida da Delegacia de Polícia, 16 de Julho de 1856. Fundo Polícia. Maço 12. AHRGS.

¹²⁷ Para uma análise do judiciário na província do Rio Grande do Sul ver: SODRÉ, E. L. V. **A disputa pelo monopólio de uma força (i)legítima: Estado e Administração Judiciária no Brasil Imperial (Rio Grande do Sul, 1833-1871)**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

tambem de juizes de direito, e assim mesmo o da Cruz Alta: os de Taquary e S. Leopoldo hão de vir substituir as duas varas de crime da capital¹²⁸

Essas reclamações foram recorrentes ao longo dos anos, demonstrando como mesmo após a vitória de um projeto centralizador de Estado, este encontrava dificuldade em implementar sistemas político e burocrático estáveis. As constantes mudanças nos titulares dos cargos fazia com que o papel dos suplentes adquirisse grande importância, pois frequentemente eram chamados a assumir os cargos.

Nesse período imediatamente posterior ao seu retorno à Jaguarão, Henrique d'Ávila estabeleceu uma banca de advocacia no município. Como advogado, atuou conjuntamente com Francisco Macedo e Andrade, que exercia a função de solicitante e era proprietário e editor do jornal "Echo Jaguareense"¹²⁹, onde entre outras coisas anunciava seus serviços como solicitador provisionado.

Na sociedade brasileira do século XIX os rúbulas ou solicitantes, como eram designados os advogados provisionados e sem diploma de curso superior, adquiriram significativa relevância, uma vez que a maioria dos bacharéis formados construía sua vida profissional nos centros mais urbanizados ou direcionavam suas carreiras para outros campos, como a política ou a burocracia.

De fato, além da atividade de solicitador, Macedo e Andrade fora nomeado fiscal da Câmara de Vereadores em 1858, indicando sua importância e o reconhecimento por parte dos demais membros da comunidade de que ele era apto a prestar esses serviços. Assim, a atuação conjunta entre Ávila e Macedo e Andrade apresentava benefícios para ambos. Para Ávila era uma possibilidade de aliar-se a uma figura reconhecida pelos habitantes da localidade e para Macedo e Andrade representava um vínculo notório e influente, uma vez que, apesar do conhecimento prático que podiam possuir, os solicitadores e rúbulas não dispunham do mesmo prestígio que os advogados.

Mas nem o prestígio do bacharel foi o suficiente para elegê-lo vereador. No município de Jaguarão, assim como em outros da província, os conservadores dominaram a Câmara municipal por quase toda a década de 1860, quando os liberais

¹²⁸ Relatório do Presidente da Província Vieira Tosta. 28 de Abril de 1856. P. 31. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul. Acessado em 03/08/2015.

¹²⁹ Não temos informações sobre um possível acervo desse periódico, mas encontramos três exemplares dele anexados em inventários post-mortem da comarca de Jaguarão.

conseguiram eleger a maioria na Câmara dos Deputados, fazendo com que o Partido Liberal crescesse na província¹³⁰. Mas isso não significou o afastamento dos mediadores da esfera política de poder da localidade. Tanto Rafael Souza Netto, sogro de Ávila, quanto Faustino João Correa, sogro de Diana, foram eleitos vereadores na década de 1860¹³¹.

Nas primeiras eleições para a Câmara de Jaguarão ocorridas na década de 1870 José Diana e Henrique d'Ávila foram eleitos vereadores. Nesse mesmo período também passaram a ocupar a Câmara o Comendador Barbosa, compadre de Ávila, e Menandro Rodrigues Fontes, também bacharel pela faculdade de São Paulo e amigo de Ávila e Diana. A partir de então os liberais nunca mais deixaram de ser a maioria na Câmara Municipal até o fim do Império.

No que se refere à Guarda Nacional, encontramos familiares de Diana oficiais da Guarda Nacional. Seu cunhado, José Maria Terra, foi tenente, seu sogro, Faustino Correa, foi capitão e seu outro cunhado (irmão de sua esposa) também foi capitão. Porém, Diana jamais chegou a ser oficial da Guarda Nacional, não sabemos se pela ausência de uma indicação ou se pela recusa do próprio Diana em desempenhar tal função.

Florisbello Antônio d'Ávila era irmão do pai de Ávila e ocupava o posto de Tenente – Coronel do Estado Maior. Com o tio Ávila tinha uma relação de confiança que fica declarada no testamento de Florisbello, no qual ele declara como testamenteiro “em segundo lugar meu sobrinho o Doutor Henrique Francisco de Avila”¹³². As relações existentes entre os outros dois testamenteiros de Florisbello nos remetem ao caráter familiar das redes de relacionamento e para o aspecto endógeno das relações estabelecidas entre as elites.

O primeiro testamenteiro era José Gonçalves da Silva¹³³, assim como Florisbello d'Ávila era um membro da elite econômica de Jaguarão, embora o primeiro fosse mais

¹³⁰ VARGAS. 2010, op. cit.

¹³¹ Rafael Souza Netto foi vereador nos anos de 1857-1860 e 1867-1870, e João Faustino Correa elegeu-se para o quadriênio de 1867-1870.

¹³² Testamento de Florisbello Antonio de Avila. Processo 380. Ano 1881. Fundo Provedoria. APERS.

¹³³ José Gonçalves da Silva já foi mencionado no capítulo anterior por ser um dos doze inventariados mais ricos de Jaguarão no período entre 1860 a 1889. Florisbello d'Ávila, embora não fosse tão rico quanto seu testamenteiro, enquadrava-se também nos quadros da elite econômica do município, com uma fortuna superior a cinco mil libras esterlinas.

rico que o segundo. Além disso, José Gonçalves era sogro de um muito amigo e compadre de Henrique d'Ávila, o Comendador Barbosa.

O terceiro testamenteiro era o irmão Sebastião Antonio d'Ávila, que quando da morte de Florisbello foi o inventariante dos seus bens¹³⁴. Com esse tio Henrique d'Ávila também mantinha uma relação próxima, como anotou o Coronel Manuel Lucas de Oliveira em seu diário. Em outra passagem por Jaguarão, o Coronel decidiu posar na chácara de Sebastião que ficava em Herval e por lá encontrou o “doutor Henrique, que no dia seguinte seguiu comigo para Jaguarão”.

Apesar de contar com um tio Tenente – Coronel da Guarda Nacional, Ávila só foi nomeado oficial da Guarda Nacional em 1879. Entretanto, o grande período de espera foi compensado com o posto de Coronel Comandante. Antes disso, foi qualificado na reserva da Guarda Nacional em 1864 e lhe foi atribuída uma renda anual de 200 mil réis.

Contudo, Ávila pertencia a uma família de ricos estancieiros e casou-se com a filha de um também rico estancieiro de Jaguarão. Dessa forma, é pouco provável que a renda anual desse bacharel fosse apenas 200 mil réis anuais. Contudo, a renda, assim como os outros dados anotados pela Junta de Qualificação, podia ser alterada. Desse modo, as qualificações dependiam em grande medida das redes de relações nas quais os indivíduos estavam inseridos, uma vez que as relações clientelísticas, como apontou Fertig, moldaram não apenas as qualificações, mas a Guarda Nacional como um todo¹³⁵.

Mas qual seria o propósito dos membros da Junta de Qualificação ao atribuírem a Ávila uma renda anual considerada baixa? O comandante da Guarda Nacional nesse período era Astrogildo Pereira da Costa, um dos líderes da facção conservadora na região e que tinha interesse em qualificar os cidadãos rivais com rendas baixas, uma vez que as listas de qualificação ficavam afixadas na porta da Igreja para quem quisesse conferir, de modo que a renda anual, mais que um critério de classificação, era um indicativo de prestígio.

Os comandantes da Guarda Nacional tinham a possibilidade de aumentar sua clientela dispondo de favores aos seus protegidos, como a isenção do serviço ou a

¹³⁴ Inventário de Florisbello Antonio de Avila. Processo 723. Ano 1882. Cartório de Órfãos e Ausentes. APERS

¹³⁵ FERTIG, 2010, op. cit., p. 63.

qualificação na reserva, mas também detinham meios para prejudicar os aliados de seus adversários. Assim, a tentativa de atribuir a um qualificado baixo poderio econômico poderia representar um enfraquecimento dos laços desse sujeito com seus aliados.

Essas práticas eram frequentes não apenas em relação às qualificações para a Guarda Nacional. Em 1864, às vésperas de uma eleição municipal, os liberais de Jaguarão estavam articulando-se a fim de conseguir votantes suficientes para vencer as eleições. Porém, em correspondência enviada a Manuel Osório em 1864, Henrique d'Ávila relatou que a situação estava difícil porque

“o Astrogildo, o Balbino e o Farias, têm usado de toda a casta de violencias para afugentar e destacar os nossos votantes [...]N' esta ultima elles souberam que ia ser destacada a Guarda Nacional, na Revisão qualificaram quasi todo Municipio na activa. [...]O Simplicio, carpinteiro, homem maior de 50 annos, chefe de família, estancieiro, foi collocado na activa pela primeira vez em toda a sua vida e avisado. O Farias mandou-lhe dizer que se não fosse, o mandaria buscas amarrado. Deu um homem por si para livrar-se. Emfim, tudo fizeram e fazem, porque ainda hoje andam 5 ou 6 partidas percorrendo o Municipio atraz de guardas, nossos votantes, para prender!”¹³⁶

A prisão de Antônio Francisco de Lima é outro caso que demonstra o poder que detinham as autoridades que possuíam a prerrogativa legal do exercício da força e da violência. Antônio de Lima morava com sua mãe em uma chácara nos subúrbios de Jaguarão, onde trabalhava na pequena plantação que possuíam e, eventualmente, prestava serviços a pessoas que o procuravam. Segundo sua mãe, Manoella Rosa

“estava arrodando pedra no logradouro publico dessa cidade, para o Major Jose Silva Junior, e desantendida por essa autoridade somente porque seu filho não quis aceitar ouro para com ele votar nas próximas passadas eleições, sua resposta foi “seu filho há de sentar praça””¹³⁷.

Frente a essa ameaça a Manoella “entregou seu filho para o serviço ativo da Guarda Nacional”¹³⁸, que neste período ainda constituía isenção para o recrutamento militar, mesmo sendo ele isento também da Guarda Nacional, já que era o único filho e a fonte de sustendo daquela pequena família. Diante disso, o terceiro suplente de

¹³⁶ Carta de Henrique d'Ávila a Manuel Luís Osório. 8 de Agosto de 1864. OSÓRIO, Fernando Luís. História do General Osório. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1.o volume, 1894. p. 712.

¹³⁷ Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão 10 de março de 1862. Maço 87. Fundo Autoridades Municipais. AHRS.

¹³⁸ Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão 10 de março de 1862. Maço 87. Fundo Autoridades Municipais. AHRS.

Delegado de Polícia, Joaquim Maria de Oliveira Vilas Boas, prendeu Antônio Lima como forma de castiga-lo e de impedir que ele votasse na parcialidade oposta a do dito Major Silva Junior ¹³⁹.

Homens como Antônio de Lima, livres e com poucas posses, representavam a maior parcela dos votantes. Mas sua condição econômica não implicava que esses indivíduos estivessem totalmente à mercê dos potentados locais. Havia aqueles que optavam pela resistência, como fez Antônio de Lima, e aqueles que, num cenário onde figurava mais de uma facção, barganhavam seu voto com quem lhes oferecesse mais vantagens. Nesse sentido, parte da historiografia recente tem buscado ir além da constatação de que os pleitos eram muitas vezes fraudulentos, tentando compreender os significados das eleições para os sujeitos envolvidos nesse processo ¹⁴⁰.

Assim, percebemos como as eleições configuravam-se numa parte importante da vida das pessoas, tanto daqueles que tinham mais em jogo, como daqueles que podiam se aproveitar dessa situação para obter ganhos, ou, por fim, daqueles que podiam vir a ter suas vidas prejudicadas em virtude de interesses alheios que não iam ao encontro dos seus.

O cenário de indefinição partidária e as múltiplas facções que marcaram o período pós-farroupilha foram sendo lentamente modificado desde os anos finais da década de 1850, em parte como um reflexo do fim da conciliação que se verificava no nível nacional¹⁴¹. Em 1860 foi criado o Partido Liberal Histórico articulado por Manuel Osório e pelo bacharel Félix da Cunha, que também contava com o apoio de Davi Canabarro e de Silveira Martins ¹⁴².

¹³⁹ Até o último ofício no qual encontramos referências a esse caso, Antônio de Lima continuava preso.

¹⁴⁰ Para um debate aprofundado ver: SABA, Roberto N. P. F. As “eleições do cacete” e o problema da manipulação eleitoral no Brasil Monárquico. **Almanack**. Guarulhos, n.02, 2001. p. 126-145, DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2005 e NEVES, Lúcia Maria B. P. “Las elecciones en la construcción del Império Brasileiro: los limites de una nueva práctica de la cultura política lusobrasileña (1820-1823)” In: Antonio Annino (coord.). **Historia de las Elecciones en Ibero América, Siglo XIX**. De la formación del espacio político nacional. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

¹⁴¹ O Gabinete da Conciliação durou de 1853 a 1857.

¹⁴² Apesar de fundado em 1860, os liberais da província do rio-grandense lançam um programa partidário apenas em 1863. Os conservadores organizaram-se depois e o ingresso de Liberais Progressistas (como passaram a ser chamados os integrantes da facção baronista) provocou o enfraquecimento do partido conservador, que ficou dividido entre Lobos (conservadores puros) e Cordeiros (ex-progressistas) e nunca chegaram a lançar um programa partidário (PICCOLO, 1974). Contudo, mais que desorganização, esse

Em Jaguarão, Osório havia conquistado importantes amigos na década anterior quando esteve no comando daquela fronteira e que o seguiram nessa nova fase política, constituindo o núcleo de apoio dos liberais históricos naquele município. Foi através do Partido Liberal, que na década de 1860, Henrique d'Ávila foi eleito deputado provincial por diversas vezes, sendo eleito para a mesa diretorial da Assembleia Provincial com grande número de votos – em 1861, na 9ª legislatura, foi 1º secretário da mesa diretora provincial com 12 votos; em 1862 foi 1º secretário com 15 votos, em 1862, na 10ª legislatura, foi 1º secretário com 14 votos, em 1863, na 10ª legislatura – o que demonstra o prestígio que possuía entre seus pares da província¹⁴³.

Parte desse prestígio era consequência das alianças que possuía com a elite de Jaguarão, a qual possivelmente enxergou no jovem Ávila alguém capaz de superar a hegemonia da facção conservadora, que comandou a Câmara de Vereadores por toda a década de 1860. De fato, ao olharmos a votação de Ávila para as eleições provinciais de 1863 podemos ter uma noção de como os vínculos com a elite local eram importantes para o sucesso eleitoral.

Na votação em Jaguarão ele recebeu os votos dos 25 eleitores da paróquia. Não é difícil imaginar as razões desse êxito na disputa provincial. Além de contar com a indicação de Osório que mandava circulares a todas as partes da província declarando seu apoio à chapa dos liberais que ele mesmo organizava, ser “doutor” em direito e membro de uma importante família, ele ainda tinha a seu favor outro elemento importante: o presidente do colégio eleitoral. João Francisco Gonçalves, o eleitor presidente, era cunhado do Comendador João Rodrigues Barbosa, rico estancieiro com terras e gados em Jaguarão e no Estado Oriental e também compadre de Henrique d'Ávila. A relação desses compadres era bem próxima, como ficou atestado em uma carta que o Comendador enviou a Fernando Osório, na qual declarava sua lealdade pessoal à Ávila.

Segundo Fernando Osório, filho do General Osório, após a morte de seu pai, em outubro de 1879, ele estava buscando apoiadores na província que sustentassem o

fato demonstra como a política na província estava pouco relacionada a programas políticos e mais a alianças forjadas por lealdades pessoais (VARGAS, 2010, p. 66).

¹⁴³ Dados do site do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Mesa_Diretora_1/tabid/3678/language/pt-BR/Default.aspx Acessado em: julho de 2015.

Gabinete de Sinimbú¹⁴⁴, do qual o General fazia parte. Com esse objetivo, Fernando Osório pediu ao Comendador Barbosa

“se unisse aos liberais que em Jaguarão estivessem de accôrdo commigo. O Sr. Barbosa respondeu-me que era impossível, que estava unido ao Sr. Henrique d’Ávila, e que o nome de Ávila jamais podia unir-se aos de Costa Silveira, Villas Boas e Silvestre”¹⁴⁵.

Por ser um membro da elite local – política e econômica – o apoio do Comendador era desejado por quem quisesse fazer valer sua vontade. Contudo, o fato de estar inserido em círculos de sociabilidade que naquela conjuntura tinham propósitos diversos impôs ao Comendador a necessidade da escolha¹⁴⁶. Ao negar o apoio a Fernando Osório, ele deve ter analisado as consequências políticas e econômicas da sua escolha. Naquele momento, Ávila tinha mais prestígio que Fernando Osório, além de ser seu compadre e amigo de longa data. Desse modo, a lealdade pessoal ao compadre era um laço mais forte, ainda que seu amigo Fernando tivesse acabado de lhe conseguir uma nomeação para ocupar o posto de Juiz de Direito em Jaguarão.

Prosseguindo com a lista do colégio eleitoral, podemos classificar dois indivíduos como “amigos de Osório”, uma vez que, com a relação próxima que cultivava com Osório, Ávila não apenas se apropriava de parte de seu prestígio, como podia contar com o apoio dos amigos do General. Faustino João Correia e Simplicio José Ferreira eram companheiros próximos do General Osório no período que este esteve no comando da fronteira de Jaguarão, tendo inclusive organizado a fundação de um jornal para ser “orgam fiel das ideas liberaes e defensor extremo dos membros do nosso partido e dos interesses mais vitaes do paiz”¹⁴⁷ em 1864. Além disso, Ávila e Faustino Correia eram membros da irmandade Santa Casa de Caridade de Jaguarão, da qual Faustino era provedor.

Nesse período Diana, que era quase dez anos mais jovem que Ávila, tinha há pouco seguido para São Paulo, a fim de dar início a seus estudos. Voltaria bacharel em direito para Jaguarão apenas no ano de 1868. Logo tomou parte na política da

¹⁴⁴ O Gabinete Sinimbú teve início em 1878 e persistiu até o início de 1880.

¹⁴⁵ Discurso de Fenando Osório na Assembleia Provincial em 1880. OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. **História do General Osório**. Pelotas: Typografia do Diário Popular, 2º volume., 1915. p. 678.

¹⁴⁶ Segundo Michel Bertrand círculos de sociabilidade podem ser assim identificados quando “la pertencia a um círculo influye en el comportamineto de sus miembros”. BERTRAND, 1999, op. cit., p.64.

¹⁴⁷ OSÓRIO, 1915, op. cit., p. 688.

localidade, inserindo-se no mesmo círculo de relações de seu sogro, Faustino Correia, e sob a tutela de seu amigo Henrique d'Ávila.

No livro “Apontamentos para uma monografia de Jaguarão”, o autor comenta que, em 1868, Henrique d'Ávila convocou uma reunião na sua casa, na qual, dentre assuntos, “apresentou a ideia da fundação de um Directorio que presidisse os trabalhos do partido”¹⁴⁸ e “apontou para director o Dr. José Francisco Diana”¹⁴⁹. Posteriormente, a ascensão política de Ávila como Deputado Geral e depois como Senador, o manteve distante por longos períodos de Jaguarão, tornando-se Diana o líder da facção liberal daquele município.

Mesmo estabelecendo alianças com homens poderosos e influentes da localidade, não havia garantias totais de vitória nas eleições. Ademais, não obstante todas as artimanhas que pudessem ser empregadas para atingir a vitória como a ameaça da violência, a qualificação de inimigos no serviço ativo, o uso efetivo da violência, podendo, como último recurso, manipular os resultados dos pleitos, Graham aponta que o ideal era que a vitória fosse legítima¹⁵⁰. Por isso os candidatos empenhavam-se em garantir o apoio de seus votantes.

Essa preocupação fica clara em correspondência enviada em 1867 pelo Comandante Superior da Guarda Nacional de Bagé ao Presidente da Província, aquele buscava dar explicações sobre a prisão e o estaqueamento de Felicíssimo Nogueira Picanso:

“Aconteceu que uma escolta que andava em procura de fugitivos e desertores tivesse denúncia que o referido Felicíssimo, que andava com um filho fugindo, desde a primeira reunião que se fez para se passar ao Estado Oriental a exigir a satisfação, tinha chegado de noite a casa com o filho com o fim de roubar uma rês para carrear para sustento da família, denúncia esta que foi dada por um dos que sofria os roubos das reses, que até foi guiar a escolta. Não tinha aonde o conservar com segurança por falta de prisão, e foi o motivo de o botarem em estacas para segurança. Pedi para servir, mandei-o soltar e está servindo no corpo da reserva por ser casado e ter filhos. [...] Ao depois com a prontificação da prisão não foi mais preciso usar desse meio de segurança, por isso que pela acusação que me fez o Bacharel Henrique d'Ávila não apontou mais nomes, e se mostrou apaixonado por ser o dito Felicíssimo seu votante.”¹⁵¹

¹⁴⁸ Intendência Municipal de Jaguarão. **Apontamentos para uma Monographia de Jaguarão**. Porto Alegre: Livraria Mundo, 1912, p.55.

¹⁴⁹ Ibid.

¹⁵⁰ GRAHAM, 1997, op. cit.

¹⁵¹ Correspondência expedida Comando Superior de Bagé. Fundo Guarda Nacional. Maço 3. AHRs. Mugge, Miqueias H. **Senhores da Guerra: elites militares no sul do Império do Brasil (1845-1873)**. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2015. Ver capítulo 5: Poderes e Legitimidades. [no prelo]

No complexo jogo eleitoral era essencial ter o apoio dos chefes locais. Afinal, eles mobilizavam suas gentes e recursos para atingir a vitória nas eleições daqueles que defenderiam seus interesses e seriam eficientes em obter vantagens junto às demais esferas de poder. Outra parte importante desse jogo, os votantes não eram simplesmente manipulados pelos chefões e, no caso das eleições, eles possuíam uma moeda de troca extremamente valiosa com a qual barganhar: seu voto. Nesse sentido, para além das alianças estabelecidas com os potentados locais, era importante o mediador demonstrar aos votantes que em um momento de crise, teriam meios para dispensar proteção aos seus aliados. Por isso, muitas questões que podem parecer “menores” aos olhos do observador contemporâneo, na realidade estavam conectadas ao funcionamento do sistema político e à reprodução das elites no poder.

2.4. INTERESSES EM COMUM: A LEGITIMIDADE DO MEDIADOR PARA ATUAR EM NOME DA ELITE LOCAL

Por caminhos diferentes e atuando em esferas e momentos também diferentes, Henrique d’Ávila e José Diana reuniram alguns atributos que os habilitavam a mediar as relações entre a paróquia e os centros de poder. Dentre os principais estavam o atrelamento às famílias da elites local, o acesso a recursos materiais, a formação superior em direito, os vínculos com a elite local e com potenciais votantes. Esses elementos faziam com que eles tivessem legitimidade diante da elite local para agir em nome dela, como ocorreu no caso explanado a seguir.

Corria o ano 1860 em Jaguarão e no dia 13 de outubro alguns homens saíram pela cidade à noite “animados”, alguns estavam “mascarados” e “acompanhados de música”. Depois de andarem pelas ruas da cidade, pararam em frente às casas de alguns cidadãos pertencentes à parcialidade política oposta e soltaram foguetes “ao ar de vivas”. O motivo para tal manifestação que fez os vereadores cobrarem providências do Presidente da Província, foi

“uma carta do Bacharel Henrique Francisco d’Ávila, na qual lhes mandava dizer que tudo havia obtido da Presidencia da Provincia; este facto havendo sobre modo exacerbado os ânimos e receiando esta Camara, que a não se tomar sobre elle uma providencia qualquer, sobreviesse com a sua reprodução resultados desagradáveis a esta população, deliberou na sessão ordinária do dia 16 officiar requisitando medidas aos Senhores Comandantes

da Guarnição e Juiz de Direito, cujas respostas vão por copia adjuntas, deixando de dirigir-se as autoridades policiais por serem suspeitas de parcialidade. Ainda assim, reproduzido foi em menor escala este facto no dia 18 do corrente, por ocasião da chegada do Bacharel Avila a esta cidade”¹⁵².

No ofício enviado ao Comandante da Guarnição e Fronteira os vereadores explicitaram o real motivo de sua preocupação. Relataram que na referida carta o bacharel Ávila tinha afirmado ter “tudo obtido da Presidência da Província relativamente a eleição municipal que há pouco se fizera”¹⁵³.

Esse episódio demonstra como esses homens, tanto Ávila, quanto o grupo dos “animados e mascarados”, dentro os quais provavelmente estavam seus companheiros João Simplício, Faustino Correa, Comendador Barbosa e seus irmãos José Maria e Francisco Antônio, dentre outros, agiram de forma conjunta para atingir um fim, refletindo o comportamento de indivíduos que fazem parte de uma mesma rede social, no momento em que esta é ativada para cumprir uma função.

Na época em que se deu esse evento o chefe político da facção liberal era João Simplício. No entanto, os membros do Partido Liberal acreditaram que Ávila - que havia voltado à Jaguarão há apenas quatro anos e ainda não tinha ocupado nenhum cargo na esfera provincial – era o mais apto para intervir por eles fora da localidade. Isto nos remete aos elementos que diferenciavam os mediadores dos demais membros da elite da paróquia. Se assim como os demais Ávila e Diana pertenciam a famílias abastadas e eram bem relacionados com a elite local, apenas eles possuíam a formação no ensino superior que agregava prestígio e pressupunha o domínio de um conhecimento especializado das leis. No caso de Henrique d’Ávila, o curso de direito também possibilitou que ele ocupasse o cargo de oficial de gabinete do Presidente da Província de São Paulo. Dessa forma, ele pode apreender os meandros da administração provincial, e ainda que cada província tivesse as suas especificidades, esse era um conhecimento exclusivo que o tornava o mais apto a realizar as reivindicações junto à presidência da província¹⁵⁴.

¹⁵² Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão. 18 de outubro de 1860. Maço 86. Fundo Autoridades Municipais. AHRS.

¹⁵³ Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão. 16 de outubro de 1860. Maço 86. Fundo Autoridades Municipais. AHRS.

¹⁵⁴ José Imízcoz chamou atenção para o fato de que, embora o mediador fosse membro das principais famílias e estivesse integrado com a comunidade local por uma série de vínculos, ele “poseía una capacidad propia y unas competencias, sobresalientes a la escala local, gracias a su instrucción, a sus conocimientos técnicos [...]”. IMIZCOZ, José María. Patronos y mediadores. Redes Familiares em la

Os ambientes das capitais provinciais e da Corte diferiam muito daqueles encontrados nas localidades mais interioranas. O alemão Rudolf Canstatt, que partiu de Montevideo após o início da Revolução Uruguaia e se estabeleceu em Jaguarão em 1877, descreveu a vida de sociedade como “completamente insatisfatória [...] as mulheres, em quase sua totalidade, apresentam baixo nível de instrução”, e os maiores interesses dos homens eram as carreiras, as brigas de galo, além de lutas com esporas “que serviam de distração em muitas festas eclesiais”. Ademais, escreveu Canstatt, “os homens gostam de participar prazerosamente da vida política, independente de sua formação intelectual e posição social”¹⁵⁵.

Nos inventários analisados no capítulo anterior – aqueles que compunham a elite econômica – apenas um continha livros dentre os bens que foram avaliados, embora em vários fosse possível encontrar pianos. De todo modo, essa descrição sobre Jaguarão, afora os possíveis exageros provocados pelos padrões de um observador estrangeiro, remete a uma realidade que não incluía os bailes, as idas ao teatro e os encontros nos cafés como nas capitais.

Ao cursarem a faculdade em São Paulo, os jovens jaguarenses aprendiam também os comportamentos e os modos de pensar das elites que viviam nos centros políticos e culturais da época. Desse modo, dominavam dois códigos de conduta distintos, o que os habilitava a circular por diferentes mundos. Assim, adquiriam uma das habilidades essenciais ao mediador, que era saber “adotar padrões apropriados de comportamento público”¹⁵⁶.

Dotado dessa qualidade, o papel do mediador era ser um amortecedor entre os antagonismos que surgissem entre os poderes de diferentes esferas ou mesmo entre as disputas locais. Assim, sua função não passava pela resolução de conflitos, pois, caso o fizesse, sua atuação não seria mais necessária. Por isso, Ávila se dirigiu à capital da província naquele outubro de 1860 não para pedir que o presidente suprimisse a parcialidade que lhe era oposta em Jaguarão, mas para barganhar algumas vitórias para sua parcialidade.

Monarquía y patronazgo em la aldeã: já hegemonia de lãs baztanesas en el siglo XVIII. In: **Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen** (siglos XV-XIX). Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.

¹⁵⁵ Relato de Rudolf Canstatt. FRANCO, Sérgio da Costa e SOARES, Eduardo Alvares de Souza (Org.). **Olhares sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 44-48.

¹⁵⁶ WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). **Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf**. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Ed. Unicamp, 2003. p. 83.

Desse modo, aqueles que eram favorecidos pela atuação dos mediadores podiam desenvolver um forte sentimento de lealdade. Essa percepção nos aproxima das razões que guiaram o Comendador Barbosa frente ao pedido de Fernando Osório em 1879, que mesmo após ser nomeado Juiz de Direito pela indicação deste, negou-lhe um pedido de apoio político. Nesse momento, Barbosa possivelmente considerou a amizade de longa data com Henrique d'Ávila.

Não foi por acaso que no testamento feito por Barbosa em 1862, ele incluiu “seu compadre e amigo” como um dos testamenteiros “pela muita confiança que nele deposito”¹⁵⁷. Henrique d'Ávila não estava em Jaguarão no dia da morte do Comendador, mas declarou ao escrivão da provedoria que “tendo chegado da Côte há quatro dias, encontrou entre os papeis guardados em seu escriptorio um testamento cerrado que já há tempos em seu poder ficou depositado pelo Comendador João Rodrigues Barbosa”¹⁵⁸.

É também interessante atentarmos para o motivo que levou Ávila à capital da província: as eleições municipais. Os vereadores constituíam o principal corpo político da esfera local, por isso, os potentados locais tinham interesse em garantir seu acesso, ou de seus aliados, a ele. Ademais, aqueles que estavam a Câmara Municipal tinham um canal direto de comunicação com o representante do governo imperial na província, o presidente.

Ocupar Câmara e, sobretudo, a presidência da Câmara era a consequência de ter obtido o maior número de votos ou de ter aliados ocupando posições-chave nas eleições. De qualquer modo, quem obtinha mais votos era quem tinha mais prestígio e uma clientela maior e mais forte. Por consequência, perder as eleições era sinal de fraqueza e podia resultar na perda de alguns aliados e clientes. Em contra partida, ganhar a eleição representava a possibilidade de obter favores para seus apoiadores, como a construção de uma ponte, o conserto de uma estrada para escoar a produção ou facilidades para apropriação de algum terreno devoluto.

¹⁵⁷ Inventário do Comendador João Rodrigues Barbosa. Processo 727. Ano 1882. Cartório de Órfãos e Ausentes. APERS.

¹⁵⁸ Testamento de João Rodrigues Barbosa. Processo 302. Ano 1862. Cartório da Provedoria. APERS.

Desse modo, as preocupações da elite da localidade se concentravam em questões internas, eram grupos “orientados para a comunidade”¹⁵⁹. Isso não significa dizer que ignoravam o que acontecia na província e no Império como um todo. Os jornais locais ocupavam-se de reproduzir discursos de Ministros e Senadores, discorrer sobre a situação da Europa e dos países vizinhos da região platina. Contudo, a maior parte de seu tempo e energia eram gastos no que muitos chamavam de “intrigas locais”, mas com as quais o Estado não poderia ser indiferente, uma vez que dependia da cooperação desses potentados locais para ser reconhecido como legítimo. Nesse sentido, Maria Fernanda Martins aponta:

No meu entender, é exatamente a importância e a dimensão dessa dinâmica política local e dessas províncias que nos permite compreender os esforços no sentido da centralização, particularmente as diferenciadas e permanentes estratégias de consolidação de um poder central para que seja reconhecido, de alguma forma, como legítimo¹⁶⁰.

Esse complexo processo de centralização, ainda de acordo com a autora, comportava diferentes racionalidades, ou seja, o comportamento de grupos e indivíduos que participaram dessa tessitura não pode ser exclusivamente explicado pela concordância com um projeto político – leia-se a centralização política e administrativa do Estado. Nesse jogo de tensões e alianças no qual as diferentes elites buscavam meios para ampliar e reproduzir seus poderes, o mediador desempenhou o papel de ser a conexão entre essas elites e acomodar interesses distintos.

¹⁵⁹ WOLF, 2003, op. cit.

¹⁶⁰ MARTINS, Maria Fernanda. **Das racionalidades da História: o Império do Brasil em perspectiva teórica.** Almanack, n. 4, 2º sem. 2012, p. 53-61. p. 60.

3 A TRAMA QUE SUSTENTAVA O IMPÉRIO: MEDIAÇÃO ENTRE AS ELITES LOCAIS, A PROVÍNCIA E A CORTE.

José Diana e Henrique d'Ávila integravam os quadros da elite de Jaguarão, mas eram portadores de atributos que os diferenciavam dos demais membros daquela elite local. Diante disso, tornavam-se os mais aptos a atuar como mediadores entre as demandas que partiam da localidade e aquelas oriundas dos centros de poder fosse esse a capital da província ou a Corte. Contudo, estabelecer uma definição precisa dos elementos envolvidos na mediação é uma tarefa árdua, uma vez que esta abrangia objetos e atores muito variados e diferentes entre si. Por essa razão, nesse capítulo analisaremos o fenômeno da mediação através de situações específicas em que Henrique d'Ávila ou José Diana exerceram o papel de mediadores.

Ainda que os mediadores lançassem mão de diferentes mecanismos para executar a mediação, uma dos mais recorrentes caminhos utilizados era utilizar as relações clientelísticas nas quais estavam envolvidos para atingirem seus objetivos. Assim, segundo Sydel Silverman, um dos mais importantes aspectos do papel do patrão é conectar o cliente com o universo além da comunidade¹⁶¹. As relações patrão-cliente são formadas por relações diádicas, ou seja, “são compostas por somente dois indivíduos” que possuem uma “ligação pessoal”¹⁶².

Por ser um indivíduo único e que possuía as condições para acessar informações e recursos que não estavam ao alcance dos demais, o mediador era protagonista de uma série de relações clientelísticas, e seu sucesso dependia dos recursos que dispunha para negociar tanto com seu patrão (ou patrões), quanto com seus clientes. Ao mesmo tempo, ele detinha habilidades e informações necessárias para o Estado, à medida que conhecia os modos de ser e pensar, ou seja, a racionalidade da província e das localidades e de suas lideranças. Portanto, ele dominava as normas intestinas à comunidade e por isso mediava a forma como o Estado e suas instituições chegavam até ela.

¹⁶¹ SILVERMAN, *Patronage and Community-Nation...*, op. cit. p. 178.

¹⁶² LANDÉ, Carl H. “A Base Diádica do Clientelismo”. In: SCHIMIDT; S. W. (Eds.). *Friends, followers and factions*. Berkeley: University of California Press, 1977. (versão traduzida e datilografada em português)

A importância das relações clientelísticas para a explicação da sociedade e do sistema político imperial foi objeto de estudo de muitos autores. José Murilo de Carvalho, em artigo de 1998, no qual propunha a discutir as definições do conceito e afirmava que o clientelismo “é um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”¹⁶³, atrelando, necessariamente, a prática do clientelismo ao Estado. Para Carvalho, no entanto, o clientelismo não foi um elemento central para a sociedade imperial, mas ganhou relevância com o advento do regime republicano.

Para Ivan Vellasco, o clientelismo constituía-se em uma prática que ia de encontro à estruturação do Estado. Nesse sentido, para o autor, “a partir da primeira década do oitocentos, iniciado o processo de independência, a intensificação dos poderes do Estado” gerou uma reorientação da mentalidade da sociedade, que antes baseavam suas relações na expectativa de reciprocidade, para a esfera da “dominação e submissão”. Desse modo, “as redes de clientela e parentela apresentavam uma lógica “tradicional” que era ameaçada e concorrente com os poderes do Estado em construção”¹⁶⁴.

Em contrapartida, a definição proposta por Richard Graham ampliou a possibilidade de uso do conceito para a explicação da realidade social e política. Para este autor o clientelismo podia envolver tanto a concessão de cargos e a lealdade política, quanto a troca de favores e a proteção de pessoas mais humildes e ajuda mútua em momentos de necessidade¹⁶⁵. Graham aponta o clientelismo como a finalidade da ação política e, nesse aspecto, discordamos do autor. O clientelismo era um dos meios da ação política, não seu fim¹⁶⁶.

Assim, o arranjo que possibilitou e sustentou o Estado imperial foi uma complexa trama de relações que permitiu às elites de todo o país participarem do mesmo sistema político com dois objetivos comuns: a reprodução das elites no poder e a manutenção da

¹⁶³ CARVALHO, José Murilo. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. In: Pontes e Bordados. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 130-153.

¹⁶⁴ VELLASCO, Ivan de Andrade. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. In: CARVALHO, José M; NEVES, Lúcia M. Bastos (Org.). **Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 71-100. p. 90.

¹⁶⁵ GRAHAM, 1997, op. cit.

¹⁶⁶ Alguns historiadores já apontaram esse aspecto, como Patrícia Genovez (2005) e Maria Fernanda Martins (2007).

ordem. Nesse processo o clientelismo servia como um mecanismo eficaz na tarefa de articular as elites do país, e os mediadores foram os responsáveis por tornar inteligível esse sistema e por acomodar os interesses, muitas vezes conflitantes, das elites locais, provinciais e governo central.

É importante ressaltar que, embora os casos de mediação que serão adiante analisados estejam, em sua maioria, ligados ao universo político, sobretudo da política institucional, mediadores poderiam agir em relação a diferentes esferas da vida social. O caso de Faustino Correia é ilustrativo desse aspecto. Até finais da década de 1850 ele foi a principal conexão entre a Contra-Liga¹⁶⁷ no município e na província, por meio da relação que possuía com Manuel Osório. Esse vínculo entre eles persistiu – provavelmente até a morte Faustino Correa, em 1876¹⁶⁸ - de modo que este continuou a ditar as diretrizes do partido em Jaguarão e a corresponder-se constantemente com Osório, demonstrando a existência de um vínculo forte e duradouro.

Desse modo, Faustino João Correia e Henrique d'Ávila foram, de forma concomitante, mediadores entre a paróquia e a província por um período. No entanto, Ávila parece ter aumentando sua influência com o passar do tempo, por dominar uma linguagem que Faustino Correa não dominava, a das leis e dos ambientes mais refinados das capitais. Contudo, Faustino havia investido nessa frente, ao casar sua filha com um também doutor em direito, José Diana¹⁶⁹.

Isso reflete a tendência já mencionada de mudança das características daqueles que desempenhavam a função da mediação ao longo do Oitocentos, como resultado da complexificação da sociedade e do Estado. Nesse sentido, Martins observou que as redes de relacionamento criadas a partir de práticas clientelares e que foram basilares do processo de centralização sofreram uma mudança que podia ser percebida já em meados do século XIX, uma vez que essas redes

¹⁶⁷ Assim como Ávila, quando Osório deixou a Contra-Liga e fundou o Partido Liberal, Faustino Correa seguiu a postura do General e passou a militar nas fileiras do Partido Liberal.

¹⁶⁸ Inventário de Faustino João Corrêa a Maria Leopoldina Corrêa. Processo 658. Ano 1877. Cartório de Órfãos e Ausentes. APERS.

¹⁶⁹ Adriano Comissoli ressalta que, no início do século XIX, a estratégia predominante das famílias da elite do Rio Grande de São Pedro para terem acesso aos cargos políticos criados após a independência foi “atrair para as suas redes juizes que eram oriundos de outras regiões [...] considerados mais aptos para os postos políticos”. COMISSOLI, Adriano. A dupla face de Jano: magistrados, famílias de elite e mediação no extremo sul do Brasil entre 1808 e 1831. **História Unisinos**. São Leopoldo. Nº 2, Vol. 16. 2012, p. 177.

[...] já não se estenderiam de forma tão evidente por diferentes regiões do país, concentrando-se progressivamente em uma estrutura mais direta de representação provincial que culminaria e se concretizaria nas políticas clientelísticas típicas das primeiras décadas da República, com a consolidação de oligarquias estreitamente ligadas à política estadual¹⁷⁰.

Assim, ao mesmo tempo em que a malha administrativa e política do Estado ampliava-se reforçando a centralização, acarretava um processo de parcelarização do poder através dos níveis administrativos e políticos, de modo que as redes clientelares tendiam a aglutinarem-se em torno dos membros dessas instituições e não paralelamente a elas¹⁷¹.

Assim, as redes que conectavam as elites de todo império, interligadas por indivíduos-chave, os mediadores, passaram a operar cada vez mais no interior da estrutura do Estado. Continuaram existindo indivíduos e famílias com poder suficiente para fazer-se ouvir pelo mais alto nível da elite política, comunicando-se diretamente com o governo central, mas, de maneira geral, mesmo estes chefões locais investiam no estabelecimento de alianças vantajosas com indivíduos que atuavam diretamente nas redes governativas.

3.1. MEDIAÇÃO E ELEIÇÕES: O PAPEL DOS MEDIADORES NAS ESTRATÉGIAS ELEITORAIS

Atuar como mediador, portanto, não era uma habilidade relacionada exclusivamente à ocupação de cargos políticos e/ou administrativos, como evidenciou o caso de Faustino Correa e o episódio abordado no capítulo anterior, no qual Henrique d'Ávila intervém a favor de seus aliados de Jaguarão junto ao presidente da província em 1860, quando ainda não ocupava cargos na esfera regional. No entanto, conquistar um cargo implicava ter acesso mais direto ao poder e, desse modo, a possibilidade de fazer mais recorrendo a menos pessoas.

¹⁷⁰ MARTINS, 2007, op. cit. p. 170.

¹⁷¹ Analisando as missivas a fim de perceber os padrões da prática clientelista, Richard Graham também apontou para o importante papel que a disposição dos poderes exercia, uma vez que “as ligações pessoais entre o pretendente de um cargo e o missivista, e entre este e o destinatário, era cruciais, infundindo um sabor regionalista ao sistema, apesar da rede disseminada de correspondência por todo país”. GRAHAM, 1997, op. cit. p. 271.

Por essa razão, ingressar nas estruturas formais de poder era um passo significativo para esses mediadores. Os cargos eram um instrumento importante para o fortalecimento e ampliação de clientelas, uma vez que, quanto mais benesses um patrão fosse capaz de dispensar, maior seria sua clientela e mais efetiva sua mediação. Nesse sentido, a década de 1860 marcou o início de uma nova fase na carreira de Henrique d'Ávila, que passou a circular na esfera política regional como deputado provincial, sendo seguido por seu amigo e aliado José Diana, assim que este retornou ao Rio Grande do Sul.

As Assembleias Provinciais foram criadas no Ato Adicional de 1834, celebrando, assim, o lugar das elites regionais no sistema político imperial e concedendo-lhes certa autonomia para legislar acerca dos assuntos de seu interesse. Contudo, algumas mudanças empreendidas durante o regresso conservador¹⁷² reduziram os assuntos sobre os quais os deputados provinciais poderiam elaborar leis¹⁷³. Além disso, as leis aprovadas pelas Assembleias Provinciais estavam sujeitas a aprovação dos presidentes de província¹⁷⁴. Alguns autores viram nessa mudança um significativo avanço em termos de centralização, identificando esse período como o de consolidação do Estado imperial centralizado¹⁷⁵. Em contrapartida, para Miriam Dolhnikoff as modificações aprovadas pelo regresso como a Lei de Interpretação do Ato Adicional e a reforma do Código do Processo Criminal, visavam à centralização do aparato judiciário, mas não promoviam modificações de cunho substancial no arranjo institucional que vigorava até

¹⁷² A expressão “regresso conservador” foi alcinhada pelos contemporâneos e, posteriormente, foi apropriada pelos historiadores para referenciar um período em que foram postas em prática uma série de medidas que tinha por objetivo restabelecer a ordem, corrigindo os “excessos do reformismo liberal”. Uma análise dos significados da expressão é realizada em LYNCH, Christian Edward Cyril. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e o conceito de “regresso” no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). In: **Almanack**. Guarulhos. n. 10, p. 314-334, agosto de 2015.

¹⁷³ A principal modificação promovida pelo Ato Adicional foi a definição da diferença entre empregos gerais e empregos provinciais. “A diferença deveria ser estabelecida de acordo com a natureza do emprego: seriam gerais todos aqueles empregos que versassem sobre objeto de competência do governo central e provinciais aqueles que versassem sobre objeto de competência do governo provincial”. DOLHNIKOFF, 2005, op.cit. p. 139.

¹⁷⁴ O presidente de província podia sancionar ou não as leis elaboradas pela Assembleia Legislativa provincial. Nos casos em que a lei não fosse sancionada, o presidente deveria justificar sua decisão e envia-la novamente para Assembleia, e caso os deputados derrubassem o veto do presidente por maioria simples, a lei deveria ser aprovada. Apenas em dois casos o presidente podia não sancionar uma lei sem que esta fosse novamente encaminhada para a Assembleia Provincial, mas sim enviada para a apreciação na Câmara dos Deputados. Estavam contempladas nessa circunstância as leis que o presidente julgasse atentatória aos interesses de outras províncias ou a tratados internacionais e, desde 1840, também quando a lei fosse considerada inconstitucional.

¹⁷⁵ Dentre esses estão José Murilo de Carvalho (2011) e Ilmar de Mattos (1987).

então. Desse modo, as elites regionais continuavam a dispor de autonomia nos assuntos que eram de seu interesse¹⁷⁶.

Dentre as principais funções conferidas aos deputados provinciais estavam a criação e a cobrança de impostos, o controle dos empregos provinciais e municipais e a distribuição das rendas arrecadadas. Diante disso, é possível compreender porque as elites locais e regionais tinham interesse em contar com um aliado atuando nas Assembleias. Todavia, para além das questões institucionais, as Assembleias consubstanciavam-se no principal espaço de negociação entre as elites locais, regionais e a Corte¹⁷⁷. Porém, para tornar-se deputado provincial era preciso antes ser eleito e essa era uma façanha que dependia de inúmeros fatores e pessoas, de modo que a movimentação eleitoral antecedia em muito as eleições.

A formação das chapas eleitorais começava meses antes e envolvia intensa negociação entre os diversos sujeitos envolvidos. A inclusão nas chapas dependia do prestígio dos aspirantes que podia ser fruto de uma condição econômica favorável, da aliança com pessoas influentes ou, mais raramente, de algum talento excepcional para o entendimento das leis ou uma oratória tão notável que merecesse a admiração dos demais. Para Henrique d'Ávila a candidatura para a deputação Provincial parecia o caminho natural a ser seguido, dada sua dedicação ao General Osório e ao Partido Liberal desde as origens, quando este ainda não era assim intitulado. Essa relação foi reiterada ao longo do tempo e envolvia lealdade pessoal, política e troca de favores.

Já para José Diana a aproximação com o chefe Liberal se deu de forma indireta. Inicialmente, pela indicação do amigo Fernando Osório, de quem havia sido colega na academia de Direito, ao seu pai, o General Osório “comunicando-lhe que S. Ex. [Diana] era um dos talentos brilhantes desta geração, que deixava uma reputação firmada na faculdade de direito; que tinha aspirações de seguir a vida política, e eu pedia-lhe que ajudasse a S. Ex. a realizar o seu desejo”¹⁷⁸.

Contudo, nem sempre os correligionários recebiam a notícia de uma possível candidatura de forma positiva. Empenhado em organizar as forças liberais para o pleito

¹⁷⁶ DOLHNIKOFF, 2005, op. cit.

¹⁷⁷ VARGA, 2010, op. cit.

¹⁷⁸ Discurso proferido por Fernando Osório. s/d. OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. **História do General Osório**. Pelotas: Typografia do Diário Popular, 2º volume., 1915, p. 707.

que ocorreria em 1872 para a Assembleia Provincial, Osório escreveu para os dois possíveis candidatos de Jaguarão interrogando-lhes sobre o interesse que tinham em disputar as eleições e recebeu duas respostas distintas. Ávila alegou não fazer “questão de candidatura e desejo sinceramente não ser incluído na chapa. Si o Mauá aceitar, esse deve ser o candidato.[...] Não faltará accasião para eu receber essa prova de confiança do Partido, e em condições de poder-lhe melhor servir do que agora”¹⁷⁹ ¹⁸⁰. Em contrapartida, Diana respondeu ao Marquês do Herval não apenas aceitando a proposta, mas também demonstrando toda reverência e gratidão ao grande chefe do partido liberal

Agradeço o recebimento da carta de V. Ex. em que diz me haver incluído na chapa para deputados provinciaes, e me pergunta se tenho a esse respeito alguma duvida. Em resposta cumpre-me agradecer a V. Ex. a honrosa lembrança que de mim teve, e declarar que de bom grado aceito o lugar na chapa, que nos concedeu a bondade e benevolência. De V. Ex. amigo afeioadíssimo e obrigadíssimo ¹⁸¹.

Observados comparativamente o conteúdo e a forma dessas duas missivas, ambas dirigidas à mesma pessoa e tratando do mesmo assunto, fica expressa a existência de uma hierarquia interna ao partido que era traduzida em termos de maior ou menor formalidade, refletindo o grau de intimidade existente entre as partes envolvidas.

No caso de eleições municipais a formação das chapas era uma tarefa que exigia muitos esforços dos articuladores eleitorais, haja vista que poucos eram os homens que dispunham de condições materiais favoráveis ou mesmo de vontade para dedicarem-se ao partido e à vida pública, abandonando, ainda que temporariamente, seus negócios ¹⁸². Quando, em 1864, Ávila engendrava a chapa para as eleições municipais, pontuou a dificuldade em persuadir os correligionários:

¹⁷⁹ Carta de Henrique d'Ávila a Manuel Luis Osório. 05 de Junho de 1872. OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. **História do General Osório**. Pelotas: Typografia do Diário Popular, 2º volume., 1915. p. 701.

¹⁸⁰ Nesse sentido, é esclarecedora uma missiva enviada por Timotheo Pereira da Rosa, bacharel e destacado integrante do Partido Liberal, ao General Osório, cujo o conteúdo era o seguinte: “Sou pobre, vivo do meu trabalho de advogado e tenho alguns compromissos, a que vou com dificuldade attendendo. Em taes circumstancias me vejo obrigado a temperar meus deveres de cidadão com os de homem privado”. Carta de Timotheo Pereira da Rosa a Manuel Luis Osório. 17 de março de 1872. OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. **História do General Osório**. Pelotas: Typografia do Diário Popular, 2º volume., 1915, p. 676.

¹⁸¹ Carta de José Diana a Manuel Luís Osório. 24 de Junho de 1872. OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. **História do General Osório**. Pelotas: Typografia do Diário Popular, 2º volume., 1915, p. 701.

¹⁸² Como apontamos no capítulo 1, essas características refletiam-se em um alto percentual de renovação camarária, encontrado também em outras localidades da província e mesmo na Assembleia Provincial.

Indirectamente tenho mexido com os homens e creio que hoje formam definitivamente a chapa, a qual será a mesma que o Compadre deixou, com a alteração do João Barbosa que, de modo algum, quer aceitar o lugar de vereador, e o Thomaz Passos que também recusa fazer parte d'ella. Entra em lugar d'este João Hypolito, e no d'aquelle o Furtado. Em casa do Simplicio tem-se feito as reuniões, e já se distribuíram os votantes, segundo a marcha ensinada pelo Compadre na eleição passada¹⁸³.

Ao que tudo indica, as conversações eleitorais estavam se estendendo demasiadamente e já haviam passado pela interferência direta de Osório, demonstrando que lograr o consenso e apoio dos amigos em prol do partido era uma atividade que demandava tempo e energia. Mas, com a proximidade das eleições, algum apoiador do partido acabava por aceitar a indicação como candidato, pois todos sabiam das dificuldades que viriam caso seus adversários controlassem a Câmara de Vereadores.

O endosso das autoridades também era almejado e objeto de disputa entre as facções da província. Prosseguindo com a missiva, Henrique d'Ávila relatava a Osório seu empenho em conquistar o apoio do presidente da província, João Marcelino de Sousa Gonzaga, o qual já havia estado com Silva Tavares, líder progressista em Bagé e portador de significativa influência política em toda campanha rio-grandense, a quem o presidente da província tinha prometido apoiar. Contudo, segundo Ávila, após “uma conferência de 3 horas [...] Ficou convencido do que lhe disse, ao menos em apparencia, pois d'ahi em diante começou a escurraçar os outros, e a tractar-nos muito bem, de maneira que, quando d'aqui sahio, os diziam d'elle o diabo”¹⁸⁴.

A este ponto, Henrique d'Ávila destacava-se como principal e mais eficiente conexão entre a realidade local e a provincial naquele momento, ele possuía um papel fundamental na formação das chapas, indicando quais os companheiros da paróquia que estavam aptos a concorrer, e enviando os nomes para a aprovação de Osório. Como ocorreu nas eleições provinciais de julho de 1872, na qual Ávila pediu a Osório que o nome de Menandro fosse incluído na chapa. Esse pedido foi atendido e, posteriormente, Ávila escreveu em tom de agradecimento que “Segundo suas ordens, vamos mandar publicar as chapas e agradeço-lhe muito ter atendido ao meu pedido sobre Menandro. Era isso indispensável. Em lugar do meu, figura o nome dele na chapa dos provinciais”.

¹⁸³ Carta de Henrique d'Ávila a Manuel Luis Osório. 08 de Agosto de 1864. OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. **História do General Osório**. Pelotas: Typografia do Diário Popular, 2º volume., 1915. p. 715.

¹⁸⁴ Idem.

O Menandro ao qual se referia Henrique d'Ávila era Menandro Rodrigues Fontes, natural de Jaguarão, também bacharel pela Academia de Direito de São Paulo. Com a indicação de Ávila e a aprovação de Osório, ele foi eleito deputado para a Assembleia Provincial em 1873. Posteriormente foi vereador em Jaguarão e Vice-Presidente da Província em 1883. Em 1880, quando Ávila ocupava a presidência da província, voltou agir em favor de Menandro Fontes. Desta vez por ocasião da morte de um juiz de direito em São Gabriel, escreveu ao Visconde de Pelotas, pedindo que ele falasse com o ministro da justiça apoiando seu pedido para “ser mandado o Dr. Menandro Rodrigues Fontes, moço honesto, prudente e muito honrado”¹⁸⁵.

Apenas um ano após retornar de São Paulo, José Diana também participava ativamente das articulações eleitorais. Contudo, suas possibilidades de interferência no processo eram mais restritas, uma vez que não tinha uma via de comunicação direta com os líderes do partido, mas sim a pessoas que tinham acesso a esses líderes. É nessa configuração que insere-se a carta enviada por Diana a Fernando Osório:

Junto a esta vão duas cartas: uma para teu Pae, e outra para tua Mãe. Pelo conteúdo de qualquer delas ficarás sciencificado do objecto delas e da grande necessidade e extrema urgência que há no cumprimento do que nellas de pede. Si o Sr. Visconde ainda ahí não estiver, peço-te, em meu nome e no do Partido Liberal desta cidade, que te empenhes com a Sra. Viscondessa no bom êxito de nossa pretensão escrevendo ao Camillo Pereira da Silva no sentido que pedimos. Tu tambem escreve-lhe outra, afiançando ao homem que teu Pae é e sempre será liberal e que em seu nome tu lhe pedes que elle e seus companheiros acompanhem o Partido Liberal na próxima eleição ou não sendo isso possível deixe de votar afastando das urnas os seus companheiros. Tudo esperamos do teu liberalismo. A Patria periga sob o domínio dos conservadores. Cumpre combater a situação a todo transe. Faze com que o próprio saia dessa cidade com as cartas no dia 28. É urgente, urgentíssimo... Adeus. É preciso que tua mãe escreva uma carta ao Zeferino Xavier Rosavo para votar comnosco. Tu faze o mesmo. Outra vez, adeus. Um abraço do am.º e coll.^{a186}

O tratamento despendido por Diana possui um tom menos formal nessa missiva do que naquela encaminhada ao general Osório por ocasião da formação das chapas eleitorais poucos anos depois, em 1872. O vínculo que unia Fernando Osório e Diana ia além das

¹⁸⁵ Carta de Henrique d'Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 13.10.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

¹⁸⁶ Carta de José Diana a Fernando Osório. 25 de Janeiro de 1869. OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. **História do General Osório**. Pelotas: Typografia do Diário Popular, 2º volume., 1915.

alianças partidárias, envolvendo sentimentos de amizade e coleguismo que autorizavam o último a ser mais direto ao passar ao amigo algumas recomendações.

O que “afiançava” as posições de Osório era a garantia dada por terceiros de que ele assim se comporta, como um liberal. O sustentáculo dessa prática era o ideal difundido de que a honra de uma pessoa constituía-se em um valor inestimável. Desse modo, quando alguém colocava seu nome em risco para afiançar um candidato, presumia-se que ele era confiável. Nessa sociedade hierarquizada, a integridade estava ligada à posse, de maneira que quanto mais uma pessoa possuísse, fosse em bens materiais, em prestígio ou influência, mais a palavra dela valia. Por isso Diana recorre a indivíduos vistos como superiores para garantir apoio eleitoral.

Uma vez eleitos, esses políticos precisavam corresponder às expectativas daqueles que o haviam ajudado, pois, como vimos, eram muitos os atores envolvidos nas estratégias eleitorais, que investiam seu tempo, dinheiro e prestígio para eleger um candidato. Um dos pedidos mais frequentes reelecionava-se à busca por informações, principalmente por parte daqueles que encontravam-se afastados da localidade ou da província, mas ainda nutriam o interesse em saber do cotidiano local. Diante disso, era corriqueiro que as missivas já iniciassem dando conta da situação na localidade ou na província, agosto de 1879, poucos meses antes da morte do General:

Exmo. Sr. Marquez. Satisfazendo ao desejo de V. Ex. dar-lhe-ei notícia da attitude que guarda esta nossa Província em presença dos importantes acontecimentos políticos que tem se dado nessa Côrte¹⁸⁷.

Manter o fluxo de informação era uma necessidade daquele mundo permeado por incertezas. Obter informações permitia aos indivíduos elaborar estratégias e agir com maior segurança. Dessa forma, prestar contas da situação da província ao general Osório não apenas reiterava o laço existente entre eles, mas também tornava Ávila um amigo valioso, com quem se podia contar, pois, “mais do que a dívida propriamente dita, era o valor moral das relações mantidas pelos mais variados interesses entre as partes que constituíam os laços”¹⁸⁸. Aqueles que não escreviam com regularidade sofriam os efeitos de sua negligência posteriormente, como ocorreu com Félix da

¹⁸⁷ Carta de Henrique d’Ávila a Manuel Luís Osório. 06.08.1879. OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. **História do General Osório**. Pelotas: Typografia do Diário Popular, 2º volume., 1915.

¹⁸⁸ CEBALLOS, Rodrigo. Centro e Autoridades Locais: novas leituras para o Brasil colonial. **Mnemosine Revista**, v. 01, p. 09-30, 2010.p. 14

Cunha, proeminente integrante do Partido Liberal. Vargas relata que “muitos estancieiros queixaram-se a Osório que o jovem deputado Félix da Cunha não lhes respondia as cartas e pedidos” e depois disso ele “nunca mais foi eleito à Câmara dos Deputados”¹⁸⁹.

Ademais, os políticos tinham um interesse imediato em mente quando atendiam aos pedidos encaminhados a eles, qual seja, garantir a vitórias na próxima eleição que participassem ou na eleição de seus amigos, e manter a fidelidade dos seus aliados. Nesse sentido, para além do prestígio que advinha da posse de uma extensa clientela, cultivar a lealdade de amigos e aliados, preferencialmente em diversos meios, era uma forma de aumentar diminuir os riscos da vida, uma vez que, no futuro, esses mesmos amigos poderiam dispensas ajuda no caso de uma crise repentina, pois era difícil prever a próxima alteração de gabinete, que iria mudar os ventos de favorecimento e trocar uma boa parcela dos ocupantes de cargos. Mesmo para aqueles que possuíam outras fontes de renda, o futuro não era menos incerto. No caso de Ávila e Diana, que provinham de famílias de grandes criadores de gado, as pestes, o mal tempo que poderia prejudicar as pastagens, a ocorrência de uma guerra, o contrabando do gado uruguaio de melhor qualidade, a instabilidade dos governos platinos que poderiam confiscar, como de fato o fizeram o gado que os rio-grandenses criavam no Estado Oriental, as mudanças na legislação ou ainda a possibilidade de guerras nesse momento de formação de Estados Nacionais, poderiam trazer grandes prejuízos a esses homens e suas famílias.

Diante deste cenário, tanto a capacidade de antecipar-se aos acontecimentos, através da obtenção de informações razoavelmente seguras, quanto a de contar com amigos que pudessem prestar ajuda caso algum problema lhes acometesse, eram elementos que motivavam a busca constante por maior segurança que marcava a sociedade oitocentista. O mundo agrário e de fronteira potencializava a insegurança e, portanto, o desejo por informações e amigos.

Entretanto, não era apenas informações que os aliados esperavam dos deputados que haviam ajudado a eleger, mas também que agissem no sentido de defender seus interesses na Assembleia Provincial. Assim que se deu uma grande polêmica em 1874 em torno da obra de desobstrução do sangradouro do rio Jaguarão. Nesse ano Henrique

¹⁸⁹ VARGAS, 2010, op. cit., p. 151.

d'Ávila retornava à capital da província para ocupar seu posto de deputado provincial. Sua volta foi cercada de rumores de que era seu interesse “semear a discórdia no seio do partido”, isso porque apesar de afastado oficialmente da política provincial¹⁹⁰, publicou uma série de artigos no periódico *Atalaia do Sul*, impresso e distribuído em Jaguarão, no qual apoiava as ações do então presidente da Província, João Pedro Carvalho de Moraes¹⁹¹, que sofria oposição da maioria dos liberais da província, liderados por Gaspar Silveira Martins.

Nesse mesmo ano estava em pauta na Assembleia a votação para duas obras de desobstrução de passagens em diferentes rios. Segundo artigo publicado por Ávila no *Atalaia do Sul*, na impossibilidade de executar ambas, o presidente da província “julgo mais urgente a desobstrução do sangradouro [...] a ele (presidente) deve principalmente o segundo distrito, e com particularidade esse município (Jaguarão) e a fronteira”¹⁹². Diante desta ação do presidente, Ávila declarou seu apoio não apenas através de artigos, mas também na própria Assembleia. Ademais, Ávila conhecia o presidente de tempos anteriores, como deixou expresso ao afirmar que não faltaria “ocasião de censurar a administração, quando eu entenda que ella tenha procedido mal; [...] O Ex. Sr. Dr. Carvalho de Moraes e meu conhecido e amigo da academia; é um homem de sentimentos nobres”¹⁹³.

Contudo, a obra encontrou dificuldades em prosseguir, pois a Comissão de Orçamento da Assembleia declarou que o contrato era nulo e, por isso, não destinou recursos para o pagamento dos juros do contrato. Arguindo na Assembleia contra essa declaração e esperando conseguir uma modificação no projeto do orçamento, Ávila tentou demonstrar o quanto Jaguarão recebia poucos recursos, ao passo que outras localidades da província eram beneficiadas, como Rio Grande e Pelotas, as quais,

¹⁹⁰ Em Jaguarão Henrique d'Ávila foi vereador de 1871 a 1876.

¹⁹¹ João Pedro Carvalho de Moraes era filho do Dr. Pedro Carvalho de Moraes e de dona Maria Amalia Nascente de Azambuja, nasceu no Rio de Janeiro a 28 de maio de 1831. Estudou humanidades na Bélgica, onde seu pai exercia um cargo de diplomacia, formou-se depois em direito na faculdade de direito de São Paulo em 1853. Serviu como oficial da secretaria de estrangeiros, foi ao Rio da Prata em 1854 como secretário da missão especial do Visconde do Rio Branco e em 1871 também como secretário de missão do Barão de Cotegipe para conclusão do tratado de paz entre Brasil e Paraguai. Foi presidente da província do Rio Grande do Sul de 1872 a 1875, e de Pernambuco de 1875 a 1876. BLAE. Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionario Bibliográfico Brasileiro, quarto volume, Rio de Janeiro, 1898. Disponível em: <https://archive.org/stream/diccionariobibl01unkngoog#page/n26/mode/2up> Acessado em 19 de Janeiro de 2015.

¹⁹² Discurso proferido por Silveira Martins na Assembleia Provincial. Sessão de 21.04.1874.

¹⁹³ Sessão de 09 de abril de 1874. Anais da Assembleia Legislativa provincial. AHRS

segundo o deputado, haviam aumentado os custos com iluminação pública, além do fato de as casas de caridade desses municípios “terem recebido auxílio, e no projeto não estão declarados os encargos com que compensarão essas subvenções”¹⁹⁴.

Apesar do projeto aprovado, a obra arrastou-se pelos anos seguintes, sem dar os resultados esperados à população de Jaguarão, que esperava melhorar a navegação pelo rio, facilitando assim o transporte de mercadorias. Em consequência disso, em 1880, quando Henrique d’Ávila assumiu a presidência da província, ele ainda buscava meios de concluir a desobstrução. Ao amigo e Ministro da Guerra Visconde de Pelotas, Ávila afirmou que

Esse trabalho tem sido feito com desanimadora lentidão, causando essa demora grande aflição aos habitantes do sul da província e principalmente aos de Jaguarão [...] Para abreviar esse grande inconveniente indico dois alvites: ou o governo autoriza-me a mandar inspecionar por algum engenheiro da repartição de obras públicas da província a referida obra sem dispêndio para os cofres gerais, ou então nomeia para essa inspeção o Engenheiro Doutor Artur Maciel, que gratuitamente presta-se a fazer essa fiscalização, dando-se-lhe condução de Pelotas ao Saugradouro [...] e eu rogo a V. Ex.^a se digne de conseguir do senhor Ministro da Agricultura ordens nesse sentido¹⁹⁵.

Duas questões sobressaem desse caso. Em primeiro lugar, apesar de todas as manobras operadas por Ávila no sentido de conseguir a aprovação do projeto, suas ações foram ineficientes porque ele perdeu o apoio dos correligionários na Assembleia Provincial. Portanto, sua mediação não atendeu ao objetivo de angariar benefícios para seus aliados da localidade porque, naquele momento, enquanto deputado provincial, seus meios de ação eram limitados. Como presidente da província ele não conseguiu chamar atenção para essa demanda de forma satisfatória. Apenas em 1883, quando ele próprio chega ao executivo nacional, após ser nomeado Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Ávila conseguiu que esta questão fosse resolvida.

Em segundo lugar, ao longo dos anos Henrique d’Ávila passou por diferentes cargos e instâncias políticas. Foi deputado provincial, presidente de província, senador (entre 1882-1889) e ministro. Quando foi nomeado ministro, Ávila já havia sido eleito senador, um cargo vitalício, e, portanto, não tinha nenhum interesse eleitoral em manter

¹⁹⁴ Discurso proferido por Henrique d’Ávila na Assembleia Provincial. Sessão de 21.04.1874.

¹⁹⁵ Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 13.10.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

seus amigos e aliados de Jaguarão satisfeitos. Seu lugar na elite política imperial já estava assegurado. Contudo, o que vemos é que, fosse ele parte da elite política provincial e até nacional, seus interesses mantiveram-se vinculados aos da elite da sua localidade de origem, tanto porque estava a ela ligado por uma série de laços clientelísticos, de amizade e familiares, como porque lá encontrava-se a principal fonte do seu poder econômico que sustentava suas ambições políticas. Diante disso, é possível discordar das assertivas de Dolhnikoff, quando alega que “a elite provincial que dessa forma se forjava distanciava-se das localidades, uma vez que não estava direta e exclusivamente atrelada aos interesses locais”.

É ainda importante ressaltar que as questões tratadas até o momento estavam orientadas pela lógica faccional, haja vista que em Jaguarão existiam duas facções suficientemente consolidadas e organizadas em torno dos partidos Liberal e Conservador¹⁹⁶. Desde o início da década de 1870, o Partido Liberal havia conquistado a hegemonia na região, o que significava que a distribuição dos benefícios advindos da mediação exercida por Henrique d’Ávila e José Diana estavam destinados a uma parcela específica da elite local e seus aliados, ainda que, eventualmente, pudessem beneficiar o município como um todo.

3.2. O LUGAR DO ONDE SE MEDEIA: QUANTO MAIS PODER, MAIORES AS DEMANDAS.

O acesso às instâncias formais de poder abria caminhos a uma mediação mais efetiva. Desse modo, a medida que um mediador subia na estrutura formal de poder, gerava um proporcional aumento das expectativas em relação àquilo que poderia realizar. Em 1880 Henrique d’Ávila assumiu a presidência da província do Rio Grande do Sul, possivelmente em consequência da indicação do amigo Visconde de Pelotas, como enunciado em uma carta na qual comenta sobre os sacrifícios que são necessários para desempenhar sua função no “posto em que me colocou na administração de nossa

¹⁹⁶ Embora os partidos tenham passado por modificações ao longo das décadas, principalmente na década de 1850 até início da década de 1860, o núcleo dessas agremiações permaneceu o mesmo.

província”¹⁹⁷. A essa altura, já havia ocupado vários outros postos, como o de vereador em Jaguarão, deputado provincial, além de ter sido eleito para a mesa diretorial da Assembleia Provincial com grande número de votos.

Apesar disso, sua administração não desfrutava de apoio unânime, sendo constantemente atacada por Fernando Osório, que acusava-o de má administração e negar a influência do Marquês do Herval no Partido Liberal da província. Tentando defender-se da oposição de Fernando Osório perante o amigo que lhe havia colocado no cargo de presidente, Ávila escreve a Correia da Câmara afirmando que

Todo o partido liberal apoia minha administração e todos os chefes tem declarado por palavras e atos. O próprio Barão de Ibyrapuita, que tanto falo o senhor Fernando Osório, está ligado ao chefe liberal de Santana, o senhor Davi José Martins, de combinação com ele me faz seus pedidos e propostas. Em parte alguma da província tem um cantinho em que seja sustentada a atitude que assumiu na Câmara. Não representa o partido Liberal¹⁹⁸.

Com a finalidade de demonstrar o suporte que tinha sua administração Ávila recorre aos chefes do partido liberal espalhados pela província. O Barão de Ibirapuitan era um estancieiro e Comandante da Guarda Nacional em Livramento, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Contar com o apoio dos chefes locais significava ter condições para governar a província, afinal “para garantir a vitória nas eleições e governar o Estado, os políticos da Corte deviam manter estreitas relações com famílias da elite regional e local”, uma vez que “ricos fazendeiros moradores nas mais longínquas paróquias podiam exercer forte influência sobre os parlamentares, barganhando com o seu apoio político nas eleições”¹⁹⁹.

Os presidentes de província eram nomeados diretamente pelo governo central, razão pela qual foram compreendidos pelos contemporâneos como “delegados do poder central”. Os indivíduos nomeados para o cargo eram, em sua maioria, naturais de outras regiões do Império. Com essa medida, o governo intentava estabelecer nas províncias

¹⁹⁷ Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 03.11.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

¹⁹⁸ Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 03.11.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

¹⁹⁹ FARINATTI, Luís Augusto. VARGAS, Jonas. “A nossa causa é a causa deles”: Elites regionais, chefes paroquiais e a construção do Estado imperial brasileiro: Rio Grande do Sul (c. 1820 – c. 1880). In: Alexandre Mansur Barata; Maria Fernanda Vieira Martins; Silvana Mota Barbosa. (Org.). **Dos poderes do Império: culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX**. 1ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014, v. , p. 225-256.

um agente capaz de reproduzir suas ordens e de manter-se fiel às suas decisões, uma vez que o cargo de presidente concentrava inúmeras atribuições, dentre elas a de comunicar ao governo qualquer “embaraço que encontrar na execução das leis”, decidir temporariamente sobre os conflitos de jurisdição que ocorressem entre as autoridades provinciais, suspender empregados por abuso de poder, dispor da força para a segurança e tranquilidade das províncias, também era função do presidente sancionar ou não as leis elaboradas pela Assembleia Legislativa provincial²⁰⁰.

Portanto, ao tornar-se presidente da província Ávila passava a integrar um nível mais elevado de poder, e, portanto, possuía a capacidade de exercê-lo de forma mais efetiva. Além disso, convertia-se, ao menos formalmente, no principal canal entre o governo central e a província. Segundo Graham,

a autoridade podia ser subdividida, algumas pessoas controlavam apenas seus canais de passagem, na medida em que ia passando, como por uma série de cascatas do primeiro doador – o Imperador – ao último a receber – o ocupante do cargo. Considerava-se que o poder de controlar a distribuição de favores ficava atrás em importância somente do de poder doa-los. Ser capaz de distribuir colocações fazia de alguém automaticamente um protetor, e facilitava enormemente o trabalho de formar um grupo de seguidores²⁰¹.

Essa nova situação resultou na ampliação do número de assuntos que passou a manejar. Apesar disso, a preocupação em atender aos amigos de Jaguarão e manter o município seguro mantiveram-se presentes. Nessa perspectiva, é interessante notarmos que nas vinte e oito correspondências que Henrique d’Ávila enviou ao Visconde de Pelotas em 1880, Jaguarão é o município que mais é mencionado, seja através da citação direta ou de pessoas que lá residiam²⁰².

Henrique d’Ávila ocupou a presidência da província do Rio Grande do Sul por onze meses. Durante esse período, trocou correspondências constantemente com o Visconde de Pelotas, que na ocasião era Ministro da Guerra. Os assuntos da alçada do Ministério da Guerra estavam presentes em muitas missivas e geralmente envolviam pedidos de promoções ou transferências para membros do exército.

²⁰⁰ Lei nº 40 de 03 de outubro de 1834.

²⁰¹ GRAHAM, 1997, op. cit. p. 273.

²⁰² Foram citados nove municípios e o Estado Oriental do Uruguai (Jaguarão: nove vezes, Bagé: uma vez, Dom Pedrito: uma vez, Cachoeira: uma vez, São Gabriel: duas vezes, Pelotas: três vezes, Taquari: uma vez, São Borja: uma vez, São Jerônimo: uma vez e Estado Oriental quatro vezes).

Apesar da aparente trivialidade dos pedidos, é interessante analisar as justificativas que os acompanhavam, pois “os motivos alegados para colocar um candidato em um cargo refletem a maneira pela qual os contemporâneos julgavam e classificavam uns aos outros”²⁰³. Ao pedir a transferência do Cadete 2º Sargento do 13º batalhão de infantaria Valeriano Francisco de Campos, o presidente da província explica que Valeriano “empenhou-se” com ele para ser transferido para Alagoas, onde reside seu pai que encontra-se muito doente e que o Cadete disse “que qualquer deputado de Alagoas pode informar sobre o pai e ele”²⁰⁴.

Em outra ocasião, Henrique d’Ávila rogava ao amigo Visconde de Pelotas que transferisse para a província do Rio Grande do Sul o 1º Tenente de Artilharia Eucilio Belmondy, para o Estado Maior de 2º Classe “sem perda de antiguidade”²⁰⁵, e continua “é de Jaguarão e filho de um nosso amigo muito distinto, e se ele puder vir para esta província sem prejuízo do serviço público, fará V. Ex.ª um importante serviço a esse nosso amigo”. Esses pedidos encaminhados ao Visconde de Pelotas por Henrique d’Ávila comportam diferentes racionalidades. De maneira geral, para Pelotas atender a tais solicitações era a garantia da continuidade da aliança e do apoio político de Henrique d’Ávila. Para Ávila, era a possibilidade de aumentar sua clientela e influência na província. Para os dois indivíduos que colocavam-se como patrões em algum momento, os recursos dispendidos para atender aos pedidos de seus clientes, se tomados isoladamente, tinham um valor pouco significativo. No entanto, isso não implica afirmar que o patrão pudesse prescindir de seus clientes, pois, em grande medida, a manutenção de seu poder, influência e status dependiam da lealdade destes.

Apesar de a maioria dos pedidos ser relacionada às questões correntes, a ocupação de um cargo mais prestigiado dava aos seus antigos amigos a possibilidade de cobrar por favores passados. Na mesma carta em que Ávila contou a Pelotas como foi a situação de sua partida para a Corte ainda muito jovem após a morte de seu pai já menciona no capítulo anterior, ele prosseguia

Quando em 1842 segui para o Rio com meu irmão mais velho a fim de estudar, a única recomendação que levamos foi uma carta do falecido

²⁰³ GRAHAM, 1997, op. cit. p. 337.

²⁰⁴ Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 03.11.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

²⁰⁵ Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 21.09.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

João Rodrigues Ribas para seu cunhado, o atual nobre Visconde de Piratini, que, com sua esposa, recebeu-nos com carinho paternal. Hoje o neto de João Rodrigues Ribas e um sobrinho neto do Visconde de Piratini, o 2º cadete João Miguel Rodrigues Ribas, pede o meu auxílio na pretensão que o levou a essa corte, de matricular-se no curso preparatório da escola militar, a fim de completar esse estudo para matricular-se no curso superior da mesma escola, e amparando com toda dedicação e interesse essa pretensão do 2º cadete João Miguel, eu cumpro meu dever sagrado fazendo ao neto o mesmo benefício que me fez o avô²⁰⁶.

Nesta correspondência, Ávila pedia ao amigo que atendesse a esse pedido, pois era seu dever retribuir a ajuda que havia recebido, quase quarenta anos antes, da família Ribas e do Visconde do Piratini. Esse pedido explicita uma moral de compromisso e reciprocidade que pautava as relações, alicerçada em questões de honra e tradição²⁰⁷. Essa lógica orientava os meios pelos quais se davam a ação política e garantia a reprodução do sistema.

Ainda que lhes custasse tempo, era do interesse dos mediadores demonstrar aos seus aliados que eles eram capazes de lhes prover benefícios. Por isso, Ávila esclarecia a Visconde de Pelotas as suas razões para interceder por um marechal do exército, afirmando “O Marechal Mesquita tem me auxiliado na administração com muita lealdade e boa vontade, e eu tenho por isso interesse em vê-lo contente no seu comando, razão pela qual rogo a V. Ex. se digne de atender ao seu pedido anterior naquela carta”²⁰⁸. Seguindo o mesmo princípio que guiou sua ação em favor do Marechal, Ávila buscava recompensar os bons serviços do Capitão Teodolino Antônio da Rosa, que possuía “uma pretensão perante o governo, que me parece justa e por isso rogo-lhe o favor de a colocar debaixo de sua valiosa proteção. É um excelente auxiliar da minha administração na polícia, digno de toda atenção do Governo Imperial”²⁰⁹.

Em algumas missivas está expresso o agradecimento de Ávila por ter tido seus pedidos atendidos “Agradeço a promoção do Cadete Batista Pereira, com o

²⁰⁶ Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 08.11.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

²⁰⁷ Genovez aponta como esses valores, que constituíam-se em uma herança portuguesa, tiveram um papel fundamental na constituição da sociedade brasileira.

²⁰⁸ Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 11.09.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

²⁰⁹ Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 20.10.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

reconhecimento de um pai que se dirige ao benfeitor ou protetor de seu filho”²¹⁰, mas é difícil precisar o número de mediações que obtiveram êxito. No entanto, se um patrão sistematicamente não atendesse aos pedidos de seus clientes, eles podiam buscar estabelecer um vínculo com outro patrão que lhes fosse mais vantajoso. Por conseguinte, os clientes não eram atores passivos nessa relação, mas podiam usar estrategicamente o recurso que tinham a oferecer, ou seja, sua lealdade.

O acesso de Ávila ao mundo da Corte se dava, neste período, essencialmente através do seu laço com o Visconde de Pelotas, como afirmou “desconhecido fora dessa província, só tenho apoio em que me o honra o Governo, a pessoa de V. Ex.”²¹¹. É preciso levar em conta o esforço de Ávila em ressaltar sua posição de inferioridade e dependência em relação ao Visconde, a fim de enfatizar sua gratidão e lealdade ao amigo. Mas, de fato, o General Câmara fazia parte da mais alta cúpula da elite política nacional, e, na Corte, convivia com outros ministros, senadores, conselheiros de Estado, etc. Além do convívio dos espaços formais da política, os membros da elite política imperial encontravam-se em bailes, cafés e hotéis que todos frequentavam, onde a “vida social misturava-se à política”²¹². Nas cartas enviadas à sua esposa, Câmara descrevia a quantidade de visitas que recebia, bem como a necessidade de retribuí-las “Fui ao Senado um pouco mais tarde porque visitei o Ministro da Justiça, que veio ver-me logo que cheguei”²¹³.

É possível que Ávila cultivasse outros contatos com o mundo da Corte que desconhecemos, mas, ao que tudo indica, seu principal círculo de sociabilidade até o início da década de 1880 estava restrito aos seus companheiros de província e de Partido Liberal. Corrobora essa possibilidade o fato de que os rio-grandenses apenas ingressaram nos quadros da elite política nacional no início da década de 1880, em consequência de uma modificação ocorrida no equilíbrio de poder entre as províncias,

²¹⁰ Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 11.09.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

²¹¹ Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 11.09.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas)

²¹² MARTINS, 2007, op. cit. p. 168.

²¹³ Carta do Visconde de Pelotas enviada a Maria Rita. Rio de Janeiro. 18.06.1884. CÂMARA, Rinaldo Pereira. **O Marechal Câmara: sua vida política**. POA: IEL, v. III, 1979, p. 23. Para uma análise do papel de Correia da Câmara como mediador político ver: VARGAS, op. cit.

bem como em decorrência do papel decisivo que os rio-grandenses tiveram na vitória do império na Guerra do Paraguai²¹⁴.

A eficácia da mediação estava condicionada a uma série de fatores, como o que estava sendo mediado, quais os mecanismos que o mediador dispunha naquele momento para alcançar seus objetivos, bem como sua posição na hierarquia social e/ou nas estruturas formais de poder. Houve casos em que as possibilidades de ação de Ávila eram extremamente restritas, como quando pediu a Pelotas que entregasse os papéis da exoneração de um Coronel ao Ministro da Justiça e sugeriu “nessa ocasião em que o governo deve galardoar o velho servidor da pátria e do partido liberal com algum título ou condecoração, [...] que muito satisfará ao nosso velho amigo e companheiro”²¹⁵.

Algumas vezes d’Ávila clamava ao Ministro da Guerra que se pronunciasse em favor dele e da província diante de Ministros de outras pastas. Em sete de novembro de 1880, por exemplo, d’Ávila escrevia ao Visconde para que este intervisse junto ao Ministro da Fazenda, para que fosse atendido ao pedido

“da viúva de Claussendo, [...] importantes comerciantes dessa província pedindo isenções de direitos para carne que querem exportar para Europa, fabricada por um processo especial no estabelecimento que possuem na Cachoeira[...]peço a valiosa intervenção de V. Ex^a nesse assunto perante o Senhor Ministro da Fazenda para ser concedida essa dispensa de direitos até o começo da nossa safra de gados”²¹⁶.

Essa foi apenas uma das ocasiões em que Ávila atuou no sentido de proteger os interesses dos charqueadores de Pelotas, que foram “os proprietários mais ricos do Rio Grande do Sul no século XIX”²¹⁷, constituindo-se em um grupo poderoso econômica e politicamente, não apenas por contar com representantes na Assembleia Provincial, mas também porque sendo responsáveis por boa parte da riqueza da províncias, os charqueadores tornaram-se um grupo que não podia ter seus anseios esquecidos.

²¹⁴ Vargas pontuou que entre 1878 e 1889 o Rio Grande do Sul “deixava de ser uma província sem representantes na elite dirigente”, uma vez que teve “mais que o dobro de ministros que em todas as décadas anteriores somadas”. VARGAS, 2010, op. cit. p. 11.

²¹⁵ Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. data. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

²¹⁶ Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 07.11.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

²¹⁷ VARGAS, 2013, op. cit. p. 18.

Além disso, Ávila nutria laços de amizade com alguns charqueadores, como João Teodósio Gonçalves. Em novembro de 1880 escrevia a Correia da Câmara explicando que iria

“encarregar da compra de garranhões em Buenos Aires ao meu particular amigo o senhor João Teodosio Gonçalves, charqueador em Pelotas, [...]que já foi a Europa comprar cavalos de raça, prestam-se a ir a Buenos Aires escolher nas crias que lá existem bons garranhões, só recebendo do Estado o valor das passagens”

Nesse momento é bom lembrar que o sogro do compadre de Ávila, Francisco José Gonçalves foi proprietário de um estabelecimento de charqueada em Pelotas. Ou seja, seria um equívoco presumir que, por estarem distantes, as elites de diferentes localidades estavam isoladas umas das outras e tinham, necessariamente, interesses excludentes. Conectava-as laços familiares, rituais (no caso dos compadres), de amizade e mesmo comerciais.

Ao ocupar o cargo mais importante da administração provincial, Henrique Ávila tinha a sua frente a possibilidade de captar mais e melhores recursos, favorecendo um número maior de amigos e aliados, atitude que era esperada por estes, uma vez que essa era a cultura política difundida naquela sociedade. Desse modo, ao passo que no conjunto das correspondências enviadas ao Marquês do Herval não encontramos indícios de que amigos de outras regiões da província recorressem a Ávila clamando por favores ou visando acessar os centros de poder (capital da província/Corte). Nas missivas produzidas ao longo do período em que foi presidente da província foram várias as situações nas quais pessoas de todos os cantos da província dirigiam a ele seus pedidos.

Analisando o teor das correspondências, também é possível refletir sobre o caráter dinâmico do clientelismo, pois, ao mesmo tempo em que Henrique d'Ávila ocupava a posição de cliente em relação ao Visconde de Pelotas, também exercia a função de patrão de diversos indivíduos. De acordo com Graham “O poder fluía simultaneamente de cima para baixo, do Gabinete e através do presidente provincial, e de baixo para cima, dos mandachuvas locais, ao presidente e até o Gabinete, em redemoinhos e espirais que desafiam um simples resumo”²¹⁸. Entendemos, portanto, que o clientelismo não pode ser encarado como um fenômeno estático, no qual os papéis de cliente e patrão

²¹⁸ GRAHAM, 1997, op. cit. p. 198.

são imutáveis e onde a existência e persistência do fenômeno sejam permanentes, independente das condições conjunturais. As relações patrão – cliente podiam não se perpetuar por diversas razões, como na impossibilidade de um patrão garantir recursos aos seus clientes em longo prazo, bem como podiam ser inconstantes, sendo acionadas apenas poucas vezes durante a vida dos indivíduos²¹⁹.

O conteúdo das correspondências entre Ávila e o Visconde de Pelotas indica um fluxo volumoso de missivas que eram encaminhadas ao primeiro, solicitando promoções, cargos, transferências e vantagens. Todavia, esse fluxo tende a ser muito superior ao observado, uma vez que trata-se apenas da correspondência enviada ao Visconde, motivo pelo qual aqueles pedidos que chegavam complementados pelo endosso de uma pessoa detentora de influência e status eram priorizados. Assim o fez a Baronesa de Jaguarão, a qual, segundo o presidente da província, “empenha-se comigo para dirigir-me a S. Ex.^a pedindo a promoção do 2º Cadete aluno do 1º ano da Escola Militar Francisco Jose Jaques, filho do falecido Major Francisco Jose Jaques [...]há justiça de seu desejo de promoção, eu acompanho o meu pedido neste sentido”²²⁰. Ávila encaminhou a demanda da Baronesa, intensificando-a, criando uma cadeia de compromissos.

Ávila também fez uso dessa estratégia quando concedeu a um Capitão do Exército que se dirigia à Corte uma carta de apresentação a ser entregue ao Visconde de Pelotas, afiançando as pretensões do dito Capitão, nos seguintes termos: “Apresento a V. Ex.^a o senhor Capitão Cândido Alfredo de Amorim Caldas, portador desta [...]tenho a liberdade de recomendar a sua pretensão à V. Ex.^a. Servindo-o aumentará os serviços de que lhe sou devedor”²²¹. De posse de tal documento, o Capitão Amorim Caldas demonstrava que não era qualquer um, mas alguém que contava com proteção.

Quando um protegido ou cliente almejasse sair da comunidade, ele dirigia-se a um mediador em busca de uma recomendação que facilitasse quaisquer pretensões que tivesse em outro lugar. Assim, o pedido é encarado como um favor pessoal àquele que

²¹⁹ LANDÉ, Carl H. “A Base Diádica do Clientelismo”. In: SCHIMIDT; S. W. (Eds.). Friends, followers and factions. Berkeley: University of California Press, 1977.

²²⁰ Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 12.11.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

²²¹ Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 14.09.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

recomenda. Nesse caso, a eficiência da apresentação do mediador dependia, essencialmente, do seu status e prestígio²²².

É ainda interessante ressaltar outro aspecto que vem à luz na missiva acima, qual seja, a mediação envolvia a interação entre desiguais. Desse modo, a tendência era que as partes subalternas da relação (os clientes) estivessem sempre em débito com seus respectivos patrões. Isso tornava-se mais acentuado quando os recursos solicitados não eram monetários, haja vista a dificuldade de mensurar o valor de um benefício imaterial, dificultando a retribuição exata de um favor, ou, nas palavras de Ávila, aumentava ainda mais os serviços aos quais alguém era devedor. Silverman assinalou esse aspecto da mediação que envolvia relações patrão-cliente, afirmando que nessa política de favorecimentos as partes nunca ficavam equivalentes, ao contrário, cada benefício conquistado gerava novos créditos que seriam cobrados no futuro²²³.

Embora as solicitações derivassem da província, as demandas partiam também do governo central. Em 1880 tomava conta do parlamento brasileiro as discussões sobre um projeto de reforma eleitoral. Nesse contexto, o então Ministro da Justiça, Manuel Souza Dantas, requereu, via Visconde de Pelotas, que o presidente do Rio Grande do Sul executasse com urgência uma nova divisão dos distritos eleitorais:

A última carta de V. Ex.^a acompanhou uma nota do Senhor Ministro da Justiça, em que dizia que de mim exigisse um projeto de divisão da província em 6 distritos eleitorais, respeitando a integridade do território, contiguidade dos municípios e recenseamento da população, o mais possível, devendo esse trabalho achar-se aí até 15 ou 20 do mês corrente [...] envio a V. Ex.^a o projeto de divisão de círculos que elaborei de combinação com as pessoas mais competentes, e de acordo com as influencias do Partido Liberal. Creio que esse projeto consulta todos os interesses e pelo menos na atualidade é o que melhor satisfaz as aspirações dos nossos homens políticos²²⁴.

Note-se que, nesse contexto, a solicitação de Souza Dantas não tinha o caráter de favor, pois referia-se a uma responsabilidade do cargo de presidente de província. Em que aspecto residia então a mediação de Henrique d'Ávila nesse caso? As eleições sob a nova legislação ocorreram pela primeira vez apenas em outubro de 1881, mas as discussões acerca do projeto de lei estavam ocorrendo desde 1878, motivadas, dentre

²²² SILVERMAN, 1977, op. cit. p. 179-189.

²²³ SILVERMAN, 1977, op. cit. p. 179.

²²⁴ Carta de Henrique d'Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 04.10.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

outros aspectos, pelo desejo do governo de acabar com as fraudes que permeavam o processo eleitoral.

Apesar de toda polêmica acerca de qual seria o melhor caminho a ser seguido, o resultado dessas discussões foi materializado na Lei Saraiva, que, através da exclusão do primeiro turno, no qual participavam os votantes²²⁵, e do enrijecimento das formas para comprovação das exigências para ser eleitor, assim como da inclusão dos magistrados como protagonistas do processo eleitoral visava burocratizar os pleitos, uma vez que os juízes eram ligados diretamente ao governo central, por serem nomeados pelo Ministro da Justiça, e seriam, teoricamente, isentos das influências locais²²⁶.

No entanto, como fica claro nas declarações de Ávila, os preparativos para primeira eleição que ocorreria sob a nova legislação não foram guiados exclusivamente pelos interesses do governo, mesmo sendo o presidente da província parte da burocracia estatal, mas sim ajustados aos interesses do partido liberal e dos demais “homens políticos da província”. Não é possível pensar os integrantes da burocracia, da magistratura e da política, ou qualquer ator histórico, como desvinculados da sociedade e desprovidos de interesses a defender.

O avanço da burocracia se conjugou e se adaptou a uma estruturação da vida já consolidada e alicerçada sobre as relações pessoais existentes. Esses movimentos, portanto, não foram contrários na maneira como se desenvolveram na prática cotidiana²²⁷. Isso foi possível porque o Estado e suas estruturas não foram impostos à sociedade, tampouco sufocaram as elites provinciais e locais, mas foram construídas e operadas a partir da cooperação delas. Esse processo precisou ser negociado entre as partes envolvidas e os mediadores operavam essa negociação. Em suma, o mediador ditava o ritmo e a forma pela qual as ações do Estado chegariam às localidades.

²²⁵ Segundo Carvalho “A participação ampliada, sobretudo do analfabeto, era considerada uma das principais causas da corrupção eleitoral pois, alegava-se, faltava a essa população condições de entendimento e de independência para exercer adequadamente a função do voto, resultando daí a manipulação”. Mas houve vozes discordantes, como a de Joaquim Nabuco e Saldanha Marinho, que atribuíam a corrupção às “classes superiores”. Apesar das discordâncias, o projeto que foi aprovado incluía a eleição direta e a exclusão dos analfabetos, o que acabava por alijar do processo eleitoral a maioria dos homens livres pobres que antes participavam dele. CARVALHO, *A construção da ordem...*, op. cit. p. 395-396.

²²⁶ VARGAS, 2010, op. cit. p. 164.

²²⁷ FARINATTI, Luís Augusto. VARGAS, Jonas. 2014, op. cit.

Nesse caso também foi possível perceber como os centros e periferias entre os quais um indivíduo executava a mediação podiam variar, sendo que alguns poderiam atuar como mediadores entre todas as esferas de poder, ou ainda apenas entre esferas locais (municípios-municípios), ou local e regional. Nesse sentido, como destacou Patrícia Genovez, em territórios extensos, onde existe mais de um centro, há espaço para mediares atuarem em diferentes níveis²²⁸. Ou seja, ainda que Correia da Câmara tenha sido procurado para intervir na comunidade, realizando a mediação entre a Corte e a província, seu objetivo apenas foi alcançado quando solicitou a cooperação de Ávila, que realizou a mediação.

Nesse sentido, as atuações de José Diana como mediador são menos perceptíveis, uma vez que sua esfera de atuação esteve restrita ao espaço da localidade até o início da década de 1880. Posteriormente, a ascensão política de Ávila como Deputado Geral e depois como Senador, o manteve distante por longos períodos de Jaguarão, tornando-se Diana o líder da facção liberal, quando também passou a ser procurado pelas pessoas da comunidade para agir fora dela.

Porém, esse período também coincidiu com o ingresso de Diana na política nacional, refletindo o momento de inserção do Rio Grande do Sul como uma província importante no cenário nacional. Desse modo, Diana também passou a frequentar regularmente a Corte, como noticiou o periódico do Rio de Janeiro “Chegou ontem de Rio Grande do Sul, no paquete Cervantes, o Dr. José Francisco Diana, deputado geral por aquela província, juntamente com sua família”²²⁹.

Aproveitando-se dessas constantes viagens, em 1880, o capitão José Manuel Gulart, morador de Jaguarão, nomeou Diana seu procurador na cidade do Rio de Janeiro para requerer do governo imperial as honras do posto de major honorário do exército, com remuneração dos seus serviços na Guerra do Paraguai e para retirar o diploma da mesma campanha de cavaleiro da Ordem da Rosa. Assim, sua capacidade de acessar o mundo exterior e dele obter vantagens possibilitou que ele mediasse as pretensões do correligionário e conterrâneo junto ao governo imperial.

²²⁸ GENOVEZ, Patrícia Falco. *O espelho da Monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado*. Tese (Doutorado em História)- UFF, Niterói, 2003.

²²⁹ Jornal Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Domingo 23 de maio de 1880. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=Diana Acessado em dezembro de 2014.

3.3. O CONHECIMENTO SOBRE A FRONTEIRA COMO RECURSO POLÍTICO

Por fim, é preciso mencionar como a origem em uma elite fronteiriça foi um elemento importante na forma como Ávila desempenhou a função de mediador em algumas circunstâncias. O governo nutria grande interesse em saber o que se passava nas fronteiras do Rio Grande do Sul. Sendo o Visconde de Pelotas o Ministro da Guerra e, tendo a última grande guerra envolvendo o Império acabado há aproximadamente dez anos apenas, o cuidado em monitorar as atividades nos países vizinhos fazia com que Ávila constantemente prestasse contas sobre o estado das coisas na fronteira. Assim, em novembro de 1880 Ávila descrevia a situação alegando que na fronteira nada havia de novo “e tudo marcha regularmente quer nesta província, quer no Estado Oriental. Em Corrientes, os nossos patrícios ali residentes sofrem violência porque naquele país reina a completa anarquia. Já participei esta ocorrência ao Ministro do Estrangeiros”²³⁰.

Havia igualmente a preocupação recorrente em preencher os postos da fronteira com pessoas de confiança. Tal situação era verificada em relação aos cargos militares, como quando o Presidente da Província pediu que fosse prolongada a permanência do Major Bernardino Rodrigues Mesquita “enquanto durasse o estado de agitação em que se conserva a República vizinha”²³¹, mas também no desempenho das tarefas ligadas ao comando de outras pessoas, tais como o exército, o comando da Guarda Nacional ou ainda a de delegado de polícia, havia outro fator imprescindível, qual seja, a capacidade de arregimentar homens no caso de disputas ou conflitos. À vista disso, Ávila pedia a remoção de Cipriano do posto de Comandante de Polícia, alegando que este apenas foi nomeado para “para dar caça a quatro bandidos que percorrem a fronteira, e logo que tivesse realizado essa missão seria demitido a seu pedido, como estava convencionado”, mas que não tinha condições de permanecer como comandante uma vez que não tinha “moralidade, nem aptidões intelectuais para isso”, tampouco “elementos de espécie alguma para levantar, sequer, um bando de aventureiros”, de modo que só poderia

²³⁰ Carta de Henrique d'Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 12.11.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

²³¹ Carta de Henrique d'Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 21.10.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

influir nas questões do Estado Oriental “só poderia influir como simples soldado e em caso algum como chefe”²³².

Para além destes, mesmo as posições que pareciam menos relevantes recebiam atenção. Referindo-se à ocupação de um posto eclesiástico, Ávila afirmou a Pelotas que era essencial solicitar “ao governo a graça de nomear monsenhor da capela Imperial ao Conego Joaquim Lopes Rodrigues, vigário daquela paróquia” de Jaguarão, pois, “para os nossos interesses na fronteira de Jaguarão esse assunto é de grande importância e por isso peço a intervenção de V. Ex.^a”²³³ demonstrando que mesmo estes deveriam ser ocupados por aliados.

Os interesses em garantir a segurança da fronteira com o Uruguai não tinham apenas a finalidade de manter estáveis as fronteiras políticas do Império. A presença dos moradores de Jaguarão em terras uruguaias foi bastante significativa ao longo de todo o século XIX e, como demonstramos anteriormente, a elite do município possuía muitas propriedades no país vizinho. Henrique d’Ávila era um desses proprietários que em 1879 firmou uma sociedade para o pastoreio e criação de gado com Valentim Leal, morador do Estado Oriental do Uruguai, na sua estância de nome Santa Bárbara, situada naquele país. Diante desse quadro, não é de se estranhar que o tema da fronteira com Jaguarão estava envolvido em preocupações extensamente desenvolvidas por Ávila.

Além dele, outros amigos também tinham interesses a proteger. Era o caso de Faustino Correa, sogro de José Diana e possuidor de estâncias no Estado Oriental, também do cunhado de Diana, José Maria Terra que solicitou uma licença por tempo indeterminado dos seus deveres de Tenente da Guarda Nacional a fim de encaminhar-se ao Uruguai onde tinha um estabelecimento de criação de gado²³⁴. Logo após deixar a presidência da província, Ávila foi nomeado Coronel Comandante da Guarda Nacional de Jaguarão e também solicitou dispensa para cuidar dos seus interesses fora do país²³⁵.

Nesse sentido, Ávila falava sobre os possíveis prejuízos para o Império caso Lopes Neto continuasse encarregado das relações exteriores com o Estado Oriental. Isso

²³² Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 04.10.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

²³³ Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 12.11.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

²³⁴ Correspondência expedida da Guarda Nacional. 10.08.1880. Maço 74. AHRS.

²³⁵ Telegrama de Henrique d’Ávila ao presidente da província. 26.07.1881. Fundo Guarda Nacional. Maço 14. AHRS

porque o Coronel Lorenzo Latorre, que havia governado o Uruguai desde 1876 até 1880, encontrava-se refugiado no Rio Grande do Sul. As autoridades brasileiras temiam que Latorre estivesse reunindo aliados com a finalidade de derrubar o governo uruguaio, subindo novamente ao poder. Contudo, Ávila ponderou que

O Coronel Latorre não quer [ilegível] de seu país, e espera voltar ao poder pelos meios legais. Deu-me sua palavra de honra nesse sentido, e eu o deixei em Jaguarão, onde está em sua família constituída por seus filhos menores de seis anos e sua senhora. Ele está pobre e só ali, onde conta grande número de amigos pode encontrar recursos para libertar-se das necessidades. Tenho toda a fronteira sujeita à rigorosa vigilância e ao primeiro movimento que Latorre ou outro qualquer faça no sentido de perturbar a paz do paiz vizinho, serão pegos e remetidos para esta capital [...]Não conhece Lopes Neto e por isso não sabe que quem mais perde com as revoluções do Estado Oriental somos nós, os rio-grandenses, não só porque perdemos grandes fortunas que ali possuímos, como porque nossa principal indústria, a da carne salgada, tira do Estado Oriental dois terços de sua matéria prima, os gados. E por isso a pobreza do Estado Oriental é a nossa pobreza. [...]Rogo a V. Ex^a. que intervenha para com o Presidente do Conselho explicando-lhe tudo, a fim de que se convença que o verdadeiro árbitro sobre o procedimento que aqui deve ter-se o Coronel Latorre deve ser o presidente da província que está no teatro dos acontecimentos. Confie em mim, que não deixarei mal o meu governo”²³⁶.

O conhecimento da vida na fronteira, bem como do chefe uruguaio, foi utilizado estrategicamente por Ávila de modo a promovê-lo à condição de pessoa mais apta para administrar a situação gerada com a estadia de Latorre na província. Estar no controle da situação trazia mais poder a Henrique d’Ávila e, simultaneamente, deixava-o no comando de assuntos de seu interesse. Ao mesmo tempo, a missiva deixa claro que apenas ele é capaz de manter a situação sob controle, uma vez que já havia conversado com Latorre e era ele que mantinha a fronteira sob “rigorosa vigilância” e, portanto, segura²³⁷. Ademais, tenta demonstrar que sua relação com Latorre inspira confiança,

²³⁶ Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 13.10.1880. (IHGRS, Fundo Particular Visconde de Pelotas).

²³⁷ As relações entre chefes dos países da região platina e os chefes rio-grandenses eram bastante comuns. Em 1877 Astrogildo Pereira da Costa, Comandante da Guarda Nacional em Jaguarão, relatou ao presidente da província que “Tendo o actual Chefe Politico do Serro Largo do Estado Oriental, Theodoro Pereira, pelas relações de amizade que comigo nutre, me offerecido para em benefício da cauza publica proceder a captura de todos os criminosos civis e mesmo desertores”. 01/01/1877. AHRs, Fundo Guarda Nacional, maço 14. Farinatti analisou outro caso de aliança entre líderes dos dois países. No caso, a relação (que nem sempre foi de amizade) entre Bento Manuel Ribeiro e o Presidente da República

indicando um vínculo prévio. A informação era um bem valorizado não apenas quando transmitido, mas também para ser utilizado como um recurso político do qual se dispunha.

Nesta rede de relacionamentos, que envolvia pessoas de Jaguarão e outras localidades da província e agentes políticos que faziam parte da elite política provincial e imperial, Henrique d'Ávila e José Diana não eram as figuras principais, nem aquelas que desfrutavam de maior autoridade. Contudo, desempenhavam um papel fundamental ao conectar pessoas que, sem eles, possivelmente atuavam de forma independentes. Tal fenômeno foi descrito por Ceballos, referindo-se às redes governativas que existiam no Estado português. Ceballos destacou a importância desses indivíduos que detinham o conhecimento alargado dos integrantes de uma determinada rede, bem como de seus interesses, motivo pelo qual agiam “fazendo o contato com as partes interessadas para criar prestígio político e ter maior poder pessoal”²³⁸. Nesse sentido, José Mateo afirma que

“el broker debe ser hábil para interceder, y sobre todo para conectarse com otros brokers, patrones y clientes que puedan efectivizar sus mensajes” [...] debe asegurarse de la respuesta; si su intervención no es efectiva, su crédito disminuye. Si aumenta su crédito, aumenta su capacidad de manipulación de mensajes y de personas endeudadas com él”²³⁹.

Ao ocuparem cargos de nível regional ou nacional, o mediador encontrava a necessidade de mediar questões que eram paralelas ou iam além dos interesses exclusivos da elite da qual era oriundos. Importava agradar amigos e aliados, fossem eles lideranças provinciais de grande influência ou antigos amigos que mereciam ser recompensados. Ser procurado por pessoas poderosas da província e/ou por chefes de diferentes localidades colocava esses homens na posição de integrantes da elite política regional. Esse fato não anula suas posições como elites locais, tampouco seus vínculos com a elite de sua localidade. Ao contrário, colocava-os em posição de atuar com maior

Uruguáia, Dom Frutuoso Riveira, rendeu ao primeiro um empréstimo no valor de 28 contos de réis. FARINATTI, 2010, op.cit. p. 121.

²³⁸ CEBALLOS, 2010, op. cit, .p. 14.

²³⁹ MATEO, José. **Población, parentesco y red social en la frontera:** Lobos (província de Buenos Aires) em siglo XIX. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar Del Plata, 2001. p. 45.

efetividade no sentido de conquistar benefícios para a elite local da qual faziam parte. Assim, não apenas a elite política regional estava vinculada às elites locais como, com frequência, eram constituídas pelas mesmas pessoas ou famílias.

A efetividade da atuação dos mediadores estava relacionada a uma série de elementos, como se estavam ocupando cargos políticos, a amplitude das suas redes de relacionamento, a posição das pessoas com as quais se relacionavam, as informações de que dispunham. Em suma, dependiam tanto dos seus atributos, como dos objetivos envolvidos.

CONCLUSÃO

A opção por Jaguarão não foi fortuita, apesar de serem membros da elite política do Rio Grande do Sul, José Diana e Henrique d'Ávila mantiveram-se profissionalmente vinculados ao lugar onde nasceram. A presença desses mediadores colocava a localidade em contato com as capitais da província e do Império, tornando-a, assim, um foco privilegiado para compreender em termos se pautavam as relações entre elites locais e o governo. Desse modo, as conclusões apresentadas aqui referem-se à elite deste município e aos mediadores a ela vinculados. Contudo, acreditamos que as questões que abordamos ao longo da dissertação possam servir de ponto de partida para o estudo das elites de outras localidades.

O primeiro passo foi desenhar o perfil da elite local a partir de três frentes: os oficiais da Guarda Nacional, os vereadores da Câmara Municipal e os indivíduos mais ricos da localidade. Apesar de pequenas nuances entre esses três grupos, eles apresentavam um perfil semelhante, constituído por pessoas com faixa etária elevada para o período – acima de 40 anos –, casadas e eram, majoritariamente, estancieiros, proprietários, criadores. Também foi um traço dessa elite, e da sociedade jaguerense como um todo, foi a interação com o Estado Oriental do Uruguai, uma vez Jaguarão situava-se em uma região de fronteira. Muitos membros da elite local possuíam propriedades, familiares e vínculos comerciais e de amizade no Estado Oriental. Como demonstramos, a estabilidade da fronteira foi o mote de diversas intervenções de Henrique d'Ávila junto ao governo central.

De posse desses perfis, buscamos estabelecer algumas comparações com elites de outras localidades. Esse procedimento demonstrou que, em relação a áreas de ocupação mais recente e marcadas pela imigração, os critérios de recrutamento da elite que se constituiu em Jaguarão eram mais elevados e valorizavam estabilidade e experiência, dificultando o ingresso de novos membros em seus quadros. Assim, acreditamos ter ficada clara a importância de estudarmos as dinâmicas e as sociedades que se desenvolviam na esfera local, não apenas como uma escala de observação reduzida para observar questões macro-estruturais, mas para compreender como essa esfera interagiu com as demais. Em cada localidade as elites tinham seus próprios

critérios de recrutamento e reprodução, que influenciavam hierarquização social e na ação dos mediadores.

As elites locais desempenharam um papel ativo em relação às estruturas de poder, motivadas, sobretudo, pelo desejo de perpetuar-se no topo da pirâmide social. Assim, importa compreender o universo das localidades nas suas dinâmicas próprias e nas relações que estabelece com as demais partes do todo simultaneamente, pois seus comportamentos são mais que apenas reflexos do que ocorria além dos seus limites.

Nesse sentido, uma das principais estratégias empregadas pelas elites era estabelecer alianças com indivíduos que tinham acesso ao mundo das capitais. Em Jaguarão, Henrique d'Ávila e José Diana foram os que mais habilmente conectavam a localidade ao mundo exterior. Tal destreza devia-se a uma série de fatores, sendo um dos principais a formação educacional superior. A convivência que os jovens experimentavam no ambiente acadêmico e nos ambientes informais, favorecia o estabelecimento de amizades vantajosas com jovens de famílias de elite de outras províncias e também com seus conterrâneos. Ademais, oportunizava o aprendizado dos modos de agir e pensar das capitais, que diferiam bastante daqueles do mundo agrário da fronteira, além de proporcionar o conhecimento técnico das leis, útil àqueles que tivessem pretensões políticas.

A família foi igualmente um fator de notável relevância na trajetória dos mediadores, pois as redes de relacionamento nas quais seus parentes estavam inseridos na comunidade condicionaram a forma pela qual Ávila e Diana ingressaram na vida política. Esse aspecto é especialmente importante, pois quem socialmente legitimava a ação dos mediadores eram os membros da elite da localidade, de modo que, pertencer às famílias de elite e/ou estar bem relacionado com elas configurava-se como uma alavanca para alcançar o prestígio e status necessário ao exercício da mediação.

Somava-se a isso a necessidade de cultivar relações valiosas fora da comunidade, dado que, em última instância, eram elas que determinavam o alcance e a efetividade da mediação. Assim, ainda que Henrique d'Ávila e José Diana tenham atuado como mediadores, seus âmbitos de influência não foram os mesmos, embora pudessem eventualmente se sobrepor. Durante a maior parte do período que esta pesquisa abarcou, Henrique d'Ávila foi o nome mais proeminente de Jaguarão. Ele estava inserido em um círculo de sociabilidade mais poderoso, pois possuía vínculos

com membros da elite imperial e com importantes nomes do Partido Liberal rio-grandense.

Desse modo, as relações que Ávila e Diana possuíam, aliadas aos cargos que ocuparam e ao prestígio de que dispunham foram elementos que influenciaram suas performances como mediadores. O que diferenciava-os era o acesso mais ou menos direto aos centros de poder, pois determinava a efetividade da mediação que exerciam. É ainda importante considerar outra questão. Posto que esses são fatores que variam ao longo do tempo, a condição de mediador não é um dado, mas está sujeita a variações conjunturais. Considerar esses matizes da prática da mediação é fundamental e nos auxiliam a compreender porque podemos caracterizar Ávila e Diana como mediadores, ainda que tenham tido performances tão diferentes entre si.

Como mencionado, Ávila foi que obteve mais sucesso politicamente no espaço de tempo em foco. Em razão disso, concentrou parte significativa das demandas da elite de Jaguarão em relação ao governo provincial e central, mas também passou a ser procurado por integrantes das elites de outros municípios. Porém, isso não impediu que ele continuasse intervindo em favor de Jaguarão nos assuntos que eram de seu interesse, uma vez que Ávila permaneceu altamente entrelaçado à elite do município. Defender os interesses da localidade era também defender os seus próprios interesses.

Logo após regressar de São Paulo, Ávila começou a destacar-se politicamente em Jaguarão. Um diploma em no curso de Direito ainda era coisa rara por aquelas bandas da fronteira e certamente já o colocava em uma posição privilegiada em relação aos demais membros da elite daquela localidade. Anos depois, foi Diana quem chegou a Jaguarão como bacharel em Direito e, sob a proteção do amigo Ávila, também estreou no mundo da política. Apesar de conservadora, a elite de Jaguarão reconheceu o valor desses jovens e confiou a eles suas demandas.

Dessa forma, viram seus interesses defendidos junto ao governo, ainda que nem sempre de forma efetiva, indicando que a estrutura do Estado não funcionava a despeito das demandas das elites locais e regionais. Ao contrário, o caminho mais comumente percorrido entre o centro e as localidades foi o da negociação. Isso não implica dizer que as elites locais tinham poder para mudar os rumos do Estado, mas que encontrou mecanismos para condicionar a sua ação e que, ao mesmo tempo, dava condições à existência dele como autoridade legítima.

Nessas negociações, o papel de indivíduos que exerciam a função de mediadores foi essencial na articulação entre elites locais e o governo central, por serem responsáveis por conectar espaços sociais e políticos distantes. Nesse sentido, o estabelecimento de laços clientelísticos foi uma das estratégias das elites locais e regionais para ter acesso aos recursos materiais e simbólicos que provinham do centro de poder do Império e eram redistribuídos através dos mediadores em forma de proteção e cargos. Esse jogo de tensões e alianças, pautadas em noções de lealdade pessoal, reciprocidade, mas também necessidade de adaptação às constantes tentativas de burocratização do aparato estatal constituiu a complexa trama que sustentava o Império brasileiro.

FONTES

ARQUIVO NACIONAL

Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª. Sessão da 8ª. Legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Souza – Anexo A”(1850).

APERS

Inventários post mortem. Comarca de Jaguarão. Cartório Civil e Crime. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cartório da Provedoria. Anos 1860 a 1889.

Testamento de Florisbelo Antônio de Avila. Processo 380. Ano 1881. Cartório Provedoria.

Testamento de João Rodrigues Barbosa. Processo 302. Ano 1862. Cartório da Provedoria.

AHRS

Fundo Autoridades Municipais. Maços 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

Fundo Eleições. Maços 2, 87.

Fundo Guarda Nacional. Maços 12, 14, 74, 100, 102, 104 e 108.

IHRS

Fundo General Câmara. 1881.

BIBLIOGRAFIA

AITA, Edsiana de Belgrado. **“Entre a Lagoa e o mar”**: Propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

BARTH, Frederik. “Grupos Étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, P & STREIF-FENART, J. 1998: 185-229.

BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. **Revista mexicana de sociología**. Vol 61, nº 2 (apr. Jun 1999) pp. 107-135.

BLEIL, Susana; Fabricio PEREIRA PRADO. 1999. **Brasileiros na fronteira uruguaia**: economia e política no século XIX. Simposio Fronteras en el espacio platino. 2das. Jornadas de Historia Económica. Montevideo.

BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CARATTI, Jônatas Marques. **Comprando e vendendo escravos na fronteira**: uma possibilidade de análise a partir de escrituras públicas de compra e venda (Jaguarão, 1860-1880). In: Anais do IX Encontro Estadual de História, ANPUH-RS: Vestígios do Passado, 2008, Porto Alegre, 2008.

CARATTI, Jônatas Marques. **O solo da liberdade**: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1846). PPG da Unisinos. São Leopoldo, 2010. [Dissertação de mestrado].

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por uma outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DOHLNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

FARINATTI, Luís Augusto. **Construção de séries e micro-análise**: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. Anos 90, Porto Alegre, v.15, n. 28, 2008, p. 57-72.

FARINATTI, Luís Augusto. VARGAS, Jonas. “A nossa causa é a causa deles”: Elites regionais, chefes paroquiais e a construção do Estado imperial brasileiro: Rio Grande do

Sul (c. 1820 – c. 1880). In: Alexandre Mansur Barata; Maria Fernanda Vieira Martins; Silvana Mota Barbosa. (Org.). **Dos poderes do Império: culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX**. 1ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014, v. , p. 225-256.

FARINATTI, Luís Augusto. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)**. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2010.

FERRER, Francisca Carla Santos. **Entre a liberdade e a escravidão na fronteira meridional do Brasil: Estratégias e resistências dos escravos na cidade de Jaguarão entre 1865 a 1888**. Tese. Universidade de São Paulo, 2011.

FERTIG, André. **Clientelismo político em tempos belicosos**. A Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873). Santa Maria: Ed UFSM, 2010.

GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. O nome e o como. In: GINZBURG, Carlo (org.). **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRAHAM, Richard. **Construindo uma nação no Brasil do século XIX: Visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado**. Traduzido do artigo em inglês: Constructing a Nation in Nineteenth-Century Brazil: Old and New Views on Class, Culture, and the State. *The Journal of the Historical Society*, v. 1, n. 2-3, p. 17-56, 2001.

GULARTE, Gustavo da Silva. **Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

HEINZ, Flavio Madureira. **O historiador e as elites – à guisa de introdução**. In (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

IMIZCOZ, José María. Patronos y mediadores. Redes Familiares en la Monarquía y patronazgo en la aldea: la hegemonía de las elites baztanesas en el siglo XVIII. In: **Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)**. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.

IMÍZCOZ. José Maria. **Actores, redes e procesos: reflexiones para uma historia más global**. In: *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, III série, v. 5.

KULZER, Gláucia Giovana de Lima. **De Sacramento à Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite da Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)**. Dissertação de mestrado, Universidade do Vale dos Sinos, 2009.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana – Escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e o conceito de “regresso” no debate parlamentar brasileiro (1838-1840)**. In: Almanack. Guarulhos. n. 10, p. 314-334, agosto de 2015.

MALERBA, Jurandir. **O Império Senil: a derrocada do regime (1870-1889)**. In: O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX. Maringá: Eduem, 1999.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **Das racionalidades da História**: o Império do Brasil em perspectiva teórico. Almanack, n. 4, 2º sem. 2012, p. 53-61.

MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil – Uruguay**: a construção da cidade de Jaguarão. Tese. Universidade Politécnica da Catalunha, 2001.

MARTINY, Carina. **“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”**. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo saquarema**. São Paulo: HUCITEC/INL, 1987.

MUGGE, Miquéias Henrique. **Eles estão prontos a contribuir**: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX. Dissertação (mestrado). UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2012.

NUNES, Neila Ferraz Moreira. **A experiência Eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889)**: Frequência Eleitoral e Perfil da População Votante. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 2, 2003, pp. 311 a 343. p. 321.

PICCOLO, Helga I. L. **A política rio-grandense no II Império (1868-1882)**. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, 1974.

PUJOL, Xavier Gil. **Centralismo e localismo?** Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. Penélope, nº 6, 1991, p. 119-144.

RIBEIRO, José Iran. **“Dê-lhe laço como sargento de escolta”**: a violência nos recrutamentos militares. *História em Revista* (UFPel), v. 10, p. 61-74, 2004.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. **Um propagandista da República**: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. p. 125.

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. **Crimes de fronteira**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil. (1845-1889). Porto Alegre: PPGH/ PUCRS, 2012. Tese de Doutorado

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; FARINATTI, Luís Augusto E. A fronteira manejada: apontamentos para um história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio M.. (Org.). **Experiências Nacionais, temas transversais**: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo, 2009, p. 145-177.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial**: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. São Paulo: DIFEL, 1978.

VARGAS, Jonas M. **“Pelos margens do Atlântico”**: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (*século XIX*). Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013.

VARGAS, Jonas M. **“Entre Jaguarão e Tacuarembó”**: Os charqueadores de Pelotas (RS) e os seus interesses políticos e econômicos na região da campanha rio-grandense e no norte do Uruguai (c. 1840- c. 1870). ESTUDIOS HISTORICOS - CDHRPyB- Año V - Diciembre 2013 - Nº 11.

VARGAS, Jonas M. **Entre a Paróquia e a Corte**: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

VARGAS, Jonas. “O Círculo dos Grandes”: Os mediadores políticos e as famílias de elite no Rio Grande do Sul (1868-1889). In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (org.). **Recortes da História Brasileira**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2008.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **O labirinto das ocupações**: uma proposta de reconstrução da estrutura social a partir de dados ocupacionais. *Varia História*, Minas Gerais, nº 32, 2004, p. 190-210.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao moderno**: o Rio Grande do Sul agrário no século XIX. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.